

Pastoral Catequética

revista de catequese e educação

4

Educar é Amar

Educar é um acto de amor [11-13]

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

Afectividade e alteridade – desafios educativos [15-27]

CASSIANO REIMÃO

Expressões afectivas: que avaliação ética? [29-42]

JERÓNIMO TRIGO

Sentido e critérios éticos da sexualidade [43-52]

AUGUSTO ARRUDA CABRAL

Educar é amar, na família [55-57]

ISABEL E EDUARDO VILAÇA

Educação para o amor [59-64]

ARTUR AZEVEDO PEREIRA

Educar é amar – o clima afectivo da escola [65-69]

AIDA GUERRA DA SILVA

Uma descoberta da vida e do amor [73-75]

D. TOMAZ SILVA NUNES

Sexualidade e cultura: para uma leitura antropológica [77-91]

JOÃO DUQUE

Saúde e sexualidade [93-96]

ANATATO

**A educação da sexualidade e a perspectiva
do magistério da Igreja** [97-130]

AMARO GONÇALO LOPES

Edição e Propriedade

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

Contribuinte: 501104038

Campo Mártires da Pátria, 40 - 1150-225 LISBOA

Telef.: 21 885 12 85 Fax: 21 885 13 55

E.Mail: educacao-crista@sapo.pt

Director

Augusto Manuel Arruda Cabral

Conselho de Redacção

Tomaz Silva Nunes, Anacleto Oliveira, António Francisco dos Santos,
António Marcelino, M^a Helena Pereira, Cristina Carvalho, Paulo Morgado,
Albertino Silva, José Almeida

Sede da Redacção

Campo Mártires da Pátria, 40 - 1150-225 LISBOA

Paginação e Montagem

Ângela Baptista

Tiragem

2000 exemplares

Condições de assinatura

Número Avulso: 5 Euros

Assinatura Anual (3 números): 15 Euros

Ideografia

Aristides Dourado

Nº de Registo

124627

Impressão

GRÁFICA ALMONDINA

Zona Industrial

2354-909 Torres Novas

Depósito legal

221 724/05

Esta revista encontra-se à venda em Livrarias Religiosas

Editorial

P. AUGUSTO CABRAL (*)

«Se não tiver amor, nada sou.» 1Cor 13,2

Já há algum tempo que os responsáveis da revista “Pastoral Catequética” do Secretariado Nacional da Educação Cristã tinham programado que um dos seus próximos números teria o título genérico – “**Educar é amar**” –, devido à sua actualidade perante o público em geral e, sobretudo, em relação aos que têm responsabilidades educativas: pais, sacerdotes, professores e catequistas.

Nesta perspectiva e numa forma mais alargada e abrangente, se foi pensando na temática para a Semana da Educação Cristã e para as Jornadas de Formação para Educadores Cristãos, realizadas, com notável êxito, em Fátima, nos passados dias 26 e 27 de Janeiro.

Assim se pensou e assim se executou, pois a Semana Nacional da Educação Cristã abriu com uma Nota Pastoral da Comissão Episcopal da Educação Cristã com o título – **Educar é um acto de amor** – e foi preenchida com os trabalhos seguintes e seus autores, os quais, entre outros, fazem parte do conteúdo deste número da nossa Revista”:

- Cassiano Reimão, Afectividade e alteridade - desafios educativos;
- Jerónimo Trigo, Expressões afectivas: que avaliação ética?;
- Artur Pereira, Educação para o amor;
- Aida Guerra da Silva, O clima afectivo na escola;
- Isabel e Eduardo Vilaça, Educar é amar, na família.

Por sua vez, as Jornadas de Formação para educadores cristãos desenvolveram o tema – **Educação da Sexualidade, uma descoberta da vida e do amor** – em cuja sessão de abertura, D.Tomaz Silva Nunes, presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã, explicou a actualidade e importância da temática em questão, chamando a atenção

(*) Director

para a variedade de subtemas e metodologias geridos por formadores de reconhecida qualidade que foram entre outros:

- João Duque, Sexualidade e cultura, para uma leitura antropológica;
- Ana Tato, Saúde e Sexualidade;
- Amaro Gonçalo Lopes, A educação da sexualidade e a perspectiva do magistério da Igreja
- D. António Francisco dos Santos, na homilia da Eucaristia de encerramento, fez uma síntese das propostas apresentadas durante as Jornadas.

O programa das Jornadas foi muito mais extenso do que aqui apresentamos, mas neste número quatro da revista vamos cingir-nos a estes. Os outros aparecerão no seu devido tempo.

Entre estes dois acontecimentos, devidamente, partilhados pela Comissão Episcopal da Educação Cristã, Sua Santidade, o Papa Bento XVI, publicou a sua primeira Carta Encíclica – **Deus caritas est – Deus é amor** – precisamente na linha das nossas preocupações.

Ficamos deveras contentes com esta coincidência e mais satisfeitos ainda com a fundamental sintonia de conteúdos da publicada Carta Encíclica e a dos temas e subtemas desenvolvidos tanto na Semana da Educação Cristã como nas Jornadas de Formação para Educadores Cristãos. Tal facto nos serve de pretexto para apresentar os principais pontos de reflexão que nos são sabiamente apontados, propondo, assim, aos nossos leitores, um aprofundamento destas questões tão centrais ao ser humano, o que justifica o alargar destas páginas introdutórias.

Na sua Carta Encíclica – Deus caritas est – o Papa envia uma mensagem duma grande actualidade ao mundo inteiro, que poderíamos sintetizar, com ele, nesta frase: “Deus ama-nos e deseja que comuniquemos esse amor aos outros”.

Fá-lo em duas partes: a primeira, mais teórica, desenvolve a “unidade do amor na criação e na história da salvação”, aprofundando os seguintes pontos:

- a diferença e unidade entre “eros”, “filia” e “agape”, como foram tratados os três pela religião cristã e outros pensadores durante os séculos até aos nossos dias, duma forma sintética, não condenando nada nem ninguém, lamentando os excessos e encaminhando e orientando tudo e todos para a vivência do verdadeiro amor;

- o corpo e a alma são bens criados por Deus, que fazem parte constitutiva de cada ser humano com a sua sexualidade própria e a sua capacidade de amar, as quais devem ser orientadas para o bem e a felicidade de cada um;
- prova-o através da Palavra de Deus revelada, apresentando Jesus Cristo como o modelo e exemplo único desse amor encarnado de Deus, que, “com incrível realismo” o viveu na sua vida, amando o Pai e o próximo.

A segunda parte, mais concreta, trata da prática eclesial do mandamento do amor ao próximo, partindo da ideia fundamental da Igreja como comunidade de amor, desenvolvida nos seguintes pontos:

- a caridade da Igreja como manifestação do amor trinitário;
- a caridade como dever da Igreja a ser vivida na sua tríplice missão de: anúncio da Palavra (*Kerigma*), celebração dos Sacramentos (Liturgia) e serviço da caridade (*Diaconia*) e de que ela é a família de Deus no mundo, no qual ninguém deve sofrer por falta do necessário;
- a justiça e a caridade devem estar juntas na criação duma ordem justa, dever central das políticas do Estado e da Sociedade, tendo em conta as orientações da Doutrina Social da Igreja;
- as múltiplas estruturas de serviço caritativo no actual contexto social, que devem ter como objectivo um verdadeiro humanismo que reconhece na pessoa humana a imagem de Deus e quer ajudá-la a levar uma vida conforme a esta dignidade;
- o perfil específico da actividade caritativa da Igreja, sintetizado nas seguintes características: resposta pronta a uma necessidade imediata, independente de partidos e ideologias e gratuita;
- os responsáveis da acção caritativa da Igreja: o Papa para o mundo inteiro; os Bispos para as suas dioceses, com os seus colaboradores mais directos: sacerdotes, religiosos e leigos e todas as instituições de caridade e de solidariedade social, os quais devem exercer a caridade como um serviço de amor e de humildade e com pleno sentido de oração.

Conclui, apresentando os Santos como os grandes modelos de vivência do amor a Deus e ao próximo, entre os quais sobressai Nossa Senhora, a mãe de Deus e da Igreja, e espelho de toda a santidade, confiando a Ela a Igreja e a sua missão ao serviço do amor.

O ser corpo e espírito são dimensões constitutivas da pessoa humana, que, em Cristo, atingem um significado decisivo e transcendente. Como

Filho de Deus encarnado, concentra em si um enorme apreço pela corporalidade e pela afectividade, contrariando a ideia de que o cristianismo, na sua história, foi herdeiro e protagonista da desconfiança para com o corpo e os afectos humanos.

Mais do que uma manifestação de desejos, emoções, sentimentos, a afectividade é uma realidade, entranhadamente, fundamental e eixo da condição humana, não só pela sua grande potencialidade de relação e comunicação, mas também porque exterioriza a dimensão carente e vulnerável do ser humano.

A própria etimologia da palavra conduz-nos aos significados seguintes: vinda do verbo latino “*afficere*”, activamente, significa: afectar, aproximar, emocionar, desejar, apaixonar, ser terno, afeiçoar-se a alguém, e, passivamente, significa: sofrimento, ferida, vulnerabilidade, dor. Dai que a afectividade traz consigo, também na sua expressão sexual, uma certa ambiguidade de raiz, enquanto o desejar possuir o outro corre o risco de querer manipulá-lo ou instrumentalizá-lo. Por isso, as relações afectivas e amorosas deixam, nomeadamente, as suas feridas e algumas com marcas muito profundas.

“Valorizar e viver a sua própria condição afectiva é reconhecer as potencialidades dos seus sentimentos e das suas emoções, como também a sua obscuridade, pois neles inscreve-se um paradoxo de claridade e de sombra, de plenitude e de abismo. Significa aceitar e reconciliar-se com o seu coração, o seu eu mais profundo, aí onde reside a nossa inviolável identidade relacional, onde somos, verdadeiramente, nós próprios no incondicional do nosso ser dom por uma gratuidade que nos funda, nos precede e nos excede em sua oferta. É viver com serenidade a sua condição de encarnação, a própria condição sexual acontecida no acontecer do corpo em dádiva, na sacramentalidade da celebração amorosa dos afectos, nesse objectivar-se da potencialidade do sentir, do doar-se e do acolher.

Na expressividade afectiva da pessoa é toda a sua sexualidade que se manifesta corpórea e espiritualmente...

A afectividade constitui uma “sabedoria do coração” que nenhuma escola pode ensinar, senão aquele que arrisca amar. Por isso, a afectividade apela-nos a uma pedagogia do concreto, a uma atenção ao real, a uma fidelidade a nós próprios, ao nosso sentir, ao nosso desejo. Percurso existencial não fácil de levar a cabo, onde se colocam tantas resistências psicológicas e culturais que só com coragem e paciência se conseguem superar”.

(António Martins, Para uma antropologia cristã da afectividade, *Comunio*, 4 (2005) 433).

A sexualidade é uma realidade humana bastante complexa e vivida complexamente, ainda que não complicada. O ser humano é um todo e, através do desejo sexual, faz ressoar o mistério da pessoa, que tem de contar com a alteridade – o mistério da outra pessoa a quem se dirige esse desejo – e tudo isto vivido numa cultura envolvente, que pode facilitar ou dificultar, educar ou deseducar, realizar ou manipular esse mesmo desejo vital.

Este número da “Pastoral Catequética” pretende: aprofundar alguns destes problemas relacionados com a educação da afectividade e da sexualidade, uma descoberta da vida e do amor; apresentar propostas para uma sua educação correcta no contexto cultural moderno; preparar para uma melhor, mais fácil e mais reflexiva leitura da Carta Encíclica do Papa Bento XVI, Deus é amor; e chamar a atenção de todos, especialmente dos que têm responsabilidades educativas, para aspectos importantes desta formação, muitas vezes, esquecidos e ignorados.

Saibamos aproveitar mais esta ocasião para crescermos um pouco mais na nossa capacidade de educar para o amor e ajudar os outros a amar mais e melhor, tanto no aprender como no ensinar.

Educar é um acto de amor

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ (*)

1. Em Maio passado, a Comissão Episcopal da Educação Cristã publicou uma Nota Pastoral sobre o importante lugar que a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica tem no currículo dos ensinos básico e secundário, chamando a atenção dos alunos e dos pais/encarregados de educação relativamente ao contributo que a mesma dá para a formação global dos alunos, e alertando para a responsabilidade dos pais/encarregados de educação quanto às decisões que devem tomar relativamente à orientação da formação moral dos seus filhos/educandos.

Ao iniciar mais um ano escolar, com as escolas já em pleno funcionamento e a catequese da maioria das paróquias a principiar a sua actividade, dirigimo-nos de novo aos jovens e aos pais/encarregados de educação, aos párocos e aos sacerdotes, em geral, aos demais agentes de educação, em especial os professores, os educadores e os catequistas, e a quantos se interessam pelo pensamento e as orientações da Igreja em matéria de educação.

2. A educação é um processo catalizador de amadurecimento humano. É o meio indispensável ao desabrochar harmonioso das potencialidades que permitem ao ser humano reconhecer-se como pessoa autónoma e livre, com um projecto de vida orientado para um ideal a atingir. Através da educação, o ser humano aperfeiçoa-se, eleva-se do nível dos instintos e dos desejos ao plano da razão, atributo distintivo da pessoa, que dá a cada um a capacidade de se reconhecer e de se adaptar ao meio circundante, de encontrar sentido para a vida e de elaborar projectos que o comprometem na construção do futuro e lhe conferem autenticidade.

3. Uma verdadeira educação implica, sempre, a relação humana entre o educador e o educando. Sendo o educando o protagonista principal da sua própria educação, “os educadores são verdadeiros artífices de um futuro de

(*) Nota Pastoral para a Semana Nacional da Educação Cristã (2 a 9 de Outubro de 2005)

peçoas harmoniosamente desenvolvidas e com boa relação pessoal”¹. Uma visão redutora da pessoa humana que valoriza apenas algumas das suas dimensões, as exigências de preparação para o ingresso a níveis superiores de ensino e de selectividade nas entradas nas instituições educativas, e a necessidade crescente de aquisição de conhecimentos e de competências para a inserção no mundo do trabalho, têm conduzido ao empobrecimento do conceito e da prática da educação.

Sobrevaloriza-se a aquisição de conhecimentos e de competências, esquecendo-se a formação global indispensável à aprendizagem do “saber ser”. Nestas condições, os educadores tendem a tornar-se meros transmissores de informação, convertendo a pedagogia em técnicas de eficácia da comunicação.

4. A visão cristã da pessoa e da educação põe em causa tanto as concepções redutoras da pessoa como o pragmatismo da educação utilitária. Abre o homem e a mulher à totalidade das dimensões da pessoa, incluindo os valores espirituais e religiosos. Refere-os a Cristo, Verbo Encarnado, o único que esclarece verdadeiramente o mistério do Homem². E entende o educador como alguém que acompanha o educando e o ajuda a crescer, alguém cuja missão essencial é, não só transmitir conhecimentos, mas testemunhar uma coerência de vida que confira a devida autoridade à palavra transmitida.

5. Só uma relação de amor que envolva todos os intervenientes no processo educativo pode tornar fecunda a tarefa educativa. Criado à imagem e semelhança de Deus que é amor, o Homem só no amor atinge a plenitude da realização e se torna semelhante ao próprio Deus³. Como diz S. Paulo, mesmo que alguém possua os dons mais excelentes, se não tiver amor, nada será (cf. 1 Cor 13,3).

Educar é um acto de amor. Só o amor é capaz de gerar humildade diante do saber, autoridade que se funda no serviço, respeito pela individualidade de cada um, reconhecimento e autoconfiança, capacidade para dar e receber,

¹ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa (2002). Carta Pastoral *Educação, direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*. Lisboa, nº 2.

² Cf. Concílio Vaticano II (1965). Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre *A Igreja no mundo actual*, nº 22.

³ Conferência Episcopal Portuguesa (2005). Nota sobre *a educação da sexualidade*. Lisboa, nº 2.

apetência para acolher propostas e seguir valores, energia para vencer obstáculos.

6. Os pais são os educadores por excelência e não devem abdicar dessa missão, delegando-a em outras instituições. Os filhos são fruto e expressão do amor. A responsabilidade educativa radica nesse amor inicial e é expressão do seu florescimento.

Assim, neste início do ano escolar:

- * advertimos os pais para que colaborem activamente com a escola na tarefa educativa dos filhos, fazendo-lhes sentir quanto a aprendizagem é importante e o esforço recompensador; e colaborem com a Igreja, acompanhando a catequese e o crescimento da fé dos filhos, testemunhando eles próprios a fé, vivida na família e na comunidade cristã;
- * aos párocos e demais sacerdotes reconhecemos a sua generosidade e dedicação, e alertemos para a urgência da renovação da pastoral familiar, do empenho na formação de catequistas e da atenção ao diálogo e cooperação com as instituições de educação e ensino;
- * aos professores, particularmente os de Educação Moral e Religiosa Católica, e aos educadores, apelamos a que vivam o que anunciam, irradiando pelo testemunho pessoal a mensagem e os valores que propõem aos seus alunos e educandos;
- * aos catequistas exortamos a que se assumam como o primeiro dos meios ao serviço da catequese em cada Diocese e que, pela sua forma de viver, sejam “eles mesmos uma catequese viva”⁴;
- * às crianças e aos jovens testemunhamos que o tempo actual é um tempo de esperança e apelamos a que acreditem que um mundo novo pode surgir se cada um de nós der o seu contributo; também, para eles, Jesus Cristo é a aposta segura.

E a todos apontamos Jesus Cristo como o melhor pedagogo e o modelo a seguir: sendo de condição divina, veio para servir e não para ser servido e atraiu os corações de muitos pela radicalidade do Seu amor, dando a vida para que a vida ressurgisse em abundância (cf. Mt 20, 28; Jo 10, 10).

⁴ Congregação para os Bispos (2005). *Directório para o Ministério Pastoral dos Bispos*, nº 128.

Afectividade e alteridade desafios educativos

CASSIANO REIMÃO (*)

“O sentido da vida deve ser o encontro com o outro”

BISCAIA, J., *Perder para encontrar*,
Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2003, p.17.

Introdução

O projecto da existência humana institui-se como projecto de abertura e de compromisso em relação aos outros e ao mundo; neste projecto, a afectividade, constituindo uma referência originária ao ser, identifica a capacidade radical da própria existência: a capacidade de ser afectada. A tendencialidade é uma característica dos seres finitos que procuram a sua própria plenitude; esta dinâmica tendencial, no caso do homem, coincide com o seu processo de auto-realização. Tal processo, contudo, não pode ser levado a cabo solitariamente; a culminância, em plenitude, das próprias possibilidades está sempre mediada pela intersubjectividade. Por isso, a dinâmica afectiva, como processo de realização da própria plenitude, é uma dinâmica intersubjectiva e, conseqüentemente, em última instância, o princípio fundamental de tal dinamismo deve ser considerado no plano interpessoal.

A afectividade é, assim, participação na vida do mundo através do próprio movimento da transcendência intersubjectiva. Por isso, o estudo da afectividade não pode partir senão da experiência, da experiência do existir (no sentido activo), tendo de ser elucidada no encontro com os outros, no mundo. Daí que a singularidade da experiência afectiva vivida seja indizível, uma vez que o ser, nela envolvido, é originariamente mistério.

(*) Doutor em Filosofia e especialista nas áreas da Filosofia Antropológica e da Psicologia da Educação. Professor Associado, com agregação, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo leccionado em diversas faculdades da Universidade Católica Portuguesa. Foi coordenador do Programa FOCO, e membro dos Conselhos Nacional de Educação e Económico e Social

Por outro lado, o sentido afectivo originário é dado pela diferença da sexualidade. O *corpo próprio* é o ponto de vista central a partir do qual se organizam todas as modalidades existenciais; entre estas, a percepção do mundo, enquanto expressão relacional do homem, é a intenção mais originária; sobre ela se constituem o imaginário, o juízo, o desejo e o querer do homem. A percepção é doadora de sentido; abre a diferença do sentido: perceber é desdobrar os perfis do objecto que se mostra. A percepção manifesta o entrelaçar do *corpo próprio* com o mundo; constitui, no encontro com os outros essentes, o lugar mundano de uma coexistência significativa. Por isso, a afectividade é sempre uma relacionalidade afectiva situada na percepção, sendo movimentada por ela. E, porque o mundo é sempre, para o homem, um mundo percebido, a afectividade é constitutiva da consciência intencional.

1. Antropologia da afectividade

Lalande, no *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*, define *afectividade* como «*carácter dos fenómenos afectivos*» e como «*conjunto dos fenómenos afectivos*», remetendo, depois, para o termo afectivo que designa “o carácter genérico do prazer, da dor e das emoções”.

Afectar significa “exercer uma acção sobre a sensibilidade e, em especial, produzir um estado de tristeza”.

Numa análise fenomenológica da afectividade identificam-se três estruturas fundamentais:

1. *A corporeidade* – Merleau-Ponty considera que o corpo próprio, como *être-au-monde*, é o ancoradouro existencial do *Dasein*, o ancoradouro do existente no mundo.

O corpo é o medidor e o mediador da distância.

O concreto antropológico do corpo próprio manifesta o existente enquanto relação de ser-com-o-mundo. É o corpo vivido que estabelece a ligação com o mundo.

O corpo é a relação cruzada onde emerge o sentido. É quiasma com o mundo, simbolicamente dentro e fora, activo e passivo.

O corpo próprio é uma dimensão da existência individual, constituindo a presença da *pessoa* e o seu campo expressivo; torna o homem solidário com o mundo, fazendo dele um ser temporal e histórico. É uma estrutura

consciente da consciência: corpo e consciência “co-implicam-se”, “co-exigem-se”, co-constituem-se”.

O corpo próprio é o veículo da percepção do mundo, exprimindo, a cada momento, as modalidades da existência. Através dele, a existência constitui-se como incarnada; ele é o lugar da compreensão (do outro e das coisas do mundo), é o “lugar” do aparecimento do sentido, onde acontece a verdade do mundo. “O homem, no seu corpo, não é nem pura necessidade, nem puro desejo. O seu corpo é a história da constante passagem de um ao outro”¹

Apesar de afectada por obscuridade, a afectividade, porque incarnada, força o intelectualismo no seu próprio fundamento. Em cada etapa da existência, o corpo descobre a experiência afectiva, possibilitando um poder reversível aos sentidos: “Ver é, portanto, tocar, ouvir é também perceber e compreender, pois a percepção enquanto intencionalidade concreta anuncia a possibilidade de uma reflexividade categorial do sentido, como significação”².

A experiência afectiva manifesta-se, porém, de modo privilegiado, no encontro das pessoas. Na constituição intersubjectiva do encontro, o outro funda a ambivalência do meu presente vivido. No encontro descobrimos não só o comportamento de um outro, cuja expressão eu posso viver do interior da minha própria corporeidade, mas ainda posso viver o meu comportamento a partir do seu centro vivido pelo qual ele me coloca, por sua vez, como pólo da sua transcendência própria.

2. *A temporalidade* – A afectividade está relacionada com o tempo. A afectividade e a temporalidade são modos específicos de relação, intrinsecamente unidos, na diferença existencial originária.

A estrutura da temporalidade é marcada pela relação acção-paixão constitutiva do presente vivido. Segundo Merleau-Ponty, a manifestação de si é presença a si do corpo próprio. A afectividade manifesta-se pelo facto de a significação existencial não ser exterior ao presente, mas constituir efectivamente a relação tensional da acção/paixão da corporeidade.

¹ VASSE, D., *Le temps du désir*, Seuil, Paris, 1997, p. 41.

² FLORIVAL, G., in *L’Affect Philosophe*, Vrin, Paris, 1990, p. 94.

O mundo dura no tempo; este sustenta a nossa *espera* e a nossa *esperança* na medida em que é ele que dispõe as coisas. Nele, podemos separar-nos do nosso eu profundo e deixar vazia a nossa existência inteira. Na afectividade contactamos a temporalização da nossa própria temporalidade existencial. Assim, afectividade e tempo, implicam-se mutuamente. O afecto revela a essência do tempo como dimensão relacional.

De um lado, o corpo próprio desdobra a diferença radical do tempo vivido; opera-se uma transcendência no projecto do existir, como ser-no-mundo. Por outro lado, o acontecimento do encontro, e só ele, pode dar conta da temporalidade própria através do afecto que produz – a todos os níveis da vida afectiva se joga uma bipolaridade: prazer/dor (afectos), alegria/tristeza (estados afectivos), vivenciados no instante, ou em duração. Os estados afectivos (*emoções, paixões, sentimentos*) constituem a estrutura dinâmica do fluxo temporal (a *emoção* petrifica o presente na pontualidade bloqueada do instante; a *paixão* dilata o presente emocional até à totalidade do horizonte existencial; o *sentimento* abre-se ao projecto existencial e, ao mesmo tempo, à captação presente do acontecimento).

3. *A espacialidade* – As dimensões espacializadas do corpo remetem para uma topografia do próximo e do distante.

Revelando os momentos passados da nossa vida afectiva, verificamos que eles são simultaneamente temporais e espaciais: o corpo, recordando-se das distâncias percorridas, redescobre, imaginaria e intermitentemente, à escala da unidade histórica e geográfica da existência, as etapas das nossas angústias e dos nossos desejos.

Nestas estruturas fenomenológicas, são os conceitos de *Lebenswelt* e de *corpo próprio* que constituem os pontos de referência para a análise da afectividade.

2. Da afectividade à ética

Porque o homem é um ser afectivo, *desiderativo*, pode *preferir*, como afirma Paul Ricoeur, e, conseqüentemente, construir os valores e realizar-se eticamente.

No movimento e na estrutura do desejo, o homem descobre-se como estrangeiro à sua história, entregue ao inconsciente que o habita e que, tal como num caos primordial, deixa separar dele uma consciência que, na sua pretensão em organizá-lo, procura encontrar a verdade.

O desejo (traço característico da condição humana) é um apelo à quietude que carrega consigo o embrião da frustração, da falta, porque, na linha da finitude, nunca será totalmente saciado³.

Porque o desejo constitui, para o homem, a fonte primeira da acção, é por ele que o homem assume a responsabilidade do seu destino; o desejo é a fonte e a origem primeira da acção, a energia necessária para que o homem se lance, livre e responsabilmente, na construção do seu futuro. Residindo no movimento das tendências, manifesta-se por subtração dos elementos positivos da vontade;

O desejo é fonte de ser: projecta a ilusão da necessidade e a manifestação da falta; a sua não satisfação configura a estrutura existencial do ser do homem. E o poder de agir, oriundo do desejo, conduz-nos do plano meramente prático ao plano ético, no encontro com outrem; este encontro pressupõe uma subjectividade anterior que, mesmo perante outrem, permanece solitária. O eu é irremediavelmente único. Mas, ao ser posto em questão por outrem, conservando o eu a sua solidão, projecta-se na responsabilidade; a fenomenologia torna-se ética: o sujeito, mantendo-se ele próprio, não se tornando outro, compromete-se com o outro.

O paradoxo do outro reside no facto de ele ser uma interioridade que se exterioriza e que se revela; sendo, por outro lado, incomunicável, pela sua experiência privada, não interdita, de nenhum modo, toda a sua comunicação; e é, pelo facto de ele se exprimir que nele descobrimos o inexprimível e o imprevisível.

A ética surge de uma consciência de si, de um eu sensível, susceptível de ser afectado, que encontra o não-sensível por excelência, através do excesso que é o rosto do outro.

A fenomenologia abre-se, então, à ética, na medida em que é superada a não-indiferença existente na diferença entre mim e o outro; é superada a não-insensibilidade em relação ao outro. A diferença entre mim e o outro reside na impossibilidade, para mim, de ser impassível diante do outro⁴. A

³ «(...) o desejo do homem não pode deixar o seu traço significante no mundo senão com a condição de renunciar a ter ou a ser a totalidade do mundo no próprio acto de o possuir” (VASSE, D., *Le temps du désir*, Seuil, Paris, 1997, p. 128).

⁴ “No próprio momento em que tende à união com o outro, para realizar a unidade que procura, o outro altera-o. Escapando-lhe, remete-o à sua irreduzível diferença no próprio acto de a reduzir. É o outro do outro e de si mesmo: Outro” (VASSE, D., *Le temps du désir*, Seuil, Paris, 1997, p. 128).

assimetria é a condição de possibilidade da ética e a afectividade, vivenciada no desejo, constitui o itinerário da sua instituição; a ética implica o exercício da liberdade e da responsabilidade, na linha do desejo e do preferível.

3. Afectividade, sexualidade e amor

O sentido de viver reside no equilíbrio da partilha de pensamentos, de emoções e de acções. O amor é, para o homem, a maior expressão interior de liberdade e de felicidade; o olhar do amor é um olhar criador; vê o que ninguém vê. Amar é querer o bem do outro, o seu desenvolvimento. O amor é a vocação maior e a razão da vida de todo o ser humano, considerado na sua origem, na sua evolução e na sua finalidade.

A sexualidade integra o mais íntimo da personalidade humana, abrange a totalidade do ser do homem, sendo um fenómeno mais complexo do que a simples função biológica; impregna todo o nosso psiquismo e realiza-nos como pessoas.

O encontro sexual, para aquele que ama, acompanha este estatuto diferenciado, já que a relação sexual (con)-sentida é a expressão corporal da capacidade humana de amar, na sua dimensão mais elevada.

Viver a sexualidade como um reconhecimento do outro, esse outro ao mesmo tempo necessário e irredutível.

A sexualidade é uma das ambiguidades fundamentais das sociedades humanas, constituindo o domínio das regras, o primeiro lugar onde a cultura se articula com a natureza, sendo objecto de rigorosa vigilância social, enquanto forma de o homem estar presente no mundo.

A bondade da sexualidade (que exerce um papel central na vida humana) está ligada ao reconhecimento da alteridade e à experiência positiva do limite. O homem e a mulher são um para o outro sinal e portadores da palavra, essa palavra que surge como o imprevisível apelo do Outro, como epifania da alteridade total. A alteridade do outro fundamenta-se na alteridade última que é a da Palavra⁵.

A sexualidade, “correctamente entendida, tem uma ligação profunda com o amor e só nele encontra o seu verdadeiro sentido”.

⁵ “(...) é a lei da linguagem que dá sentido humano à sexualidade” (FUCHS, E., *O desejo e a ternura*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 47). “(...) a sexualidade só se torna humana porque se defronta com a dura lei da linguagem que a antecede e a estrutura” (Ibidem, p. 44).

4. Afectividade e projecto de existir (reflexões prospectivas e desafios educativos)

1. A afectividade reveste-se de uma importância nuclear para a realização humana: a conquista permanente da felicidade. Porque a própria inteligência é afectiva, a conversão/transformação do homem envolve a radicalidade afectiva do seu ser.

A verdade da existência é determinada pela sua génese afectiva. A afectividade dá estrutura à vida, no sentido natural e cultural (há que reconhecer no *ser* uma dimensão pessoal e afectiva; o *ser* ama o homem e dá-lhe sentido).

O dom assume a significação de transcendência, de ser-no-mundo-com-outrem. A dimensão afectiva de uma possibilidade de dom no homem emana de uma presença mais interior a si que ele próprio.

2. A afectividade apresenta-se como uma estrutura relacional ligada à dimensão temporal. Enquanto capacidade de saber ler as emoções dos outros, a afectividade é a raiz do altruísmo. Mas a afectividade não se identifica com esta relação temporal; caracteriza-se por uma estrutura mais fundamental que é a da relação sexuada. Esta é condicionada por um carácter existencial.

Há uma fundamentação recíproca das relacionalidades: a da temporalidade e a da afectividade. Mas a afectividade é mais originária que a temporalidade. A diferenciação afectiva recebe, finalmente, a sua efectividade transcendente graças à abertura do tempo.

3. A fenomenologia, ao elucidar as suas estruturas e ao visar a sua essência ontológica, revela-nos que a afectividade se insere na vida do mundo, implicando, necessariamente, uma dinâmica de transcendência intersubjectiva.

4. A análise fenomenológica mostra-nos que a afectividade é manifestação prática do sentido de existir. As estruturas da afectividade são constitutivas do ser do homem ao mesmo título que as outras intencionalidades, pela simples razão de que são já as do conhecimento e as da linguagem.

5. Não há que perguntar por que é que temos, para além das sensações representativas, afecções, uma vez que a sensação representativa é tam-

bém afecção, sendo presença ao mundo através do corpo e do corpo através do mundo, sendo carne e também linguagem. A razão situa-se, também, neste horizonte.

6. A alteridade sexuada, inteiramente singular e mais originária que a alteridade, é constitutiva do devir relacional da pessoa. O ser é sentido como dimensionalidade ou diferenciação. A diferença afectiva vivida é o momento da emergência da dimensão especificamente humana, da compreensão significativa, objectiva.

Toda a vida autêntica, e mesmo toda a liberdade, exercem-se segundo o modo de uma transcendência reciprocamente reconhecida.

É a relação de troca sexual que funda os indivíduos segundo a sua polaridade na inter-relação; não são os indivíduos que “constituem” a diferença relacional.

A subjectividade do indivíduo ordena-se, portanto, a esta reciprocidade relacional sexuada que, na sua transcendência, constitui o devir da “pessoa”; o comportamento sexual é uma actividade essencialmente finalizada e personalizada.

7. O corpo não é a “abominável vestimenta da alma”, como chegou a referir Gregório Magno. O corpo somos nós; ele é a nossa história.

8. É urgente substituir a *dependência* pela *diferença*, construindo eixos de segurança ontológica; cada pessoa está envolvida no processo activo de organizar uma interacção social, descentrando a sua subjectividade.

9. O amor, como realização plena da afectividade do homem, está acima da razão, mas está cheio de apelos à razão; por isso, o amor sobrevive para lá da razão; contudo, o amor verdadeiro só existe suportado pela razão.

O homem tem de saber responder à questão “se prefere amar ou ser amado”.

Há que aprender a amar (“amar é dar-se”), promovendo a capacidade de sair de si para ir ao encontro do outro.

10. A afectividade é um valor unificador e estruturante da pessoa. A sua dignidade e respeito recusam o relativismo ético, nomeadamente no que respeita à sexualidade.

11. A pessoa é expansão e adequação ontológica. É um *centro de atitudes*, diz Paul Ricoeur, na sequência do sentido que Éric Weil atribui a

esta expressão. A identidade de uma pessoa depende da capacidade de ela manter a continuidade de uma narrativa (a pessoa é “linguagem, acção, narrativa, ética”⁶); a sua identidade não se encontra na reacção nem nos comportamentos dos outros.

12. A cultura, na qual se situa, de modo determinado, a afectividade dos indivíduos que a integram, estabelece a inserção da definição do sentido para a existência e a diferenciação simbólica dos objectos de uso (masculino/feminino).

O mundo, como elemento constitutivo do existente através da sua dimensionalidade de horizonte, é sempre o “que há”, uma totalidade dada à experiência afectiva. Se ele se concretiza na diversidade dos seres vivos, é sempre das pessoas que remete o afecto, porque o alcance prático do mundo, para o existente que o vive, é sempre já cultural, de maneira que existe reversibilidade ou síntese passiva no próprio estofado do mundo, um entrelaçar de acção e de paixão.

13. A educação da afectividade deve, assim, ser personalizada, aberta, “sem medos”, não directiva, mas apelando à responsabilidade. Esta educação deve alicerçar-se num quadro de valores que, a partir da dignidade da pessoa, dê primazia ao amor e respeite o sentido da vida, promova a fidelidade (“compromisso, liberdade, disponibilidade”, na linguagem de Gabriel Marcel), a partir de uma realizante atenção ao outro.

Na educação da afectividade, deve centrar-se tudo na formação da identidade pessoal, examinando e avaliando tudo sob o ponto de vista da pessoa (sobretudo os valores e as normas dominantes). O que se exige, na educação e, sobretudo, na educação dos afectos, é a prática de uma pedagogia da proximidade.

14. Há que ter esperança no homem, porque o homem tem uma capacidade de abertura ao outro a partir do seu próprio esquema corporal.

A relação é acabamento de si mesmo. A dignidade e a excelência do homem nunca permitem que ele seja tratado como um meio, exigindo que seja sempre tido como um fim, portador de um valor absoluto. Ele é um ser misterioso e complexo, mas é uma “pessoa”, um verdadeiro apelo a ser e ao Ser.

⁶ Cf. RICOEUR, P., *Lectures 2 – La contrée des philosophes*, Seuil, Paris, 1999, pp. 198 e 204.

15. Exige-se, assim, de todos nós, capacidade de intervenção e de intervenção para que o homem não seja “consumido”, através da usurpação alienante da sua vida afectiva, criticando o funcionalismo e as ideias dominantes na sociedade, numa urgente antecipação societal, através da apreensão global dos problemas, organizando o saber perante a complexidade do real.

No confronto do homem com o mundo, há que ter clara uma visão do homem, pois não há epistemologia sem antropologia.

16. Digamos “sim” ao progresso, à tecnologia, mas humanizados, para defesa da pessoa, no seu todo (como ser digno, nunca susceptível de ser objectivado). Torna-se, por isso, necessária a mudança de mentalidade, através do aumento da capacidade de saber e de criticar, para nos sentirmos eficazes na construção do mundo.

17. A problemática da afectividade e, em particular, da sexualidade, enquanto questões profundamente humanas, implicam uma visão de conjunto do homem, do sentido da sua existência e do seu destino.

A sexualidade situa-se no plano das relações interpessoais e define o homem como “ser de encontro”; a sexualidade deve inscrever a relação entre duas pessoas preocupadas uma com a outra.

18. O corpo é expressão da pessoa inteira; através dele, o homem é sempre capaz de reconhecer o outro, colocando-o como correlato do mundo, tornando a comunicação do homem sempre comprometida.

A sexualidade orienta-se para a construção do homem como ser de amor e de liberdade (educar para a liberdade equivale a adquirir uma sensibilização para a questão do sentido); implica uma doação mútua, um compromisso e uma fidelidade (é próprio da fidelidade cumprir o que se prometeu), recusando a trivialização e a objectivação do outro, anulador do seu ser de pessoa. Esta é a questão decisiva da problemática da sexualidade: porque o homem é um *ser de encontro* e um *ser de presença* de si ao outro, está radicalmente orientado, na sua própria existencialidade, para a construção do amor pessoal. E tal construção insere-se num itinerário de liberdade, na medida em que ser livre consiste em ser capaz de conferir sentido pleno à própria vida.

19. São incontornáveis o papel e a importância da família na construção identitária do ser humano, da situação originária da sua afectividade (pela educação da sexualidade).

20. A espiritualidade constitui uma dimensão da consciência humana. O espiritual não é provisório na racionalidade. O cérebro humano, onde se estrutura a afectividade, está também estruturado na relação com o espiritual; a realidade humana não é meramente genética, nem um mero repositório de hormonas.

21. As instituições educativas devem dar confiança ao homem de hoje, propondo-lhe quadros de referência por que valha a pena viver. Há que instituir, na matéria da educação da afectividade e da sexualidade, um movimento de esperança que dê ao homem a alegria de viver (a felicidade como culminar da realização afectiva e intelectual do homem). O homem de hoje anda à procura de Alguém que o ajude a dar sentido à sua vida. Quem tem fé deve agradecer esse dom, trabalhando no sentido de reforçar o gosto de viver.

22. Há que procurar protecção para o individuo contra o mimetismo colectivo na concorrência histórica instalada no nosso mundo; pois, embora haja um largo caminho de liberdade a percorrer, convém não esquecer que “a solidão egoísta é um roubo feito ao vizinho”; mas há que ser audaz, pois “o risco é o preço da esperança”.

23. Torna-se urgente educar para a generosidade (sobretudo na família) e para a construção de uma atitude crítica face à deformação veiculada pelos *media*.

24. No domínio da afectividade, a partir da situação em que nos encontramos, há que descobrir sempre mais, centrados no mistério da pessoa, recusando a “ditadura do desejo”, bem como a do relativismo ético. O desejo não é uma fatalidade, mas uma possibilidade. A negação do cepticismo epistemológico e do relativismo ético não é sinal de intolerância.

25. Deve promover-se uma educação para a aceitação de si próprio: a própria imagem, a auto-estima e a abertura ao mundo, bem como uma educação para a aceitação do outro, baseada na dignidade humana, recusando a mentira como refúgio.

26. Parece que o sistema imunitário mais afectado é, hoje, a afectividade. A afectividade está afectada; é necessário reconstruí-la, alterando, porventura o sentido da “não-existência” através da construção de caminhos de regresso (são, aqui, centrais o diálogo e o exemplo familiar). Da família parte toda a

educação da sexualidade: o valor e a riqueza do ser humano (o valor da disciplina, das regras, do respeito pelo outro). O professor é complementar da família, devendo cultivar os valores e ser modelo e referência).

27. A manipulação cultural, introduzida no domínio dos comportamentos afectivos, é mais grave que a manipulação genética (afirma Montalcini – prémio Nobel, 1986).

28. Há que combater a “Cultura Imunodeficiente Adquirida (CIDA) pela Cultura Responsavelmente Interiorizada, Defendida e solidamente Adquirida” (expressões de V. Pinto de Magalhães⁷).

29. Bases para a educação da sexualidade:

Filosóficas – a dignidade da pessoa e a dignidade do outro; a espiritualidade do ser pessoa exige um sentido para a existência;

Afectivas – a palavra, a ternura e o carinho;

Biológicas – respeito pelas fases evolutivas:

Psicossociais – socialização e responsabilidade; liberdade e valores.

30. Vimos assistindo a uma traição às crianças na escola, no que respeita às “experiências” de educação da sexualidade: falta de integração numa educação global, falta de respeito das fases evolutivas, sem respeitar a integração dos diferentes aspectos da personalidade, falta de continuidade educativa, falta de uma autêntica educação para o amor. A educação sexual anda confundida com a libertação do desejo, procurando fingir-se uma sexualidade sem ética, isto é, sem a integração do desejo e da ternura, anulando o mistério real de cada pessoa; no homem e na mulher, o valor espiritual implica a inscrição do amor num projecto de liberdade e de fidelidade, de fidelidade a um dom comum e recíproco, em que o outro é sinal de que ninguém é auto-suficiente. A fidelidade revela uma vontade comum de cada um se empenhar num projecto comum.

31. Os jovens como mercado: a imagem, a manipulação da mente, os media, a pressão económica, o consumismo, o prazer como valor absoluto (que dizer da “monogamia serial”?).

⁷ Cf. *Acção Médica*, Ano LXIX, nº 2, Abril/Junho, 2005, p. 40.

32. A pedagogia dos afectos deve ser uma pedagogia da confiança.

33. Deve construir-se uma escola “Onde não seja proibido sonhar e onde se ensine a viver”, porque “ a primeira grande virtude do educador é não ter demasiadas certezas: é saber também estar à procura; é ser aventureiro como aqueles que procuram resposta para o mundo”.

34. O ser humano define-se pela busca da felicidade, pois está estruturalmente orientado para ela.

35. Há que criar uma “nova consciência” para responder às inquietações que surgem do confronto da evolução cultural com a ética do homem e os princípios que o regem. Numa época de apagamento das grandes ideologias, do crepúsculo do dever, há que abrir perspectivas libertadoras e responsabilizantes para o futuro.

36. Há que instituir uma ética cristã da sexualidade realmente libertadora, situada não na ciência, nem na práxis do homem moderno, mas na revelação do sentido da existência humana na vida de Jesus Cristo, rompendo, assim, com o discurso sexológico dominante, como nova ideologia da sociedade “liberal avançada” que oculta o próprio homem. A ética cristã deve ser renovada contra a mentira de “uma qualquer moral sem interdições”.

37. A prática da ternura possibilitará “a descoberta maravilhosa da alteridade do outro, explicará o sentido do desejo e onde o desejo, qual força da vida e dom da alegria, se oferece como a fonte de toda a ternura possível”⁸.

38. Recorde-se, a concluir, Saint-Exupéry: “(...) o príncipezinho, depois de ter caminhado durante muito tempo e de só ter encontrado areia, rochas e neves, acabou por descobrir uma estrada. E todas as estradas vão dar aos homens”⁹. E aquilo que, nos homens, é essencial é invisível aos olhos; só os olhos do coração podem ver mais longe, dando a conhecer o que de misterioso integra a totalidade do seu ser.

⁸ FUCHS, E., *O desejo e a ternura*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 9.

⁹ SAINT-EXUPÉRY, A. de, *O Príncipezinho*, Ed. Caravela L.da, Rio de Janeiro (Brasil), 1987, p. 64.

Expressões afectivas: que avaliação ética?

JERÓNIMO TRIGO (*)

1. Afectos e afectividade

É fácil perceber que os afectos e a afectividade fazem parte da vida das pessoas, pois pertencem à sua estrutura existencial. Sentem-nos, exprimem-nos, vivem deles e com eles. Mais difícil é falar sobre eles, tipificá-los, defini-los, interpretá-los, até porque os vários impulsos que entram na vida, recebem nomes diferentes, conforme as pessoas, os tempos e os lugares, sem se distinguirem claramente: afectos, paixões, emoções, sentimentos, estados de ânimo ...

Afecto e afectividade são palavras derivadas do latim *afficere*: pôr num estado físico ou moral, dispor bem ou mal, afectar, com os derivados *affectio*: influência, impressão, afecção, maneira de ser, disposição física ou moral, e *affectus*: estado de alma, disposição de espírito, sentimento, afeição, ternura.

Em sentido lato, em que se ressalta o carácter passivo, os afectos dizem respeito ao modo como a pessoa é tocada por movimentos exteriores ou interiores, como reage a esses impulsos. É uma afecção ou afeição, *affectio*, e o seu significado é o de efeito, impressão ou traço. Somos afectados por algo quando dele recebemos qualquer influência que nos marca. Em sentido estrito, de carácter activo, o afecto, *affectus*, tem uma dimensão emotiva, ligada à sensibilidade geral, que tanto engloba reacções difusas como o bem-estar ou o mal-estar, como experiências mais complexas, os sentimentos, as emoções, as paixões... Refere-se a uma energia interior que envolve a pessoa e a projecta na direcção de alguém ou de alguma coisa por quem tem afeição e é objecto de desejo. A afectividade afecta toda a pessoa no seu sentir; está muito ligada ao amor. Por exemplo as

(*) Sacerdote, membro da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, Missionários Claretianos. Doutor em Teologia Moral, Professor Associado na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

“necessidades afectivas” identificam-se quase com a necessidade de amar e de ser amado¹.

No ocidente, marcado pela racionalidade, os sentimentos não são considerados fonte de conhecimento, e, neste âmbito, estão em grande parte marginalizados. A razão aparece como a única via de acesso ao real. Há uma separação demasiado acentuada entre esfera cognitiva e esfera sensível. Mas marginalizar, ou, pior ainda, sufocar ou destruir o sentir, equivale a desconhecer a dimensão originária que funda a nossa identidade mais profunda. O coração alcança conhecimento de coisas a que a razão sozinha não chega. Esta tem um papel determinante, mas precisa de saber conjugar-se com o sentir. “O cogito tem uma função de mediação crítica, impedindo a pessoa de se dobrar sobre si mesma e proporcionando os motivos para a sua regulação ordenada, mas não substitui o desejo, nem pode fazê-lo”².

Muitas vezes acentua-se a dualidade afectivo – cognitivo e a irredutibilidade entre consciência afectiva e consciência cognitiva. Mas a afectividade é também um saber, um sentir que informa e esclarece. Escreve Maria Luísa Ribeiro Ferreira: “quando falamos de afectos falamos também de um saber e, conseqüentemente, há uma relação deles com a verdade das coisas. É nos afectos que se revelam as nossas convicções mais fundas. As noções que formamos do eu, do outro, do bem e do mal, da crença ou da descrença em Deus, são-nos dadas primeiramente pelos afectos e, passando embora pelo crivo da conceptualização e argumentação, nunca deixam de acusar esse toque. Há uma experiência primeira, indizível como todas as coisas que realmente nos tocam, difícil precisamente devido ao seu carácter experiencial e inefável. A afectividade é abertura ao mundo, um mundo diferente do mundo científico e tecnológico que conhecemos, mas tão verdadeiro e real quanto este. Há um saber de nós mesmos que só a consciência afectiva nos dá. Há uma suprema evidência nas experiências que temos de prazer e de dor, de alegria e de tristeza, de nós próprios e dos

¹ Cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, 130; FERREIRA, M.L.R., *Será possível uma filosofia dos afectos?* in DIOGO, J. E., (coord.), *Crescer nos afectos*, Ariadne, Coimbra, 2005, p.19; BIJU-DUVAL, D., *L'affettività tra psichico e spirituale: una chiave per la morale*, in MELINA, L. – BONNEWIJN, O. (coord.), *La sequela Christi; dimensione morale e spirituale dell'esperienza cristiana*, Lateran University Press, Roma, 2003, p. 106.

² ROCCHETTA, C., *Viaggio nella tenerezza nuziale; per ri-innamorarsi ogni giorno*, EDB, Bologna, 2003, p. 34. O autor propõe que ao *cogito, ergo sum* cartesiano, se junto *sentio, ergo sum*, cfr p. 92-95.

outros. Daí podermos dizer que as certezas ontológicas são dadas pela consciência afectiva”³.

Por outro lado, há quem fale e denuncie o “analfabetismo afectivo”, evidenciado no desconhecimento do papel da afectividade na vida pessoal e social que domina o horizonte actual, e que atinge tanto os sectores da vida privada como os da vida pública. Não somos educados para conhecermos o mundo afectivo próprio e para o assumir em termos maduros de “relação com” e de “relação para”. Observa Luís Restrepo: “nós cidadãos ocidentais sofremos uma terrível deformação, um pavoroso empobrecimento histórico que os levou a um nível jamais conhecido de analfabetismo afectivo. Sabemos do A, do B e do C; sabemos do 1, do 2 e do 8; sabemos somar, multiplicar e dividir, mas nada sabemos da nossa vida afectiva, razão pela qual continuamos exibindo grande entorpecimento nas nossas relações com os outros”⁴.

Considera que a dissociação entre cognição e sensibilidade, entre razão e emoção, se deve ao facto de a afectividade ser “tema [que] escapa à técnica discursiva, por tratar-se de uma vivência que resiste a qualquer cadeia argumentativa ou exercício explicativo”⁵. Afinal são resultado do dito torpor e analfabetismo afectivo. Particular incidência tem no conhecimento do que é singular, sobretudo quando se trata de pessoas. “O caminho mais fácil para o conhecimento da singularidade parece ser o que segue a pegada gnosiológica do contexto e da sensibilidade. É no plano do sensível que residem as nossas diferenças mais radicais. É na maneira de percebermos os aromas, as carícias ou o tacto, nos nossos ascos e alergias, nos pequenos prazeres e nas exaltações emocionais que fica mais claramente marcada a nossa irreduzível singularidade”⁶.

³ FERREIRA, M.L.R., o. c., p.22. Segundo a autora, a filosofia sempre se preocupou pelos afectos, às vezes, contudo, em atitude de suspeita e de desconfiança, porque, sendo instâncias misteriosas, pertencentes a um domínio estranho à razão, eram entendidos genericamente como obstáculo não só ao pensamento, mas também ao viver ético onde dividem e provocam dissensões. O seu conhecimento era em vista de os poder enquadrar e dominar, cf. *Ibidem*, p.17-19.

⁴ RESTREPO, L., *O direito à ternura*, Vozes, Petrópolis, 2001, 3ª ed., p.19. O autor fala várias vezes de “analfabetismo afectivo”, de “entorpecimento afectivo” e de “torpor afectivo”. “Padecemos de uma analfabetismo afectivo que dificulta compreender as raízes do nosso sofrimento. Analfabetismo que nos impede de encontrar chaves para melhorar a nossa vida quotidiana”, *Ibidem*, p.20.

⁵ *Ibidem*, p.15.

⁶ *Ibidem*, p.45. Conhecer pelos afectos é importante. Uma máquina dá menos erros do que nós porque está programada, mas não sente. “O que nos caracteriza e diferencia da inteligência artificial é a capacidade de nos emocionarmos, de reconstruir o mundo e o conhecimento a partir de laços afectivos que nos impactam”, *Ibidem*, p.18.

Afectos, afectividade. Tantas coisas numa mesma coisa; tantos aspectos, tantos significados, às vezes mesmo contraditórios e em conflito entre si, que convergem e coexistem, que se fundem e confundem. A afectividade é uma característica globalizante e profunda do ser humano que abrange todos os âmbitos da existência da pessoa. Tem uma dimensão fundante. Somos seres impregnados de afectividade, ou seja, afectados por vários factores exteriores e interiores. Particular relevância tem a outra pessoa, tanto na sua presença como na sua ausência, nas representações, vivências e fantasias que temos e elaboramos.

Afectividade e sexualidade estão em relação estrita. Na afectividade há “um sentir ser, radicalmente imbuído de corporeidade sexuada, masculina ou feminina, que se dirige à sensibilidade como afecto dado, recebido, partilhado”⁷. O *Catecismo da Igreja Católica*, de 1992, relaciona a sexualidade com a afectividade do seguinte modo: “a sexualidade afecta todos os aspectos da pessoa humana, na unidade do seu corpo e da sua alma. Diz respeito particularmente à afectividade, à capacidade de amar e de procriar, e, de um modo mais geral, à aptidão para criar laços de comunhão com outrem”⁸.

Este texto descreve em traços largos e incisivos, a complexidade da sexualidade humana. É uma realidade ao mesmo tempo biológica, psicológica, espiritual e sócio-cultural como a própria pessoa de que faz parte. Há-de ser entendida como linguagem de pessoas, diálogo interpessoal, abertura recíproca, mútua doação de amor, encontro, comunhão integral. A condição masculina ou a condição feminina, expressões essenciais da condição sexuada da vida humana, não constituem realidades paralelas, mas recíprocas. A reciprocidade põe em destaque a estrutura dialógica e relacional da pessoa humana e, por isso, a sua abertura à comunhão interpessoal. A afectividade que se insere no próprio núcleo da pessoa, e que é, por esse motivo, irrenunciável, é a dimensão mais profunda da sexualidade humana. Por isso, sob nenhum pretexto e por nenhuma razão, se pode desconhecer, esquecer ou, o que seria ainda pior, reprimir esta dimensão essencial do ser humano, varão ou mulher.

O vazio afectivo desfigura a sexualidade e conduz a uma inflação da genitalidade, e, conseqüentemente à desvalorização daquela. Para lá de todos os desempenhos sexuais mais ou menos estereotipados (há revistas, manuais e programas explicativos), pode haver e há uma sexualidade

⁷ ROCCHETTA, C., o. c., p.34.

⁸ *Catecismo da Igreja Católica*, 2332. “A sexualidade é fonte de alegria e de prazer”, *Ibidem*, 2362.

desvitalizada. É nesse vazio que prolifera uma sexualidade despersonalizada. Por outro lado, há pressa em viver e fazer. Dá-se pouco tempo à afectividade; fazem falta gestos gratuitos de carinho e de ternura.

“Somos ternos quando abandonamos a arrogância de uma lógica universal e nos sentimos afectados pelo contexto, pelos outros, pela variedade de espécies que nos cercam. Somos ternos quando nos abrimos à linguagem da sensibilidade, captando nas nossas entranhas o prazer ou a dor do outro. Somos ternos quando reconhecemos os nossos limites e entendemos que a força nasce de compartilhar com os outros o alimento afectivo. Somos ternos quando fomentamos o crescimento da diferença, sem tentar nivelar aquilo que nos contrasta. Somos ternos quando abandonamos a lógica da guerra, protegendo os ninhos afectivos e vitais, para que não sejam contaminados pelas exigências de funcionalidade e de produtividade a todo o transe que pululam no mundo contemporâneo”⁹.

2. Ética

A sexualidade e a afectividade que a ela anda ligada, constituem, do ponto de vista educativo, realidades complexas e problemáticas. No passado estas questões eram entendidas e tratadas sobretudo em chave moral, isto é, como realidades a avaliar, boas ou más. A esta unia-se o direito e a tradição. A abordagem era feita pelo que podemos chamar, as ciências normativas, a ética, a moral, cristã ou não, e o direito, cada qual no seu âmbito, muitas vezes sobrepostos e convergentes.

Com a emergência e a divulgação das ciências humanas, sobretudo a biologia, a psicologia, a sociologia e a antropologia cultural, deu-se uma mudança de registo. A tendência é para diminuir, ignorar e até negar a dimensão ética da sexualidade e da afectividade. Passa-se da avaliação ética que inclui vertentes judicativas, propositivas e normativas, para a perspectiva descritiva, pretensamente neutra do ponto de vista ético. Analisa-se o que sucede, os factos, e diz-se que há “normalidade”, se um número significativo de pessoas os manifestar. Trata-se de uma “normalidade” estatística. Até mais, o factual, se for generalizando, é apresentado como critério de verdade, às vezes conclusivo e definitivo, assentando na maioria, no “todos fazem assim”, como razão fundamental e suficiente para ser legitimado.

⁹ RESTREPO, L., o. c., p.84.

Esta perspectiva reivindica para si a autoridade decorrente da ciência e afirma não “fazer juízos de valor”¹⁰. Não exclui totalmente a dimensão ética, mas redu-la a um apontamento descritivo. Acaba por ser a apresentação de um *ethos* cultural, que pode mudar no espaço e no tempo, sem pontos de referência que o ultrapassem e questionem. Acaba por ser sociologia; não é uma ética.

Neste contexto, o âmbito ético a propósito da sexualidade e dos afectos, fica reduzido a uns três pontos, com os quais se procuram evitar consequências graves, ou garantir a suficiente auto-determinação: o perigo de uma gravidez não desejada, o contágio, sobretudo do HIV, e o uso da violência, mais na perspectiva física do que psicológica. Aqui, educar é prevenir. Conhecer para prevenir, para evitar males. Está muito identificado com instruir, como fazer ou não fazer, de modo a acautelar consequências inconvenientes.

As éticas de carácter estático e prevalescentemente normativo, apesar de se situarem num plano diferente e até oposto a este, têm algo em comum com ele: o “convencional”. Isto é, aquilo que se julga ser o bem e o mal, definido como tal e apresentado como o “natural”. Comportamento moral ou imoral é visto a partir da norma definida e que há que observar. Propostas morais repetitivas, de colorido jurídico, tipo código a aplicar em todas as situações, parece não estarem tão afastadas da perspectiva da descrição de um *ethos*, como possa parecer. Ambas recusam a emergência de significados não quantificáveis em estatísticas e que ultrapassem a estreiteza do previsto, que questionem, quer os factos e a sua interpretação restritiva, quer a normatividade considerada definitiva. A dimensão educativa é vista sobretudo como adequação, num caso à realidade como se dá, no outro à normatividade codificada.

Michel Foucault diz que a história da moral ocidental testemunha dois modelos. O primeiro refere-se à moral preocupada essencialmente em

¹⁰ Os relatórios de Alfred Kinsey (1894-1956) sobre “o comportamento sexual do homem” (1948) e “o comportamento sexual da mulher” (1953), são considerados pioneiros neste modo de entender. Afirma o psiquiatra e sexólogo Allen Gomes: “tenho uma grande admiração por Alfred Kinsey [...] Com ele aprendi que a sexualidade humana tem uma grande diversidade, logo não há nada que se possa dizer que é normal ou anormal. Aprendi a não fazer juízos de valor”, *Única, Expresso*, nº 1690, 19 de Março de 2005, 93. Mais adiante, a propósito da sua “formação católica”, diz: “[eu] era um católico praticante convicto e até rigoroso”. Sobre a crise da adolescência e juventude confessa: “foi o conflito de um miúdo que está a crescer, com um conteúdo sexual óbvio, com uma religião onde o sexo não tinha espaço. Fazia parte da confissão admitir a masturbação altamente punida. O espartilho era demasiado asfixiante [...] Não aguentei, parecia-me injusto, insustentável, porque nem tudo era pecado”, *Ibidem*, p.94-95.

conformar a acção humana a um código, entendido como “um conjunto de valores e regras de acção que são propostas aos indivíduos ou aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. Pode acontecer que as regras e valores sejam muito explicitamente formulados numa doutrina corrente e num ensino explícito. Mas pode acontecer também que sejam transmitidos de modo difuso e que, longe de formar um conjunto sistemático, constituam um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam nalguns pontos, permitindo assim compromissos e subterfúgios. Sob tais reservas, é possível chamar ‘código moral’ a esse conjunto prescritivo”¹¹. É a “moral de código”.

O segundo modelo apresenta a ética como uma “arte de existências” ou uma “técnica de si”, uma moral da construção de si. “Por ‘artes de existência’ é necessário entender práticas reflectidas e voluntárias através das quais ao homens, não apenas se fixam regras de conduta, mas também procuram transformar-se eles próprios, modificar-se no seu ser singular e fazer da sua vida uma obra que integra certos valores estéticos e responde a certos critérios de estilo”¹². Temos, pois, “moral de código” e “moral da construção de si”.

O autor diz que os dois modelos não se podem dissociar totalmente, mas sim desenvolver numa “relativa autonomia”, e continua: “é necessário admitir que, em certas morais, a ênfase é sobretudo colocada no código, a sua sistematicidade, a sua riqueza, a sua capacidade de se ajustar a todos os casos possíveis e de descobrir todo os domínios do comportamento; em tais morais, o importante deve ser procurado do lado das instâncias da autoridade que são garantia deste código, que impõem a sua aprendizagem e observação, que sancionam as infracções; nessas condições, a subjectivação faz-se, no essencial, de uma forma quase jurídica, em que o sujeito moral se relaciona com uma lei, ou com um conjunto de leis, ao qual deve submeter-se sob pena de cometer faltas que o expõem a um castigo”¹³. É um modelo extrínsecista, heterónimo.

¹¹ FOUCAULT, M., *História da Sexualidade II; O uso dos prazeres*, Relógio d'Água, Lisboa, 1994, p. 32.

¹² *Ibidem*, 17. O autor continua: “Estas ‘artes da existência’, estas ‘técnicas de si’ perderam, sem dúvida, uma certa parte da sua importância e autonomia, quando, com o cristianismo, foram integradas no exercício de um poder pastoral, e mais tarde, nas práticas de tipo educativo, médico ou psicológico”, *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*, p.36-37.

“Em contrapartida, é bem possível conceber morais cujo elemento forte e dinâmico deve ser procurado do lado das formas de subjectivação e das práticas de si. Neste caso, o sistema dos códigos e das regras de comportamento pode ser muito rudimentar. A sua observação exacta pode ser relativamente inessencial, pelo menos se comparada à que é exigida ao indivíduo para que, na relação que tem consigo próprio, nas suas diferentes acções, pensamentos ou sentimentos, se constitua como sujeito moral. A ênfase é então dada às formas de relações consigo, aos processos e técnicas através dos quais são elaboradas, aos exercícios pelos quais cada um se dá a si próprio como objecto a conhecer e as práticas que permitem transformar o seu próprio modo de ser”¹⁴.

Podemos dizer que vivemos, de algum tempo a esta parte, em larga medida, a passagem de um modelo de “prescrição” para outro de “inscrição”. A “prescrição” significa que um certo número de instituições prescrevem às pessoas os deveres, instruções, sentido e práticas relativas às suas vidas. A “inscrição” designa uma situação na qual as pessoas devem determinar por si mesmas uma escala de valores e um modo de inserção no mundo. Estas distinções, contraposições ou até oposições são, de algum modo, esquemáticas, mas ao referi-las, o código e a construção de si, queremos sublinhar como é que as novas condições subjectivas da existência põem em relevância a afirmação das pessoas, e a sua necessidade de responder, a partir de dentro, a uma busca profunda de liberdade e de sentido¹⁵.

Educar, na ética da “construção de si”, significa ajudar o outro a adquirir consciência do próprio ser, de si mesmo, ajudá-lo a assumir a responsabilidade e oferecer-lhe instrumentos críticos, critérios de avaliação e motivações, para que possa realizar uma síntese pessoal na coordenação dos valores em jogo. A educação de uma pessoa é sempre e sobretudo educação moral ou educação do sentimento moral, entendendo-se por “moral” mais do que conteúdos, uma forma de ser e de dever ser. A educação procura

¹⁴ *Ibidem*, p.37.

¹⁵ M. Foucault afirma que “toda a moral” comporta os dois aspectos: “o dos códigos de comportamento e o das formas de subjectivação”, porque “nunca podem ser inteiramente dissociados, mas [...] pode acontecer que se desenvolveram um e outro numa relativa autonomia”, *Ibidem*, 36. Depois, referindo-se ao primeiro modelo, escreve: “seria completamente inexacto reduzir a moral cristã [...] a um tal modelo”, embora não se possa deixar de reconhecer “uma muito forte ‘juridificação’, uma muito forte ‘codificação’, no sentido estrito, da experiência moral”, *Ibidem*, p.37. E a propósito do segundo: “estas morais ‘orientadas para a ética’ (e que não coincidem necessariamente com as morais a que se chamam de renúncia ascética) foram muito importantes no cristianismo ao lado das morais ‘orientadas para o código’: entre elas houve por vezes justaposição, por vezes rivalidades e conflitos, outras vezes, composição”, *Ibidem*.

enraizar valores, que se exprimam em atitudes e que suscitem actos concretos, isto é, agir a partir de uma maneira de estar na existência. Na educação procura-se formar a personalidade para que o educando seja capaz de aderir consciente e livremente a uma maneira de estar na própria existência.

A afectividade não pode ser colocada sobretudo no campo da ética que acentue a normatividade. A educação neste âmbito deve ser articulada com o campo de uma estética sugestiva que se relacione com a educação do gosto e da sensibilidade. Aliás, todo o problema ético remete para uma questão estética, porque em ambos se trata de uma forma de sensibilidade. É neste horizonte, o da ética da construção de si, que propomos a acção educativa, e nela a educação no âmbito da afectividade e da sexualidade.

3. Avaliação ética e educação dos afectos

A afectividade é uma dimensão normal da pessoa, mais é mesmo uma dimensão bela e rica. O ponto de partida é, normalmente, a experiência concreta, muitas vezes única. Como todos os dinamismos estruturais da pessoa, é uma dádiva antes de ser um risco. Os seus apelos e movimentos são sempre significativos para quem os souber interpretar. A dificuldade ao situá-la no contexto da vida pessoal, está em chegar ao seu significado profundo, à sua relação com a realização da pessoa. Assim, a percepção existencial da afectividade, o que sucede na pessoa, implica uma questão fundamental, aquilo que esta decide. É a passagem dos estados interiores vividos ao significado para ela, e para a realização daquilo que é. É o discernimento. Os afectos surgem como que espontaneamente; são ambivalentes e às vezes ambíguos. Podem e devem ser educados, isto é, conduzidos, inseridos num projecto da pessoa. É a vertente ética.

A necessidade de discernir a afectividade, quer dizer que ela não é um oráculo infalível. Os afectos e os sentimentos movem-nos positiva ou negativamente, sem sermos nós a ter a iniciativa. Têm muitos matizes e provocam as reacções mais variadas e desencontradas. É o discernimento que permite à pessoa ler mais profundamente os sinais na própria afectividade em relação com a verdade do seu ser e da realidade, em vista de uma decisão que seja humanamente construtiva. Como discernimento, tem uma dimensão racional, ponderativa, de enquadramento, mas não pode reduzir-se à racionalidade fria e asséptica. Por outro lado, também não é necessariamente instantâneo, abrupto ou até definitivo, vai-se realizando e aperfeiçoando ao longo da vida.

A sexualidade humana não é normalmente uma força de tal modo avassaladora que se imponha de modo incontrolável. Há-de ser integrada na instância afectiva. Crescer em maturidade afectiva e sexual, supõe integração e equilíbrio no domínio das pulsões sexuais, com uma dominante que nos descentre de nós mesmos e nos abra às necessidades afectivas e sexuais dos outros, estando sempre prevista a capacidade e a possibilidade de renunciar. Entra aqui a dimensão de oblação, de dar-se a si mesmo, e de transcender-se em direcção ao outro. Isto supõe uma atitude positiva e de aceitação, e de gostar da nossa sexualidade e da dos outros.

Por outro lado, a sexualidade é linguagem de comunicação interpessoal. Mas, como toda a linguagem, pode ser utilizada para enganar. Pode-se mentir com os afectos e com a sexualidade, como se mente com as palavras. Pode simular-se com a intenção de usar, de manipular ou enganar o outro. Isto é tanto mais importante, quanto existe uma mentalidade difusa de reger-se pela “sinceridade” sentimental e de viver segundo o “*feeling*”, como caminhos para encontrar a verdade. Parece-nos tratar-se de uma ingenuidade. É não conhecer aquilo a que, às vezes, se chama “as astúcias do coração”. É negar à pessoa a capacidade de lucidez e de liberdade para consigo mesma. O “*feeling*” é exactamente o nível que as técnicas de propaganda e de publicidade exploram e manipulam¹⁶. “Segue o que sentes” é um slogan ouvido há pouco, e que exprime bem isto.

Sabemos que muitas acções se realizam a partir de uma motivação utilitária, em vista de obter uma coisa. Mas acções autenticamente humanas não são as que transportam utilidade (*utor*), mas as que exprimem sentimentos e afectos que brotam do coração e são fonte de gozo ou fruição (*fruor*). Uma flor que se oferece a quem se gosta, um postal ou mensagem em momentos de alegria ou de tristeza, uma visita, uma carícia, um beijo ... do ponto de vista utilitário, servem para pouco, mas exprimem uma recordação de alguém cuja presença não se apaga com o tempo, com a distância geográfica ou com as circunstâncias da vida. É um prazer pessoal partilhado e que expressa a vivência de um coração afectuoso que conhece e exprime sentimentos e afectos. O contrário é um coração endurecido.

A sexualidade não pode perder a sua dimensão expressiva e simbólica, sob pena de ficar reduzida a um facto insignificante e a uma expressão sem mensagem. Aqui emerge a importância da ética e do empenhamento educativo.

¹⁶ Cf. BIJU-DUVAL, D., o. c. p.114-115.

Educação dos afectos, da afectividade e da sexualidade. Iniciamos citando, como pano de fundo, Emmanuel Mounier. Referindo-se à “dialéctica das relações pessoais” na comunicação interpessoal, indica cinco “actos originais”¹⁷.

“Sair para fora de nós próprios. A pessoa é uma existência capaz de se libertar de si própria, de se desapossar, de se descentrar para se tornar disponível aos outros. Para a tradição personalista (principalmente para a cristã), a ascese do despojamento é a ascese central da vida pessoal; só liberta o mundo e os homens, aquele que primeiramente se libertou a si próprio. Os antigos falavam da luta contra o amor-próprio; nós chamamos-lhe hoje egocentrismo, narcisismo, individualismo”.

“Compreender. Deixar de me colocar no meu próprio ponto de vista, para me situar no ponto de vista dos outros. Não me procurar numa pessoa escolhida e igual a mim, não conhecer os outros apenas com um conhecimento geral [...], mas captar com a minha singularidade a sua singularidade, numa atitude de acolhimento e num esforço de recolhimento. Ser todo para todos sem deixar de ser e de ser eu”.

“Tomar sobre nós, assumir o destino, os desgostos, as alegrias, as tarefas dos outros, ‘sofrer na nossa própria carne”.

“Dar. A força viva do ímpeto pessoal [...] está na generosidade e no acto gratuito, ou seja, numa palavra, na dádiva sem medida e sem esperança de recompensa. A economia da pessoa é uma economia de dádiva, não de compensação ou de cálculo. A generosidade dissolve a opacidade e anula a solidão da pessoa, mesmo quando esta nada recebe em troca”.

“Ser fiel. A aventura da pessoa é uma aventura constante desde o nascimento à morte. As dedicações pessoais, amor, amizade, só podem ser perfeitas na continuidade. Essa continuidade não é uma exibição, uma repetição uniforme, como sucede na matéria ou nas generalizações lógicas, mas um contínuo renovamento. A fidelidade pessoal é uma fidelidade criadora”.

Nesta linha salientamos na construção da afectividade e da sexualidade os seguintes aspectos:

Valorizar a comunicação, a abertura ao outro, ao encontro pessoal, à vida sensível em comunhão. É importante valorizar a afectividade para o encontro o mais possível positivo e cordial; superar o individualismo que condena muitos a uma solidão terrível. Existe uma grande incapacidade em estabelecer vínculos profundos que fortaleçam a vida pessoal.

¹⁷ MOUNIER, E., *O personalismo*, Morais, Lisboa, 1964, 2ª ed. p.65-67.

Valorizar a dimensão corpórea da pessoa. Superar os dualismos antropológicos quer do passado, quer do presente. Valorizar o corpo como “lugar” expressivo daquilo que também somos espiritualmente. O apelo à relação e ao amor que ecoa no coração humano não é meramente espiritual; o corpo expressa a pessoa. Há uma linguagem corporal que é meio fundamental de comunicação entre as pessoas. O corpo é capaz de expressar o amor pessoal que se compromete e entrega, torna efectiva uma relação pessoal, sustém a possibilidade do encontro e da comunicação. Como comunhão, conduz ao outro. É através dele que nos encontramos com os outros. Na forma de estar, de olhar, de agir e de reagir, de se exprimir, enfim, nos gestos corporais, podemos perceber o outro.

Valorizar a afectividade. Superar a tradição de carácter estóico e racionalista em que a dimensão sensitiva é desvalorizada. Do estoicismo releva-se o ascetismo, a recusa do prazer, a ausência de paixões (*pathé*), que para ele são fonte de perturbação, porque contrárias à razão. São consideradas doenças da alma, e, portanto, devem ser dominadas e até suprimidas, porque não deixam chegar à felicidade. A perfeição moral está na ausência das paixões (*apatheia*), esta consegue-se, sobretudo, pela imperturbabilidade (*ataraxia*): não se deixar perturbar por nada. É o domínio dos sentimentos pela razão. Santo Agostinho ao falar da *apatheia*, indica vários âmbitos em que pode ser virtuosa ou não. Escreve: se se chama *apatheia* “ao estado de alma sem afecto algum, quem não terá esta insensibilidade pelo pior dos vícios?”¹⁸. É, pois, não uma virtude, mas um vício. Também S. Tomás de Aquino diz que não é bom sinal ser insensível, porque a insensibilidade se é involuntária é um defeito da natureza, se é querida é um vício¹⁹. É importante superar a “dureza” do analfabetismo emocional que “impede compreender a singularidade das instâncias emocionais”, e “gerar cognições afectivas que permitam reestruturar a nossa dimensão ética”²⁰.

Valorizar a relação entre sexo, afectos e amor. Superar a ruptura entre sexo e amor, entre sexo e afectos. Na separação entre sexo e amor, o primeiro passa a ser um modo de experimentar a satisfação de um desejo, e as suas regras são técnicas, ocidentais ou orientais, para conseguir aquilo que é considerado um bom desempenho. Pode ser, muitas vezes, um jogo convencional. O amor, os afectos, a sexualidade no sentido global,

¹⁸ SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, XIV, 9,4.

¹⁹ Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, *S.Th.*, q. 142, a 1.

²⁰ RESTREPO, L., *o. c.*, p.87.

podem aparecer mais ou menos epidermicamente, mas não os informam a partir de dentro. É uma expressão do dualismo já referido. A riqueza dos significados próprios do corpo humano exige a integração da sexualidade e do amor. Há necessidade da personalização da dimensão sexual para que exprima a plenitude humana. Trata-se de descobrir a verdade do amor inscrita no corpo, e actuar de modo conforme. Nisto a afectividade tem um papel fundamental, pois oferece uma mediação entre a dimensão tendencial humana e a personalização do amor. E porque esta integração não se dá espontaneamente, torna-se imprescindível uma educação afectiva, para que a pessoa seja capaz de viver uma verdadeira comunhão interpessoal, fundada no dom recíproco de si. Tudo isto requer um processo de amadurecimento que permite à pessoa unificar dinamicamente as tendências, os afectos e as relações.

C. Rocchetta, ao falar do “mistério nupcial” como “encontro do masculino e do feminino”, propõe que se supere o “reducionismo” racionalista, “a partir de uma cultura em que se afirme uma nova constelação de valores”, especialmente:

“O valor do masculino e do feminino como diferenças e identidades simétricas e assimétricas ao mesmo tempo, que há que assumir na sua riqueza peculiar, e não na dependência um do outro, e que há que realizar num intercâmbio paritário e recíproco”.

“O valor das emoções e dos desejos, superando a contraposição entre a razão e o sentimento, e concedendo um espaço adequado à existência do homem e da mulher e à sua vida interior, afectiva e espiritual, pessoal e familiar, sem dualismos nem compartimentos estanques”.

“O valor da amizade entre as pessoas, incluída a amizade entre o homem e a mulher, e a disposição a partilhar numa perspectiva de encontro livre e libertador, de desinteresse e de solidariedade”.

“O valor da sexualidade como ternura, antes que como genitalidade, superando a ideia da sexualidade como acontecimento de simples prestação física ou de poder, em nome de uma sexualidade que seja maravilha de ser, amor amante, comunicação, narração espiritual, nostalgia do ‘totalmente Outro’”.

“O valor de uma relação harmónica e harmoniosa com a natureza e a corporeidade, com os seus tempos e os seus ritmos, com a opção por alternâncias mais humanas entre o trabalho e o ócio, de compromisso social e festivo, dando a primazia ao ser e não ao ter”.

“O valor da pessoa e do seu rosto, recusando relações baseadas na

força, no domínio ou na violência física ou moral, em qualquer âmbito em que possa acontecer ou expressar-se”²¹.

A Sagrada Escritura tem um livro em que aparece o uso paradigmático dos afectos humanos, o *Cântico dos Cânticos*. Celebra-se o amor como a grande arte do encontro humano. Canta-se na sua espontaneidade, na sua plasticidade, na sua beleza, no seu erotismo, na fruição que mutuamente proporciona. Na Idade Média, nos séculos XII – XIII, mereceu vários comentários de teólogos e de místicos. Utilizam os códigos do amor cortês para expor o significado cristão do amor. Nuns e noutros as descrições são muito parecidas. Às vezes as descrições dos teólogos e dos místicos têm um colorido maior do que o dos próprios trovadores. Fala-se do *languor amoris* (doença do amor), a capacidade que o amor tem para fazer desfalecer as pessoas, da *violentia amoris* (*violentia* entendida como *vis*, força), o amor tem uma força imensa; “é mais forte do que a morte” (Ct 8,6). S Bernardo no seu comentário usa o afecto conjugal como símbolo da vida espiritual. Cita o beijo, os seios, o abraço, as expressões de afecto, o encontro amoroso²².

²¹ ROCCHETTA, C., *Teología de la ternura; un “evangelio” por descubrir*, Secretariado Trinitario, Salamanca, 2001, p.334. O mesmo autor no outro texto já citado, fala do afecto, da “ternura e da sua linguagem”: “ternura e corporeidade”, “a ternura como encontro”, “a ternura do olhar e do rosto”, “‘acariciar’, não ‘agarrar’”, “interioridade e ternura”, “a voz e a sua tonalidade”, “ternura e contacto físico”, “a carícia e o abraço”, “o beijo”, “a intimidade sexual”, “entre desejo e sexualidade”, “‘eros’ e ‘thanatos’”, cf. IDEM, *Viaggio ...*, p.107-117.

²² Sobre o beijo escreve: “com o contacto dos lábios procura-se expressar a mútua identificação dos sentimentos”. O beijo autêntico “não é uma simples contacto dos lábios, que às vezes é mera paz fictícia, mas a efusão do gozo mais íntimo que penetra até aos segredos mais profundos”, cf. M. VIDAL, *El “afecto conyugal” en la teología medieval*, in F. ALARCOS (coord.), *La moral cristiana como propuesta*, San Pablo, Madrid, 2004, p.281-313; IDEM, “Teología del ‘afecto conyugal’; raíces históricas”, *Moralia*, 102-103, 2004, p.191-217.

Sentido e critérios éticos da sexualidade

P. AUGUSTO CABRAL (*)

Introdução

Para se falar, hoje, da sexualidade humana como tal, da sua educação e os modos como é vivida e tratada a diversos níveis, é preciso ter muito cuidado e saber exprimir, com simplicidade e clareza, o que se pensa.

A sexualidade não pode ser vista, pensada e vivida, simplesmente e só, na sua vertente biológica, como objecto de prazer, mas, sim, como força, energia e realidade que está aberta a um patamar superior da pessoa. Por isso, ela, com a evolução de cada um e uma saudável educação, torna-se luz, relação, diálogo, símbolo, linguagem, alegria, celebração, festa. Torna-se, assim, comportamento humano.

A sexualidade, fique bem claro para todos, se se quiser falar dela com honestidade, tem de se pensar nas suas dimensões: antropológica, psicológica, social, moral, espiritual e transcendente.

Para além destas dimensões a ter em conta, tem de ser pensada, ensinada e aprendida sem reticências, com o máximo de verdade e sinceridade e adequada às pessoas e suas circunstâncias, para que, paulatinamente, cada um, na sua diferenciação específica se vá tornando uma pessoa aberta ao diálogo interpessoal com o outro a caminho do verdadeiro amor e busca da autêntica felicidade.

“Para enfrentar as interrogações que suscita a Encíclica *Humanae Vitae*, sobretudo em Teologia, para formular estas interrogações e buscar-lhes resposta, é necessário encontrar o âmbito bíblico-teológico a que nos referimos quando falamos de “redenção do corpo e sacramentalidade do matrimónio: neste âmbito, encontram-se as respostas às interrogações

(*) Sacerdote. Licenciado em Ciências da Educação pela Universidad Pontificia de Salamanca. Director do Secretariado Nacional da Educação Cristã.

perenes da consciência dos homens e mulheres e também às difíceis interrogações do nosso mundo contemporâneo em relação ao matrimónio e a procriação”. (João Paulo II, audiência de 28 de Novembro de 1984/4).

Como qualquer dimensão humana, para os crentes deve ser iluminada pela fé, pela palavra de Deus e pelo ensino do magistério da Igreja, que, na verdade, são uma ajuda para todos quantos têm responsabilidades educativas e de orientação num assunto tão sensível, importante e tão mal tratado por um grande número de meios de comunicação social.

Este trabalho que vos oferecemos tem a preocupação de ajudar todos os interessados em contribuir para um maior conhecimento e aprofundamento desta realidade humana que trazemos dentro de nós, fazendo parte do nosso “eu” e da nossa personalidade como uma pérola preciosa que tem de ser bem cuidada para não correremos o risco de a querermos guardar num partido vaso de barro.

1. Este é um tema que na renovação da moral cristã, teve bastantes conflitos e preocupou muitos moralistas, o próprio magistério da Igreja, e continua a ser objecto de muito estudo e reflexão, em ordem a encontrar o seu verdadeiro sentido antropológico para uma “configuração” ou normativa capaz de assumir, concretamente, as mudanças operadas nesta área do comportamento humano.

“O ensino do Papa João Paulo II corta de maneira decidida, no plano metodológico, com a doutrina tradicional da Igreja sobre o matrimónio e a sexualidade. Este ensino, alimentado na fonte de uma experiência pastoral dotada de uma riqueza pouco comum, integra a questão do corpo e da sexualidade numa radicalidade teológica, totalmente nova e confere-lhe uma amplitude ignorada até agora”¹.

Qualquer pessoa, relativamente culta, conhece estas reacções conflituosas dentro e fora da Igreja neste assunto, sobretudo desde Pio XII até aos nossos dias, assim como as verdadeiras causas das mesmas. Todavia, também sabemos que a “reconciliação” do cristianismo com a sexualidade vai aparecendo a pouco e pouco, impulsionada, sobretudo, pela tentativa de redescobrir a originalidade da palavra de Deus sobre a mesma e a aceitação crítica da visão personalista oferecida pelas ciências antropológicas.

¹ SEMEN, Y. - *La sexualidad según Juan Paulo II*, Desclée de Brouwer, Bilbao, 2005, p.21.

“O pensamento da Igreja limitou-se, durante muito tempo, a uma teologia do matrimónio que dependia mais de uma filosofia natural do que de uma reflexão teológica. Em relação aos fins do matrimónio, era habitual distinguir, seguindo S.Tomás de Aquino, entre o fim primário do matrimónio – a procriação e a educação dos filhos – e os fins secundários – a ajuda mútua e o remédio da concupiscência.”².

Sem deixar de reconhecer a importância e a necessidade de redescobrir o que a mensagem bíblica nos dá sobre ela, vou enumerar – só enumerar – algumas afirmações das ciências antropológicas que fazem parte desta visão personalista da sexualidade. Pois elas podem trazer alguma luz para melhor entender esta problemática e até porque será, talvez e pelo menos mais difícil encontrá-las de que encontrar o que a palavra de Deus traz sobre este assunto. E assim:

- Afirma-se a complexidade do fenómeno da realidade sexual;
- Toda essa complexidade se resolve, definitivamente, numa unidade: a pessoa humana;
- A unidade da pessoa humana é a dimensão fundamental da sexualidade;
- A sexualidade descobre o mistério da pessoa e, ao mesmo tempo, o mistério da pessoa descobre o mistério da sexualidade;
- O mistério da sexualidade é a expressão da vida e da morte;
- A sexualidade é a encruzilhada existencial da consciência de cada um em relação com os outros, do ser e do tempo, da vida e da morte;
- A estrutura sexual é um lugar privilegiado em que a pessoa experimenta a passagem do vital (biológico) ao humano;
- A sexualidade é a grande possibilidade que tem a pessoa para o encontro com os outros;
- Ela é uma estrutura antropológica privilegiada onde e mediante a qual a pessoa realiza a abertura na sua dupla dimensão: ministério (serviço) e oferta;
- É a grande força que nos empurra a abrir-nos e a sair de nós próprios. A saída biológica do seio materno e a abertura psicológica na adolescência são dois momentos típicos em que o indivíduo se lança à aventura de conhecer um mundo, tocável e psicológico, diferente do seu.

² Op. Cit., p. 21, 22.

- Ela é uma forma de intencionalidade ou de expressão da existência, uma mediação da intersubjectividade, uma atmosfera e uma linguagem;
- É um comportamento e não uma função e, enquanto comportamento, é expressão ou linguagem dum existência pessoal;
- Ela tem um carácter dialogal que concretiza, através do corpo, a intersubjectividade e intencionalidade do indivíduo;
- É uma linguagem de comunicação entre pessoas, entre o “eu-tu” que cria a necessidade e aceitação do “nós”, que, por sua vez, se abrirá ao “vós” para formar a grande família humana.

“Eis aqui um fragmento das palavras do reverendo Woytyla numa sessão de preparação para o matrimónio para noivos da sua paróquia de São Floriano: o apetite sexual é um dom de Deus. O homem pode oferecer esse apetite a Deus exclusivamente através de um voto de virgindade. Pode oferecê-lo a outro ser humano sempre que saiba que só o oferece a uma pessoa. Não pode tratar-se de um acto ao azar. Do outro lado encontra-se também um ser humano que não deseja que o prejudiquem, mas alguém a quem deve amar. Só uma pessoa pode amar outra. Amar significa desejar o bem-estar do outro, oferecer-se pelo bem do outro. Quando, como resultado de qualquer um se dar pelo bem do outro, começa a existir uma nova vida, deve tratar-se de uma entrega que surge do amor. Neste terreno não se deve separar o amor do desejo. Se respeitamos que o desejo faz parte do amor, não violaremos o amor.

Esta vocação ao amor é, de modo natural, o elemento mais intimamente unido aos jovens. Como sacerdote, apercebi-me depressa disto. Sentia uma chamada interior nesta direcção. Era necessário preparar os jovens para o matrimónio, era necessário ensinar-lhes o amor. O amor não é coisa que se aprenda e, todavia, não há nada que seja mais necessário ensinar. Sendo ainda jovem sacerdote aprendi a amar o amor humano. Este é um dos termos fundamentais sobre o qual centralizei o meu sacerdócio, o meu ministério desde o púlpito, no confessional e também através da palavra escrita. Se se ama o amor humano, nasce também a viva necessidade de dedicar todas as forças na busca dum amor formoso”³

2. Para conhecer os significados fundamentais que reveste, hoje, a sexualidade humana, quer a nível natural quer cristão, temos que utilizar,

³ Op. Cit., pp. 35, 36.

em profundidade e em todos os seus elementos e achegas positivas, a “cultura sexual” em que estamos submersos e que vive o nosso ambiente. Haverá que interrogar a cultura sexual criticamente, como veículo da experiência e da reflexão humana, sobre a natureza da sexualidade e como lugar de uma nova interpretação da palavra divina para a pessoa de hoje.

Há uma concepção do sexo, própria do nosso ambiente erotizado, que responde, simplesmente, a uma filosofia do prazer sem risco, do prazer buscado como objectivo, evitando o risco da gravidez prematura ou da sida. Prega-se um amor sem barreiras, a não ser as de evitar os perigos. O ser humano tem no sexo uma fonte de prazer contínuo e pode-a utilizar sempre que queira, evitando riscos maiores. Sem dúvida, é uma banalização do sexo, do amor e da pessoa, pois toda a concepção do sexo supõe uma concepção do ser humano, mas não se pode esperar outra coisa duma sociedade que aprecia e vê a pessoa só materialmente.

Retomando o da “cultura sexual”, gostaríamos de explicar que não a identificamos, absolutamente, nem com o costume sexual concreto duma época determinada ou de um ambiente concreto, por um lado, nem com uma ideologia específica da sexualidade, por outro. Entendemo-la como a actual reflexão sócio-antropológica, como esforço dinâmico, nunca exaustivo e nunca completo para estruturar os elementos da convivência sexual humana à volta das exigências fundamentais que cada grupo vai tomando e hierarquizando, consoante a sua própria maneira de ser.

Costuma dizer-se que a palavra de Deus e a fé estão no interior de cada cultura, também da cultura sexual e estão também no interior de cada sistema em que essa cultura se expressa como “crise” e como “juízo”; uma crise disposta a transtornar cada quietude e todo o equilíbrio e um juízo que pode resultar condenatório e exigir a destruição.

Para o crente, neste contexto, é necessário que ele confie, aceite e compreenda, que Deus não está contra a história, mas que a conduz e, apesar de todas as dificuldades e contradições humanas, revela-se nela e leva por diante os seus designios. E os designios de Deus, em cada um dos momentos ou dimensões e espaços da história humana, afirmam um valor supremo, o verdadeiro amor. Neste sentido, a palavra de Deus proclama, continuamente, também no que se refere à sexualidade, uma meta de que é responsável toda a cultura, mas ao mesmo tempo está sempre acima e para além de qualquer uma delas, ou seja, uma meta transcultural: a convocação no e para o amor.

Em síntese, os significados fundamentais que a nossa cultura percebe na sexualidade são, mais ou menos, estes:

- a sexualidade como função primária do crescimento;
- a sexualidade como factor complexo de socialização;
- a sexualidade como abertura existencial à transcendência.

Esta análise rápida dos significados da sexualidade humana introduz-nos numa reflexão, também ela rápida, mais tipicamente moral com influências mútuas, cujos critérios éticos, velhos e novos, caracterizaram e condicionaram, ao longo dos tempos, a formação da consciência humana e cristã. E assim:

- Não é verdade que se foi passando de uma institucionalização rígida da moral da sexualidade para uma moral mais articulada e mais experimental?!
- Não é verdade que se foi evoluindo de uma visão “fiscista” da sexualidade para uma moral sexual da pessoa?!
- Não é verdade que se foi desconfiando duma sexualidade só de prazer e confiando mais numa ética do “caminho”?!
- Não é verdade que se foi ultrapassando o esquematismo da postura objectiva e implementando a importância da situação humana pessoal?!
- Não é verdade que se passou duma concepção redutiva da mulher a uma ética da igualdade sexual?!

3. Para dar orientações ou normas éticas a nível do comportamento sexual, tem de se ter em conta: os conhecimentos da antropologia sexual; olhar a sexualidade na sua vertente positiva e não só pecaminosa; e superar todo o individualismo moral.

Supondo que, discretamente, os princípios e conquistas da antropologia sexual, fazem parte dos pressupostos da ética sexual aprofundemos, em poucas palavras, a dimensão positiva da sexualidade a nível de trabalho moral. Para abreviar o máximo possível, reduzimo-lo a dois aspectos:

- Criticar o criticável na moralidade clássica em relação com a moralidade de hoje;
- Ter em conta que o critério valorativo de um comportamento sexual, moralmente ordenado, pode e tem sempre diversas formulações, consoante a perspectiva que se adopte.

Em relação ao primeiro aspecto, as críticas à moral clássica costumam apresentar-se sob duas formas principais: a primeira é a que vê a sexualidade sob a regulação expressa nos mandamentos da lei de Deus e a segunda é a que estuda o comportamento sexual dentro do sistema antropológico-formal das virtudes, mais concretamente da virtude da castidade.

No que diz respeito à primeira forma, há que dizer que orientar a sexualidade a partir das formulações dos dez mandamentos é injusto e inadequado porque:

- Tal formulação corre o risco de fazer algo extrínseco à moral sexual, desarticulando-a do apoio antropológico que é a sua fonte, pois a moral tem que nascer da pessoa e não do exterior da mesma (matiz personalista);
- As formulações do sexto e nono mandamentos supõem uma série de configurações sócio-culturais que já foram ultrapassadas ou estão em contradição com a plenitude neotestamentária da revelação (exemplo: a mulher como objecto e instrumento);
- Os estudos exegético-teológicos sobre o decálogo manifestam, claramente, estas limitações dos preceitos relacionados com a moral sexual.

Em relação ao segundo aspecto, há que esclarecer o seguinte:

- A exposição moral que segue o quadro das virtudes só foi mudado com o génio de S. Tomás, que se apoiava nos conhecimentos antropológicos da dinâmica pessoal daquela época, os quais, hoje, estão ultrapassados, enquanto se vê a pessoa como totalidade dinâmica e estruturada ao nível dos impulsos, emoções, tendências, aspirações, etc.
- Em concreto e em relação com a virtude da castidade, a sua noção tem aderências culturais significativas como: a sua negatividade (é a não satisfação do impulso sexual, suprimindo-o ou reprimindo-o, frustrando-se); a sua compulsividade (é algo proibido e pecaminoso, de sinal tabuístico e pouco aceite socialmente, um mal menor, concessão, mais ou menos de carácter neurotizante e repressivo); o seu puritanismo – (é a concepção dualista da castidade, de matéria – espírito, corpo – alma, representando o triunfo do espírito sobre a carne, tida como “virtude angélica”, a “santa virtude”, uma espécie de pseudoangelismo, autodestrutivo e masoquista da corporalidade do ser humano.

Além disso, reduzia-se a virtude da castidade, como virtude moral especial e parte subjectiva da temperança, à moderação da capacidade geradora e à moderação da deleitação venérea, que é puro conceito genital da castidade. Estes conceitos e intenções reduziram a noção verdadeira e autêntica da sexualidade a uma pura genitalidade, a uma biologia, desintegrada da totalidade da pessoa humana.

Hoje, a formulação mais adequada é a seguinte: partir duma autêntica antropologia sexual para construir uma moral sexual que esclareça e explicita, eticamente, a mais profunda realidade da sexualidade humana. Este é, repetimos, uma força e dimensão humanas para edificação da pessoa e, se assim é, o que é preciso fazer é converter esse “ser” em “dever ser”, centralizando-a em cada ser humano.

Na prática, significa, simplesmente, isto: que um comportamento sexual é bom, moralmente falando, se personaliza o ser humano e está integrado no conjunto harmónico da pessoa a partir das novas coordenadas da revelação cristã, tornando-a uma pessoa cristianizada.

Não podemos continuar a seguir o esquematismo dos tratados e manuais de moral casuística, ainda que reconhecemos neles algumas vantagens – eram ordenados, completos, precisos, claros – mas estas vantagens eram ilusórias porque a “anatomia do comportamento humano”, a partir da consideração diversificada dos actos, dá uma clareza ilusória, já que “não são tanto os actos em si mesmos, atomisticamente, considerados, os que têm importância para uma orientação construtiva da vida cristã, mas sim, a atitude unitária interior que aqueles actos manifestam no seu conjunto”⁴.

Sendo assim, o princípio orientador é: ao centralizar a moral sexual na pessoa, afirmamos que o trabalho fundamental é o realizar uma integração harmoniosa e pacífica da própria sexualidade na totalidade da pessoa. Para aplicar e concretizar este princípio geral, temos que ter em conta não uma “anatomia do comportamento” a partir de actos, mas uma concepção integral da personalidade humana e cristã.

Convém ter presente o que entendemos por personalidade, para que o exposto fique mais claro. Entendemo-la como um conjunto ordenado, equilibrado e disciplinado de reservas dinâmicas, conscientes e livremente integradas pela pessoa no seu “eu” interior. E, portanto, não é ponto de

⁴ COSTA, V. – *Psicopedagogia pastoral de la castidad*, Marfil, Alcoy, 1968, p.23.

partida, mas ponto de chegada, meta a atingir e fruto duma liberdade que integra dentro de cada um as tendências e impulsos vitais, impondo assim uma disciplina à natureza inferior e que hierarquiza as energias em vez de sofrê-las como uma fatalidade, transformando-as em elementos preciosos de vocação pessoal.

Costumam seguir-se, na construção da moral sexual, dois princípios que não resistimos em expô-los: o da diferenciação e o da progressão. O primeiro chama a atenção para a realidade de que toda a pessoa é um sistema único e que não é abarcável, inteiramente, por nenhum esquema pré-fabricado; a regra objectiva é necessária, mas tem de ser aplicada tendo em conta o carácter irrepitível de cada um. Além disso, sabemos que, normalmente estes problemas da moral sexual costumavam ser tratados duma maneira abstracta, visão esta que, hoje, necessita ser completada com as achegas das ciências humanas, sobretudo da psicologia dinâmica.

O segundo princípio, o da progressão, recorda-nos que a personalidade humana está submetida ao processo de amadurecimento; a orientação fundamental de uma existência não se realiza de um modo pontual; necessita dum processo longo e profundo de amadurecimento para atingir a posse plena de si mesma.

O carácter principal da personalidade é uma sexualidade bem integrada na totalidade da pessoa e que é posta ao “serviço” do mundo dos valores, dos outros e da comunidade.

Sabemos que os valores são bens objectivos, que conhecemos, nos decidimos por eles, dão o verdadeiro sentido à nossa vida. Também em educação sexual os valores são importantes, necessários e fundamentais: Entre eles, relacionados com a sexualidade, estão, entre outros, a igualdade entre os sexos, a sinceridade, o prazer, a ternura, a comunicação, a partilha dos afectos, a partilha da responsabilidade e a criação de laços afectivos.

E, para terminar, não esqueçamos que os estudos científicos na área da sexualidade, conseguiram juntar um grande leque de ciências como: a filosofia, a medicina, a antropologia, a biologia, a ética, a psicologia, a sociologia e a pedagogia, formando, um “corpo” de conhecimentos extremamente rico, vasto e de grande complexidade. É tempo de ultrapassarmos a ideia de que falar de sexualidade é sinónimo de reprodução, de pecado e de impureza e vê-la relacionada com a afectividade, o sentimento, a comunicação pessoal, a maternidade e paternidade responsáveis.

“Sexualidade e santidade... com João Paulo II, aquilo que apenas nos atrevíamos a pensar, converte-se numa evidência: ambas as dimensões da vida humana e cristã estão, definitivamente, associadas.

A sexualidade é de essência divina; não é um resto da nossa animalidade. Talvez seja isto o que mais cedo receberá o nome de “revolução Woytyliana”, que será para a sexualidade o que a revolução copernicana foi para a astronomia: uma mudança completa de perspectiva.

Com a revelação do plano de Deus sobre a sexualidade humana, todas as tentações maniqueístas, que a Igreja sempre teve dificuldades para extirpar do seu seio, ficam, definitivamente vencidas. A sexualidade não é algo que tenhamos que inventar; é algo revelado. A comunhão das pessoas divinas constitui a fonte e o modelo da sexualidade, não os determinismos do instinto.

Acabaram-se as críticas, perpetuamente, repetidas contra a Igreja: a Igreja contra o corpo, contra o sexo, contra o prazer... Não, a Igreja está, radicalmente, a favor. É a única que está, verdadeiramente, a favor, porque é a única depositária da verdade total sobre o corpo humano e sobre a sexualidade, o que permite à mulher e ao homem chegar à sua consumação por meio da entrega sincera de si mesmos.

Em consequência, que os cristãos levantem a cabeça e cessem de se deixar paralisar por acusações agora enganosas. Dispõem de uma mensagem de luz sobre o corpo e o sexo, que devem levar ao mundo e o mundo, diga o que disser, tem sede dela”⁵.

⁵ Op. Cit., p. 179,180.

Perspectivas

Educar é amar, na família

ISABEL E EDUARDO VILAÇA (*)

1. Falar do papel da família na educação para o amor e da experiência de pais/educadores de uma família que, no nosso tempo, é considerada numerosa, é um desafio a uma reflexão prolongada no tempo e consolidada pelas dúvidas e interrogações do presente.

Numa abordagem simplista e pragmática, partimos de dois pressupostos estruturantes: o primeiro, referir de que famílias estamos a falar, uma vez que hoje coexistem formas diferentes de família, reflectindo-se na sua composição, na sua dimensão, nas relações de parentesco e outras variáveis mais ou menos significativas; o segundo, a convicção profunda que não há famílias perfeitas e que é na consciência das imperfeições e no reconhecimento das fragilidades que se conseguem superar os obstáculos que a vida nos impõe.

2. Neste contexto, podemos falar da família enquanto espaço privilegiado para a socialização e para a aprendizagem dos afectos. É nela que tudo se começa, tudo se aprende, até o amor. Aprende-se a estar, a comunicar, a criar relação com... É nela que as pessoas crescem e se desenvolvem no diálogo, na inter-ajuda, no amor, é ela que fomenta e, podemos até dizer, potencia o ganho de estrutura, suporte para viver a vida, mesmo nos momentos difíceis.

Quando referimos “viver a vida” estamos a considerar, não os cenários idílicos com que às vezes somos presenteados, mas a realidade de um quotidiano com adversidades, e que nos impele para o egoísmo e o individualismo. Viver sem estas adversidades, talvez qualquer individuo seja capaz. Difícil é, ultrapassá-las.

(*) Isabel Vilaça é licenciada em Farmácia. Lecciona a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica há trinta anos, integrando actualmente o corpo docente da Escola Secundária Virgílio Ferreira, em Lisboa. Eduardo Vilaça é licenciado em Sociologia. Fez o seu percurso nas áreas da habitação (Instituto Nacional de Habitação), dos jovens em risco (coordenou o programa “Escolhas”) e da educação, leccionando actualmente na Universidade Lusófona. São casados, pais de cinco filhos e avós de uma neta.

Para qualquer pessoa, a esperança deve e tem de fazer parte integrante do seu dia-a-dia, mas tudo se torna mais fácil no bom suporte afectivo que, sobretudo, a família cristã, pode dar. Aquela família que encontra os seus fundamentos e a sua razão na palavra de Jesus Cristo.

3. Podemos, também, falar de alguns princípios que devem orientar o papel de pais/educadores, como sejam:

- Não separar a educação da formação, uma vez que se trata de duas componentes de um todo. A ideia de que os filhos, antes de serem bons estudantes ou bons profissionais, devem ser boas pessoas, deve fazer parte integrante das orientações educativas parentais, mesmo quando se torna difícil enfrentar um filho que nos diz, com grande serenidade, que não teve boa nota no teste, mas não deixa de ser uma ótima pessoa;
- Não se perspectivar metas demasiado ambiciosas, com múltiplas propostas consumistas, para se atingir a perfeição nas mais diversas áreas, pois isso pode trazer tensões e desilusões difíceis de ultrapassar;
- Nunca querer ser iguais aos nossos filhos. Eles cresceram, desenvolveram-se e afirmaram-se na diferença dos pais, que são de outra geração.

Educar para o amor é entender e realizar que o crescimento afectivo é factor importante e estruturante da personalidade dos jovens. E, como tal, é premente dar uma ênfase destacada e assumida, sem rodeios nem medos perante as inseguranças de cada um, à afectividade na família. A relação afectiva com os filhos poderá passar por três aspectos:

- A palavra – comunicação – mais do que perguntar, é saber ouvir;
- O contacto – os abraços, os beijos, enfim, os afectos – aprender isto enquanto significado da dimensão que une as pessoas e que torna as suas relações mais fortes;
- A acção – planear e fazer em conjunto, em família, mas também deixar espaço e oportunidade para a responsabilização e a autonomia individual.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que há alguns ingredientes indispensáveis ao sucesso desta receita de educação para e no amor: **tempo** para estar com eles, **disponibilidade** para eles e **interesse** neles.

Não podemos olvidar que os seus olhos estão sempre postos em nós, casal e pais, e **é no modelo e no exemplo de sempre que se espelham os compromissos e as atitudes do futuro.**

Educação para o amor

P. ARTUR AZEVEDO PEREIRA (*)

1. A situação actual

O contexto sócio-cultural de hoje estimula e facilita a comunicação e as trocas afectivas. Então, **os jovens**, com determinação, desafiando preconceitos e censuras culturais, levados pela idade e desejosos de superar as carências afectivo-familiares, sensíveis ao valor do encontro-intercâmbio como expressão de doação e de confiança, **apostam no amor**. Sentem um desejo ardente de “viver” esse dom. Muito frequentemente, porém, por uma série de condicionalismos internos e externos, não fazem dele senão um uso consumístico.

O amor é certamente uma dimensão fundamental da pessoa. É mesmo a mola real da vida. É aquilo que dá sentido à existência, abrindo-a à compreensão e à oblatividade. Vivido pelos jovens com totalidade e exclusividade, qualquer outro valor ou compromisso vem depois. Nem sempre, porém, a radicalidade com que eles se entregam, corresponde à duração da oferta. Limitam-se, por vezes, a viver a experiência na sua fugacidade. E mesmo quando o encontro pediria por si mesmo a realização de um desejo de autenticidade, frequentemente a força do sentimento é subvertida pela carga sexual. Além disso, a busca da pessoa a quem amar, facilmente arrasta para o isolamento em relação aos outros e ao grupo, dos quais rapidamente se afastam.

2. Educar para o amor

A carência afectiva é um traço conhecido nos tempos que correm. Estudos a respeito da juventude, falam do uso consumístico do amor. Sabemos que

(*) Sacerdote. Vice-Provincial dos Salesianos em Portugal, Cabo Verde e Moçambique. Licenciado em Ciências da Educação e em Teologia. Mestrando em Administração e Organização Escolar. Tem longa experiência docente, de formação de professores e como Director Pedagógico das Escolas Salesianas de Manique e Oficinas de S. José.

é o amor que dá sentido à existência e, portanto, pode alterar tudo. É importante, por isso, que os jovens entendam o seu valor totalizante e aprendam a vivê-lo como tal. Entretanto, é possível que não sintam a necessidade de superar a carga sexual para chegar a entender a força do amor na vida inteira. O amor não pode ser confinado a momentos fugazes. O amor não deve isolar da comunidade, pelo contrário, o amor faz despertar a vida. O que desencadeia no educador o empenho pelos educandos não é um simples sentimento ou um cálculo comercial ou político. É a convicção de ter recebido muito, para ter que dar a quem se vê em necessidade. O amor pelos jovens não é uma obrigação imposta de fora, mas uma urgência sentida a partir de dentro da nossa existência, tornando-se, nos termos de Dom Bosco, projecto de vida para o educador.

O amor faz perceber que tudo é interligado, torna leve a realidade com um olhar. O ser humano é um “*unum*” global e não pode ser considerado de modo parcial. Sente-se hoje a necessidade de perceber os elementos de modo compreensivo e cultivar a atenção à totalidade da pessoa. A tendência a sectorializar, a separar funções, e correr atrás de interesses individuais cria o antípoda da busca da união de forças. Se esse esforço é feito com base em convicções intelectuais ou tendências políticas não será fácil alcançar a meta. O único e verdadeiro unificador é o amor.

A educação para o amor não é mais uma coisa a ser feita, não é uma actividade, é um modo de ser, é a filigrana que passa por todo o nosso modo de ser. É como o facto de ser educador: todos sabemos que para manter ordem num grupo, o encarregado deve sentir-se contente, não tenso ou sob stress. Um músico que tem apenas o fruto do seu esforço árduo e não pode contar com o talento musical terá dificuldade em convencer os ouvintes. Quem não aprendeu a amar, dificilmente poderá ensiná-lo. O amor na medida justa deixa livre, ao mesmo tempo que é convidativo. Uma mãe possessiva não ensina a amar, um pai muito racional também não ensina a pensar. O amor é fundamentalmente um dinamismo *construtivo*, onde interagem pessoas com o próprio ser para alcançar juntas metas ulteriores para cada um. É por isso que só se pode educar para o amor, amando.

2. 1. Na educação para o amor há *aspectos específicos e concretos* a ter em conta.

A) Primeiro, a **vigilância**, ou seja, aprender a amar verdadeiramente. É sempre interessante fazer uma revisão sobre o amor, sobre o modo de

escutar, acolher, acompanhar, doar, agir. Não só devemos vigiar sobre as pessoas que nos são confiadas, mas também sobre nós mesmos.

B) **A relação com** as, pessoas é um segundo aspecto. Espera-se de nós sinceridade e abertura, sem reservas. A serenidade, só será possível se formos límpidos e transparentes. Aqui atingimos o nível da justiça. A integridade pessoal permite relações profundas e livres ao mesmo tempo. A liberdade interior permite que alguém possa confiar-se ao outro quando a ansiedade lho sugere. Talvez seja isso o que mais se exige de nós, educadores adultos, a respeito dos jovens: uma atitude que instile confiança, convidando-os a confiar e a falar das suas experiências, temores, desilusões e sonhos. Eles, talvez não busquem uma resposta, mas precisam muito de se exprimir. O ouvido qualificado será naquele momento capaz de levar o diálogo mais a fundo, onde se encontram as raízes da pessoa, descobrindo forças e revelando potencialidades escondidas para construir uma vida completa.

C) Um terceiro aspecto é **a criação de um ambiente educativo**, rico de intercâmbios comunicativos e afetivos, de modo a sentirem-se acolhidos e estimulados no grupo. Além de se reconhecer como pessoa capaz, o jovem quer sentir-se realizado, deve poder fazer alguma coisa pelo bem dos outros, deve sentir-se bem a dizer “obrigado” pelos companheiros e pelos adultos.

D) Um último aspecto que queremos recordar é **a gradualidade do amor**. O amor criativo deverá seguir a ordem criatural. As relações não são descobertas, são construídas. Quero insistir nisto porque aprendemos com Dom Bosco e na realidade salesiana, a colocar-nos em contacto com os jovens com muita facilidade e simplicidade. O sistema do pátio ensinou-nos a dar a primeira palavra, a entabular imediatamente um diálogo simples. Entretanto, é preciso ir adiante. O primeiro passo é apenas o anúncio de outros passos. Os nossos jovens vivem num clima onde o primeiro encontro pode exigir tudo, desde que não deva envolver a própria pessoa, mas ao mesmo tempo possa desfrutar o prazer máximo do encontro: compromisso mínimo, para um prazer máximo.

2.2. O adulto deverá ensinar que amar é bem mais do que isso. Através de intervenções delicadas mas precisas, o jovem deve aprender que a vida é um processo, que depois do primeiro ano de escolaridade se segue o segundo, que o salário de um principiante não é igual ao de um empregado

experiente. Há um tempo estabelecido para semear e outro para recolher, e de nada serve semear se o terreno não foi escrupulosamente preparado. Há uma grande diferença entre sexo e dom a ser trocado na sexualidade.

2.3. Vemo-nos diante de uma dificuldade ao educar para o amor. O **diálogo** entre adultos e jovens é muito reduzido, estamos pouco tempo juntos, o ritmo profissional é muito diverso, as exigências sociais, as férias, os interesses, os amigos..., não nos levam a *viver* por muito tempo juntos. É um desafio que exige a nossa inventiva e a nossa *sagacidade*, mas certamente também a convicção de que os momentos passados juntos são certamente um lucro. O testemunho mais precioso a ser dado é, provavelmente, fazer dizer aos jovens: “convosco é que eu me sinto bem”, como diria Dom Bosco, referindo-se à sua atitude de educador no meio dos jovens.

3. Os reflexos sobre os caminhos da Fé

Tudo isto tem os seus reflexos no plano da construção da personalidade e no plano mais específico do amadurecimento da vida cristã.

Quando o amor é vivido de maneira conflituosa e o conteúdo sexual passa a assumir a primazia, trava o crescimento global. Sempre que é realizado de forma egoísta, o gesto de amor não abre para o futuro, por se concentrar unicamente sobre o sentimento momentâneo e prescindir da evolução da pessoa. Produz efeitos semelhantes, nalguns contextos, a situação de muitos jovens que acusam a ausência da figura paterna ou a falta dos pais. Nunca viveram a experiência de uma relação equilibrada com pais e irmãos, em família. Arrastam com eles carências dificilmente colmatáveis e permanecem sem defesa face às agressões da sociedade. No seu processo de desenvolvimento, substituem os valores pelos gostos, porque confundem a felicidade com o prazer. Falta-lhes um projecto que defina o sentido da própria realização pessoal.

Também o ambiente, constituído por pessoas que vivem uma experiência análoga, é uma forma de cultura generalizada a qual, longe de corrigir estas tendências, na prática consolida-as e sanciona-as. Em tais situações, a autêntica compreensão do amor, para um cristão só se pode dar no horizonte de Deus. Deus criou a pessoa na reciprocidade homem - mulher, chamando-os a uma comunhão profunda, capaz de significar a própria realidade de Deus.

4. Intervenções educativas

O educador cristão (pai, mãe, professor, catequista, animador ...), que na sua acção educativa procura favorecer e promover a maturação dos jovens, nos dias de hoje sente que tem para com eles um **dever especial de os educar para o amor**. Está convencido de que o mistério de Cristo, a sua vida e os seus acontecimentos, são a revelação plena e normativa do verdadeiro amor.

A experiência peculiar de Dom Bosco, o conteúdo espiritual e educativo do seu Sistema Preventivo podem orientar-nos para algumas opções simples, mas eficazes.

4.1. Em primeiro lugar, e em qualquer ambiente, é preciso rodear os jovens de um **clima educativo** rico de intercâmbios comunicativo-afectivos. O facto de se sentir acolhido, reconhecido, estimado e amado é a melhor lição sobre o amor. Quando escasseiam os sinais e os gestos de “família” os jovens facilmente se afastam, não só material, mas também, e sobretudo, afectivamente.

4.2. Em segundo lugar **a educação integral da pessoa** e o auxílio da graça levarão rapazes e raparigas a apreciar os valores autênticos, a saber: o respeito por si e pelos outros, a dignidade da pessoa, a transparência nas relações, etc...) como anúncio do Reino e como denúncia de toda a forma de instrumentalização.

4.3. Em terceiro lugar **os encontros frequentes entre rapazes e raparigas**, quando vividos como momentos de enriquecimento recíproco, abrem ao diálogo e à atenção para com o outro. Ajudam a descobrir a riqueza da reciprocidade, quer ao nível do sentimento e da inteligência, quer ao nível do pensamento e da acção. Surge assim a descoberta do outro, acolhido no seu ser e respeitado na sua dignidade de pessoa.

4.4. Em quarto lugar **uma educação adequada**, por conseguinte, ajuda a compreender a sexualidade como valor que contribui para o amadurecimento da pessoa e como dom a permutar numa relação definitiva, exclusiva e total, aberta à procriação responsável.

4.5. Em quinto lugar **o confronto com pessoas que vivem esse amor tem a força do testemunho**. Certas atitudes ligadas à doação e à gratuidade são fortemente intuídas e assimiladas. A alegria duma vocação

vivida com convicção marca profundamente os jovens, e proporciona neles uma abertura séria e serena para o amor, que sabe aceitar as exigências que tal vocação comporta.

4.6. Em Sexto lugar **o testemunho do educador que vive límpida e alegremente a sua vocação**, seja ela qual for, ajuda o jovem a captar a possibilidade de viver essa experiência de amor. O jovem que vive ao seu lado dará consigo a interrogar-se sobre o Senhor da Vida, que enche o coração de uma pessoa de modo tão pleno. Tomará consciência de que o amor se torna título pleno de um projecto de vida, capaz de se exprimir de mil formas diversas. O serviço fraterno aos “pequenos” e aos “pobres” e o contacto gradual e guiado com situações de sofrimento, são factores de educação para o amor gratuito.

4.7. Em sétimo lugar **uma catequese atenta** ajudará o jovem a compreender a realidade e as dimensões do amor; guiá-lo-á à aceitação do projecto de Deus, Amor e Fonte de todo o amor; e habituá-lo-á a realizá-lo no matrimónio cristão ou em qualquer outra vocação cristã.

O clima afectivo da escola

AIDA GUERRA DA SILVA (*)

1. Falar de Escola...

Neste painel coube-me a responsabilidade de abordar o clima afectivo da Escola, ou na Escola, servindo-me da minha experiência pessoal. É para mim uma alegria e uma honra falar de Escola e de afectos, duas temáticas que me são particularmente queridas. Por mais este momento, estou muito agradecida ao Secretariado Nacional da Educação Cristã.

Dada a exiguidade do tempo, vou apenas reflectir em voz alta, desenhando algumas pinceladas do quotidiano.

Para falar de Escola é preciso falar de gente. Gente que se encontra, que trabalha, que estuda, que se torna amiga, isto é, gente que ao longo do tempo vai criando laços de relação interpessoal, que se vivem cada vez mais fortes. Trabalhar na Escola é construir a Escola e, como só é possível construir aquilo que se ama, é necessário, antes de mais, amar a Escola, ou seja, amar as pessoas que existem na comunidade: os colegas, os auxiliares de acção educativa, os técnicos de administração escolar, os encarregados de educação, e os alunos, últimos, mas os primeiros da comunidade educativa... É sentir a Escola como sua, não no sentido possessivo do termo, mas no sentido carinhoso da relação.

Se a Escola está para além da exclusiva transmissão de saberes do domínio cognitivo, poderemos recolher na nota pastoral da Comissão Nacional da Educação Cristã, «*Educar é um acto de amor.*», o princípio orientador para que a comunidade educativa seja verdadeiramente educadora.

O maior património que os meus pais me legaram foi o do amor, também da alegria, da coragem e da esperança pelo que nos mais de cinquenta anos de Escola, primeiro como aluna, e depois como professora, directora

(*) Licenciada em Serviço Social, Mestre em Ciências da Educação (Universidade Católica Portuguesa) e docente de Educação Moral e Religiosa Católica. Orientadora de Núcleo de Estágio.

de turma, colega, gestora, orientadora, tenho pautado a minha presença pela procura do desenvolvimento de um clima afectivo que favorecesse as relações e promovesse as aprendizagens e a eficácia do trabalho. Muitas pessoas consideram que é um sonho não concretizável. Será, realmente, utopia?

«*Amar é ir ao encontro do outro*», revela-nos G. Barbarin. Assim sendo, sabe-se que ninguém consegue mudar o mundo por si só, mas também é verdade que o mundo receberá a marca deixada por cada pessoa, a qual pode influenciar, positiva ou negativamente, aqueles que a rodeiam. «*Só o amor é capaz de gerar...*»

2. A Escola é sempre uma nova conquista afectiva

O desafio da permanente conquista afectiva revelada pela grandeza da simplicidade de uma raposa que diz àquele príncipezinho com quem um dia se cruzou: «*Se me cativares...vai ser maravilhoso!*» é igualmente verdadeiro na Escola, como na vida quotidiana.

Se é na Escola que se promove um saber mais profundo e um saber fazer mais perfeito, é necessário que se desenvolva igualmente um saber estar mais humano entre todos e com todos os sectores.

2.1. Com os colegas

Embora o momento actual se revele como um tempo de desencanto (não só devido ao cansaço de combater o insucesso escolar, as dificuldades de aprendizagem, a indisciplina; também pela leitura social, na sua maioria injusta, da função docente; e ainda pela resposta, muitas vezes desadequada, das entidades) os professores ainda não deixaram de lutar para que “*as pessoas que vivem nos alunos*” (cf. D. Sampaio) se desenvolvessem com dignidade. O ponto de partida e de chegada passa sempre pela importância do desenvolvimento do clima afectivo, neste caso entre os seus pares, porque:

- Fortalece laços de trabalho;
- Promove uma maior segurança que se desenvolve com a partilha;
- Origina reconhecimento de liderança, quando aliado à competência;
- Permite atingir objectivos com maior eficácia;
- Facilita a interdisciplinaridade;

- Conquista os que estão próximo e os que estão longe (os docentes que apostam na relação afectiva, parecem deixar a escola órfã quando se ausentam).

2.2. Com os funcionários

Não esquecendo o delicado e utilíssimo trabalho das equipas de administração escolar, os auxiliares de acção educativa, parceiros educativos que passam muito tempo com os alunos, a maior parte das vezes de modo informal, são preciosos elementos de complementaridade quanto mais a relação afectiva entre pares, com os alunos e com os docentes se valoriza, porque:

- Facilita a comunicação;
- Aumenta a técnica de “feed-back”;
- Utiliza estratégias comuns, na procura da disciplina;
- Aumenta a eficácia dos resultados;
- Promove atitudes;
- Cria maior motivação para o trabalho;
- Aumenta a confiança entre todos os intervenientes.

2.3. Com os encarregados de educação

As crianças aprendem o que vivem, pelo que o contributo dos pais, quando a escola promove uma interligação e relação afectiva com os pais e/ou encarregados de educação, é um forte contributo de mais valia junto dos educandos, professores e demais elementos dos sectores educativos, porque:

- Compete aos pais escolher o tipo de educação que pretendem para os seus filhos (cf. Artigo 25º da DUDH);
- São, por excelência, os primeiros e grandes educadores dos seus filhos
- Facilitam a aprendizagem de interesses e atitudes das crianças e jovens, como seres sociais;
- Favorecem o carinho, o respeito e a obediência, quando sabem educar com amor;
- Valorizam características pessoais que permitem um maior desenvolvimento pessoal e social;
- Facilitam a técnica de “feed-back”;

- Utilizam estratégias comuns, na procura da disciplina, aumentando a eficácia dos resultados, quer na família, quer na escola;
- Aumentam a confiança mútua entre todos os parceiros educativos.

3. Com os alunos

Os alunos são a razão primeira e última da existência da escola, de todas as entidades que lhe estão vocacionadas e de todos os profissionais que à educação se dedicam. Utilizando a linguagem dos colegas de Educação Visual “*não basta olhar, é preciso ver*”, pelo que os alunos são convidados a desenvolver o olhar em três dimensões (da inteligência = domínio cognitivo; dos sentidos = domínio psico-motor; do coração = domínio afectivo). É que a linguagem do conhecimento e do rigor fica enriquecida com a linguagem do coração. Se esta for desperdiçada, os outros domínios ficarão necessariamente prejudicados. Porque uma relação de afectividade com e para os alunos:

- Promove as aprendizagens (os alunos só aprendem quando a relação conduz à comunicação);
- Favorece a apreensão dos conteúdos cognitivos e psico-motores
- Facilita a aprendizagem de matérias, mas sobretudo de atitudes;
- Desafia a agir em conformidade;
- Desenvolve a educação afectiva;
- Promove a auto-estima e a auto-confiança;
- Provoca mais perseverança na prática dos trabalhos escolares
- Promove uma escola mais apelativa;
- Forma cidadãos mais responsáveis e mais participativos;
- Permite acompanhar os alunos pelo percurso escolar e profissional.

4. Linguagem do Amor – O desafio à presença do educador cristão na Escola, na Igreja e na Sociedade

O exemplo é uma forma de poder, diz um dos actuais políticos do nosso país. O testemunho do amor cristão pode trazer à escola o poder de agir de acordo com a dignidade humana, isto é para com todas as pessoas, porque criadas à imagem e semelhança do Amor Criador. Não basta dizer-se cristão – é preciso agir cristãmente. É preciso que os cristãos **vivam o que anunciam**. Se utilizarmos a linguagem de Santo Agostinho “*Ama e faz o que quiseres*”, a afectividade e a esperança, aliadas à confiança que

depositamos nas pessoas, desencadeiam uma empatia que permite uma comunicação mesmo sem verbalizar. Assim é na Escola, assim será na Família, na Igreja e na Sociedade.

Voltaríamos ao princípio desta reflexão. *“Amar é ir ao encontro do outro”* e Só quem ama é capaz de educar porque *“educar é um acto de amor”*.

Jornadas de Formação para Educadores Cristãos

Fátima, 26 e 27 de Janeiro de 2006

Educação da sexualidade

Uma descoberta da vida e do amor

D. TOMAZ SILVA NUNES (*)

As Jornadas Nacionais de Formação, que estamos a iniciar, versam um tema sensível e de grande actualidade. Sempre o foi, porque “a sexualidade é um dos núcleos estruturantes e essenciais da personalidade humana”¹, que toca o íntimo do ser de cada um. O desenvolvimento das ciências humanas, com a conseqüente oferta de novos dados de conhecimento sobre o ser humano que trouxe à luz, a busca de libertação de valores, normas e padrões de comportamento que a tradição foi associando à sexualidade humana, e as ameaças à saúde, que uma vivência desregrada das relações humanas podem suscitar, são alguns dos factores que tornam a sexualidade e as problemáticas que lhe estão associadas um tema a exigir cuidada reflexão.

Vivemos num tempo marcado por uma forte linha cultural de relativismo e de desejada neutralidade ética, que atinge a vida afectiva e sexual. A opção de cada um e o caminho que decide percorrer, são avaliados com critérios de facilidade e tolerância que conduzem a aceitar como bom aquilo que se decide e faz, desde que produza tranquilidade e sensação de bem-estar.

Basta seguir alguns programas televisivos, em horas nobres, e verificar como se apresentam, sem qualquer distinção valorativa e ética, as relações humanas, sobretudo no mundo juvenil, vividas com maior ou menor intensidade – mais ou menos *coloridas* –, e os compromissos a elas inerentes, de durabilidade normalmente precária. Tais comportamentos são apresentados com a maior naturalidade, como se todos, em especial os jovens, aceitassem tais visões e vivessem segundo esses critérios. Felizmente, o quadro apresentado não coincide totalmente com as realidades vividas, mas

(*) Bispo Auxiliar de Lisboa, Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã, Mestre em Ciências da Educação.

¹ Conferência Episcopal Portuguesa (2005). *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, 2.

estas acabam por ser subtilmente influenciadas pelo poder daquelas mensagens televisivas.

Verifica-se, por outro lado, uma tendência para enfatizar a componente de informação nos projectos de educação da sexualidade nas escolas, revelando, subjacente, uma concepção redutora e negativa da sexualidade humana. Redutora porque, não contemplando a dimensão de globalidade da pessoa humana, conduz a uma visão fisicista da própria sexualidade. Negativa porque, na ausência de um bem a atingir que inspira e fortalece a integração dos impulsos e energias sexuais num projecto de vida com sentido, encaminha para a vivência cada momento de relação com o maior prazer e intensidade possíveis, nas condições mais eficazes de segurança, de modo a evitar efeitos não desejados.

Afinal, quase sem se dar por isso, em nome do progresso acaba por se recusar a exigência de uma visão sistémica, que marca o nosso tempo e que é o tipo de abordagem mais adequado para compreender e integrar a realidade pessoal e relacional. Deste modo, continua a conduzir-se a educação segundo o paradigma mecanicista, que promove a formatação, e que se diz recusar.

A visão cristã da sexualidade radica na verdade revelada por Deus acerca do ser humano: criado, homem e mulher, à imagem e semelhança de Deus, que é amor, o ser humano tem por vocação o amor. Por isso, “torna-se semelhante a Deus na medida em que se torna alguém que ama”². A sexualidade humana “tem uma ligação profunda com o amor e só nele encontra o seu verdadeiro sentido. Desta ligação, resulta o papel central da sexualidade na vida humana, factor decisivo para o desenvolvimento harmonioso da pessoa que só se atinge no amor”³.

O Programa destes dois dias de Jornadas contempla uma variedade de sub temas e de metodologias geridos por formadores de reconhecida qualidade que, seguramente, ajudarão os participantes a adquirir uma visão global e aprofundada sobre a Educação da Sexualidade, que tem em vista proporcionar a descoberta da “vida em abundância” (Jo 10,10), que só o amor pode oferecer.

Felicitos os organizadores, os especialistas, os tão numerosos participantes e a casa que nos recebe.

² Bento XVI. Discurso por ocasião do Congresso Diocesano de Roma sobre a Família (06.06.2005).

³ Conferência Episcopal Portuguesa (2005). *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, 2.

Na sua primeira Encíclica *Deus Caritas est*, ontem divulgada, o Santo Padre Bento XVI propõe-se “falar do amor com que Deus nos cumula e que deve ser comunicado aos outros por nós” (Introdução).

Com o nosso esforço de reflexão e de partilha nestes dias, e fortalecidos com a especial protecção materna de Nossa Senhora de Fátima, estou certo de que seremos dos primeiros a contemplar esse amor e a fortalecer-nos para o transmitirmos, com lucidez de perspectivas e ardor de vivência, às crianças, aos adolescentes e aos jovens sobre quem temos responsabilidades educativas.

Fátima, 26 de Janeiro de 2006

Sexualidade e cultura: para uma leitura antropológica

JOÃO DUQUE (*)

A sexualidade é, sem dúvida, uma das mais complexas realidades humanas, pois nela se articula a própria identidade humana, em muitas das suas mais profundas dimensões. E o ser humano é complexo, não podendo ser reduzido ou dissecado em aspectos isolados, sem que isso acabasse por anular a sua humanidade.

Para além disso, na experiência da sexualidade o ser humano entra em contacto com uma realidade que, de certo modo, o supera, já que, no desejo sexual e em todas as suas consequências, ressoa sempre o mistério da própria «natureza» ou, ainda mais, o mistério de forças que não são totalmente controláveis pelo sujeito e que, à semelhança da dimensão do sagrado, se manifestam ambivalentes, como simultaneamente fascinantes e tremendas, podendo ser criadoras ou destruidoras.

Um dos mais profundos mistérios que habita toda a vivência da sexualidade é originado pela alteridade da outra pessoa humana, que interpela cada sujeito, num misto de desejo de domínio e posse e de constatação da impossibilidade desse domínio e dessa posse. Abre-se assim o caminho de uma relação que assentará no respeito da alteridade dos outros, como mistério a acolher, que constantemente habita o nosso próprio mistério e o interpela ao êxodo de si.

O mistério do desejo, manifesto de forma especial na experiência sexual, constitui assim a marca do próprio carácter misterioso e, por isso, complexo, de toda a sexualidade humana. É com esse mistério que todos os seres humanos, de todas as épocas e lugares, têm procurado lidar, dos modos mais variados. Esses modos constituem cultura e são marcados pela cultura

(*) Doutor em Teologia Fundamental. Professor Associado na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Director do Secretariado da Doutrina da Fé da Conferência Episcopal Portuguesa. Durante três anos dirigiu um mestrado em Educação Sexual (UCP – Porto).

envolvente. Assim, temos que admitir que a vivência da sexualidade – no seu mistério ou até na pretensa anulação desse mistério – está sempre relacionada com a cultura envolvente, exercendo, por seu turno, forte influência nessa mesma cultura.

Não se pretende, com isto, afirmar que a sexualidade, em todos os seus aspectos e práticas, seja simplesmente um produto cultural, mais ou menos aleatório e dependente de convenções sociais. Há elementos biológicos comuns a todas as culturas e que não podem ser ignorados, sob pena de se construir uma espécie de tabu em torno a dimensões da sexualidade que, apesar disso, continuam sempre, de algum modo, presentes. Mas é preciso assumir que o ser humano é um ser “naturalmente cultural”, ou seja, que a vivência humana de todas as realidades, mesmo das que são determinadas biologicamente – como é o caso da alimentação – é sempre simultaneamente de nível cultural, originando significados e símbolos que marcam profundamente a experiência humana do mundo, organizando-o precisamente enquanto «mundo».

Assim sendo, poderíamos definir o ser humano como aquele que vive a natureza culturalmente e a cultura naturalmente – precisamente porque vive em mundos que faz e que o fazem. A sua identidade está, por isso, irrecusavelmente ligada não só a essas duas dimensões, mas sobretudo ao seu cruzamento constante, de tal modo que se torna ilusória qualquer pretensão de absoluta separação. Uma antropologia equilibrada implicará, por isso, uma interpretação do ser humano – e, no nosso caso, da sexualidade, enquanto uma das suas dimensões fundamentais – na intrínseca relação entre natureza e cultura, entre corpo e espírito, entre matéria e significado, entre facto e sentido, etc.

Isso convida a uma abordagem antropológica – mais do que apenas biológica, higienista ou simplesmente comportamental – da sexualidade, para evitar falsas divisões no ser humano uno e para, ao mesmo tempo, evitar a falácia de determinadas construções culturais da própria sexualidade, que parecem torná-la algo extrínseco a esse ser humano integral e integrado. Partindo da afirmação de Helmut Schelsky, na sua clássica «Sociologia da Sexualidade», de que a “transfiguração cultural dos impulsos sexuais constitui seguramente uma das originárias realizações culturais e condições de existência do ser humano, tal como a ferramenta e a linguagem”¹, irei

¹ SCHELSKY, H., *Soziologie der Sexualität*, Hamburg: Rowohlt, 1955, p.12.

concentrar a minha abordagem na dimensão histórico-cultural, deixando o tratamento de outras dimensões para penas mais competentes².

1. Metamorfoses

1.1. A conhecidíssima «História da sexualidade» de Michel Foucault³ pretendeu analisar a especificidade da vivência da sexualidade – compreendendo as respectivas teoria e moral – no ocidente, por influência da cultura antiga e do cristianismo. A partir da leitura de textos das diferentes épocas, concluiu que a nossa tradição cultural abordou a sexualidade sobretudo na perspectiva do desejo, concentrando-se no problema da consciência individual relativamente à relação do sujeito humano com a complexidade dos impulsos sexuais. O terceiro volume dessa obra inacabada – só estudou mais detalhadamente a antiguidade, até ao limiar da transição para o cristianismo – intitula-se sintomaticamente «O cuidado de si». Ou seja, a sexualidade constituiu, ao longo da história que marca as nossas perspectivas culturais sobre a realidade, algo essencialmente relacionada com o sujeito, com a sua verdade e o seu bem-estar – estando, assim, imersa numa cultura da subjectividade, como claramente é a cultura ocidental.

No contexto desse percurso histórico, a antiguidade tardia, sobretudo através do estoicismo, conheceu uma perspectiva fortemente moralista e asceta relativamente à sexualidade, dando corpo ao conjunto de preceitos morais que iriam depois marcar todos os séculos seguintes, sobretudo através do cristianismo – mas não originados no seu seio, nem correspondendo muitas vezes à sua visão mais genuína dessa realidade. Ou seja, foi precisamente na antiguidade que se construiu uma visão de rigor e exigência – até mesmo de desconfiança e de certa negatividade – relativamente ao desejo sexual e à sua satisfação. O cristianismo herdou essa perspectiva e assumiu muitas das suas normas, embora com um fundamento radicalmente distinto, como muito bem viu Foucault.

De facto, o cuidado de si, através da ascética sexual, destinava-se na antiguidade à construção de um indivíduo saudável, somática e psicologicamente. Para isso seria necessária uma conduta virtuosa, que

² Salvaguardando o facto de que o que aqui apresento é apenas uma leitura muito esquemática, com muitas excepções em cada época, pois a história cultural – mormente no que respeita à sexualidade – é infinitamente mais complexa. O esquema aqui apresentado serve apenas de introdução a algumas considerações sobre a vivência actual da sexualidade, no que respeita ao seu enquadramento cultural.

³ Cf. FOUCAULT, M., *História da sexualidade*, I-III, Lisboa: Relógio D'água, 1994.

implicava a abdicação de determinadas práticas e a realização de outras. A vida sexual dos indivíduos tornou-se, então, fortemente regulada, com a finalidade da construção desse homem virtuoso, sujeito de uma vida saudável e agradável, não perturbada pelos excessos a que uma vida sexual mais ou menos desregrada poderia conduzir. Ou seja, o cuidado de si, enquanto cuidado consigo mesmo, na perspectiva crepuscular da antiguidade, destinava-se sobretudo à afirmação de si, como sujeito feliz, sendo esse o horizonte máximo da conduta ética do ser humano.

O cristianismo, parecendo continuar com o mesmo esquema moral, quanto às normas e à ascese, introduziu elementos que originam uma visão fundamentalmente diferente. Antes de mais, o cuidado de si, relativamente ao desejo sexual – muito antes de determinadas práticas sexuais exteriores – resulta da própria ambiguidade da sexualidade, marcada pela realidade do pecado. Ou seja, não sendo a sexualidade, como tal, pecaminosa – pois pertence à natureza humana, criada por Deus – o pecado tornou-a, como a todas as outras realidades humanas, profundamente ambígua, com o poder de criar ou destruir o ser humano, de o conduzir à vida ou à morte, à salvação ou à condenação. Essa situação exige, por isso, um cuidado especial na sua realização e na forma como o sujeito, mesmo ou sobretudo no seu interior e nas suas intenções, com ela se relaciona.

As normas morais desse relacionamento, sendo externamente muito semelhantes às estoicas, não são simplesmente produzidas pelo contexto sócio-cultural nem se destinam a tornar o ser humano mais saudavelmente feliz. São normas com a sua origem primeira – enquanto fundamento mais remoto – num Deus pessoal que exige o seu cumprimento, precisamente, para evitar o pecado e, na realização da própria sexualidade, conseguir a salvação. A doação dessa salvação, que liberta do pecado, implica uma acção do sujeito de acordo com essa mesma libertação, enquanto libertação interior, que afecta o âmbito dos desejos e da relação humana com eles.

Assim, a análise da alma, enquanto análise da consciência e constante purificação dos desejos, rumo à sua correcta orientação, destina-se ao aprofundamento da correspondência à vontade de Deus que, desse modo, liberta o ser humano do pecado e o reconduz à sua verdade, a qual tem dimensão escatológica e não se reduz a uma vida saudável, agradável, feliz.

A ascese exigida nesse caminho – e que abarca, para além dos actos exteriores e visíveis, também o mundo dos pensamentos e desejos, em autêntica correspondência entre interior e exterior, entre alma e corpo, entre psiquismo individual e instituição social – essa ascese implica a renúncia a si mesmo, enquanto renúncia a ser o princípio e o fim, a meta ou a razão

única de ser de todo o percurso. A identidade própria do sujeito cristão é, precisamente, o renunciar a si para que seja o outro – e não um renunciar a si, para que surja um «si-mesmo» mais saudável e feliz. A qualidade moral dos seus desejos encontra aí o seu critério central, constituindo o motor autêntico de toda a ascese sexual, que atinge momentos de extrema sutileza na análise, em pesquisa da insondável profundidade das consciências e das suas motivações. Exteriormente, essa prática acompanhou sobretudo os celibatários, que sempre tiveram uma vida sexual intensa, precisamente na constante preocupação interior que com ela tiveram, assim como na vigilância em relação aos seus motivos, intenções e perturbações mais recônditas.

1.2. Claro que o mesmo projecto era proposto aos não-célibes, embora com outras nuances, pois teria que poder integrar a realização exterior, biológica e interpessoal da sexualidade, enquanto acto sexual propriamente dito. O caminho mais habitual, ao longo de quase toda a idade média e mesmo da renascença, foi a orientação da sexualidade para uma ascese dos desejos – à semelhança da vigilância do celibatário – e o seu encaminhamento para o contexto do matrimónio, visto sobretudo como função social, cultural e económica de transmissão do património familiar. Por isso, a sexualidade, na sua realização externa, identificou-se primordialmente com a sua função procriativa, encontrando aí o seu lugar legítimo, o único em que superaria a ambiguidade da sua potencial pecaminosidade. Assim, a dimensão da convivência em família – como núcleo social primeiro – e do prolongamento nos filhos, tornou-se na dimensão mais importante da sexualidade, sobretudo para a mulher, prevalecendo sobre a dimensão de prazer – que anima a ambiguidade dos desejos – e mesmo sobre a dimensão amorosa, que marcaria a atracção sentimental ou afectiva do casal. Por isso, vistas as coisas agora do lado do homem – as relações à amante e à prostituta – socialmente toleradas, mas moralmente condenadas – não poderiam ser iguais à relação com a esposa. E a sexualidade vivida pela esposa – mesmo que exteriormente semelhante – não podia pertencer à mesma economia de desejos que animava a amante e a prostituta.

A relação amorosa propriamente dita, que fertilizava o imaginário do desejo platónico, não esteve de todo ausente do mundo medieval, tal como comprova toda a poesia trovadoresca. Mas esse tipo de enquadramento da sexualidade não tinha por que ser integrado no casamento, enquanto forma habitual de relacionamento sexual entre um homem e uma mulher. Aliás, não convinha, sequer, que aí se integrasse, pois a ligação matrimonial, reduzida à sua

função familiar patrimonial, acabaria por matar o platonismo da relação trovadoresca, marcadamente ideal e puramente sentimental.

1.3. O que veio realizar a chamada «revolução romântica» da sexualidade – denominada por muitos também a “primeira revolução sexual”⁴ – foi precisamente a integração, no contexto do casamento, da dimensão sentimental e afectiva – ligada ao amor ideal, também à paixão sentimental – assim como da dimensão do prazer que anima o desejo sexual. A esposa, através sobretudo da leitura dos romances que então proliferaram, começou a assumir o papel de amante e, passo a expressão, de prostituta. A relação entre os esposos deixa de se destinar simplesmente à transmissão do património familiar e passa a ser cada vez mais desejada e procurada como uma relação também de paixão e de amor – típica dos amantes – incluindo o elemento do prazer sexual, para o qual foi despertando a esposa, a quem até então essa dimensão estava mesmo proibida, pois apenas era digna das prostitutas.

Assim sendo, as referidas três dimensões da sexualidade dos não-célibes – a procriação, o amor-paixão e o prazer – foram acolhidas no lar e passaram a constituir a vida íntima do casal, completamente fora do âmbito social, tornando a vivência da sexualidade uma questão a dois. Nesse contexto é que se originou – quer por reacção, quer assumindo estes elementos transformadores – o rigorismo moral da chamada «época vitoriana», que marca muitos dos textos tradicionais sobre a sexualidade, que nos são mais conhecidos – sejam eles de confessores, pregadores ou mesmo de médicos.

1.4. Sensivelmente por meados do séc. XX, assistiu-se a nova «revolução sexual» – denominada «segunda» – à qual se aplica mais adequadamente a categoria de «revolução» pois pretendeu, por um lado, tornar a sexualidade uma questão pública ou política e, por outro lado, anular todo o enquadramento cultural anterior. Sob a marca da ruptura completa, as transformações sexuais do séc. XX foram sobretudo no sentido de uma pretensa libertação da sexualidade de todo o tipo de ordenação moral, pensando assim recuperar um feliz «estado natural». A emancipação sexual foi então vista como símbolo eficaz da emancipação política. A civilização passou a ser encarada como causa de todas as repressões, significando a

⁴ Cf. SHORTER, E., *A formação da família moderna*, Lisboa: Terramar, 1995, esp. Cap. III.

resposta espontânea a todos os impulsos e desejos sexuais um dos melhores meios de libertação revolucionária, relativamente a toda a opressão civilizacional. Os teóricos lançaram os fundamentos – mais psíquicos, com Freud, mais culturais, com Reich, ou mais políticos, com Marcuse⁵ – e a revolução juvenil dos anos sessenta tornou essa perspectiva património da então originada cultura de massas⁶.

A construção do sujeito livre, absolutamente autárquico e em paz consigo mesmo, passaria pela resposta imediata às forças do subconsciente, manifestas primordialmente nas pulsões sexuais. Liberdade deixa de significar domínio de si. O novo «cuidado de si» deixa de implicar cuidados ascéticos e passa a ser simples realização do *self*, enquanto resposta espontânea a impulsos da vontade individual, interpretados como impulsos da natureza. O individualismo moderno tinha produzido os seus efeitos na vivência da sexualidade e, por essa via, em toda a vivência cultural contemporânea.

Entretanto, as novas experiências da sexualidade não parecem deixar os indivíduos mais felizes, manifestando-se uma crescente busca, sobretudo por parte das gerações mais jovens, de formas diferentes de a viver, muitas vezes em maior ligação com a nossa herança cultural e moral do que com a mais recente revolução sexual⁷. Essa busca está marcada, como seria de esperar, por muitos paradoxos e indefinições⁸, as quais exigem clarificação reflexiva e aplicação pedagógica cuidada. Como singelo contributo nesse sentido, proponho uma breve análise de algumas «construções» da sexualidade na cultura contemporânea.

2. Construções

2.1. A primeira construção poderia ser denominada «construção da alma», enquanto marca avançada de uma forte psicologização da sexualidade. Situando-se no trajecto da cultura ocidental apresentada anteriormente, esta construção levou ao seu extremo os efeitos da concentração da sexualidade no desejo individual e na consciência, retirando-lhe, contudo, a sua dimensão

⁵ Cf. SIMON, M., *Comprendre la sexualité aujourd'hui*, Lyon 1988.

⁶ Para uma aplicação, muito questionável aliás, à situação política portuguesa, ver: D. Vilar, *Falar disso. A educação sexual nas famílias dos adolescentes*, Porto: Ed. Afrontamento, 2002, esp. p. 83-124.

⁷ Cf. ANATRELLA, T., *El sexo olvidado*, Santander: Sal Terrae, 1994.

⁸ Cf. BRUCKNER, P. / FINKIELKRAUT, A., *Le nouveau désordre amoureux*, Paris: Seuil, 1977; A. Giddens, *Transformações da intimidade*, Oeiras: Celta Ed., 1995.

moral, enquanto obediência a normas exteriores, de algum modo institucionalizadas na cultura envolvente. No caso actual, a única moral aceite é determinada pela vontade individual, devendo o sujeito obedecer incondicionalmente a essa vontade, sob pena de sucumbir às mais diversas neuroses, ou mesmo à dominação política ou familiar – mesmo eclesiástica – de vontades exteriores.

Por isso, a psicologização actual da sexualidade corresponde à sua frequente desinstitucionalização, passando a ser uma questão absolutamente individual – já nem sequer uma questão do casal, fechado em si mesmo, mas uma questão de cada indivíduo. O programa estóico terá atingido, assim, o seu ponto extremo, na medida em que superou, mesmo, o resto de referência institucional que o estoicismo antigo ainda reconhecia. Agora, a sexualidade é um programa simplesmente relativo ao interior de cada indivíduo, sendo as suas manifestações exteriores, inter-pessoais ou sociais meros acasos sem importância nuclear.

Neste contexto cultural, as exigências da integração da sexualidade na identidade pessoal arbitrariamente mutável e da pessoa numa sociedade em constante ebulição fazem aumentar o recurso à psicologia e psicoterapia, assim como a necessidade de um programa de educação sexual, por ausência de contexto institucional que permita estabilidade à pessoa. Ora, não conduzirá isso a uma forma da «morte do sujeito», pelo menos enquanto pessoa, reduzindo-o a um factor psíquico, perfeitamente controlável e previsível? O sujeito real, profundo mistério de liberdade, é assim superado numa ficção ideal de construção psicológica, colocando exigências a si mesmo e aos outros, que dificilmente consegue suportar na realidade. O sujeito construído psiquicamente, enquanto mónada auto-concentrada em si mesma, facilmente passa a necessitar de tratamento psicológico, transformando as experiências sexuais em episódios de um psicodrama que dificilmente atinge um final feliz.

Por outro lado, Schelsky já falava das convenções da individualidade e da liberdade como as grandes características da sociedade contemporânea, também relativamente à vivência da sexualidade. Nesse sentido, aquilo que os indivíduos pensam ser construção absolutamente sua não passa, muitas vezes, de resposta individual a esquemas sociais e culturais, que uma cultura massificada potencia, criando simplesmente a ilusão de individualidade e originalidade. Os psicodramas individuais são histórias construídas com base num imaginário originado na própria cultura de massas, por isso perfeitamente convencionais e monotonamente iguais umas às outras. A sexualidade como questão individual é, afinal de contas, um produto social,

de cuja origem despersonalizada os indivíduos simplesmente não se apercebem.

2.2. Ora, os psicodramas actuais, sucessores dos romances sentimentais do séc. XIX romântico, são hoje sobretudo construídos televisivamente. E outra coisa não seria de esperar, já que as visões do mundo são hoje – sobretudo para as gerações mais jovens – construídas no mundo que a própria televisão constrói; são isso mesmo: tele-visões. A «hiper-realidade»⁹ originada mediaticamente não é, propriamente, espelho de uma sociedade que lhe seja completamente exterior, mas antes a própria origem de grande parte dos comportamentos que constituem essa sociedade. Nas palavras e habitual perspicácia de Eduardo Lourenço, “as «imagens» – as sombras do mito de Platão – tornaram-se o *nosso pão quotidiano*, mas não denunciam um sol ausente, que só contemplaríamos se as criticássemos, se fôssemos capazes de lhes voltarmos as costas. Ao contrário do que pensava Platão, essas imagens são o próprio sol”¹⁰.

E o «sol» é habitual metáfora para a divindade. Por isso e se assumíssemos a nomenclatura de Dürkheim, que definia a religião e o sagrado como o ligame que origina uma sociedade e a caracteriza como tal, poderíamos considerar o mundo mediático como a religião ou o sagrado da cultura actual, com as suas instituições próprias e com um efeito institucionalizador difícil de avaliar.

Assim sendo, o contexto mediático – que é fundamentalmente um contexto publicitário, segundo o esquema sócio-económico da moda – constitui o contexto de ritualização dos comportamentos contemporâneos. A «nova ritualidade» proposta na diversidade – por sinal, pouco diversificada – dos programas televisivos passa a constituir o núcleo da ritualidade quotidiana do cidadão médio actual, marcando desse modo os seus comportamentos como comportamentos fortemente institucionalizados. Simplesmente se dissimula essa institucionalização, fazendo parecer que se trata de comportamentos originalmente individuais e irrepetíveis, correspondentes à pura vontade livre de cada sujeito.

Ora, tal como noutras épocas, a ritualidade cultural é que constitui o primeiro motor da construção do desejo – e não simplesmente uma inclinação instintiva «natural» ou subjectiva individual. Sendo essa ritualidade actualmente referida sobretudo ao mundo mediático – predominantemente

⁹ Cf. BAUDRILLARD, J., *Simulacros e simulação*, Lisboa: Relógio D'água, 1991.

¹⁰ LOURENÇO, E., *O esplendor do caos*, 3ª Ed., Lisboa: Gradiva, 1999, p. 37.

publicitário – não admira que o desejo encontre aí as suas raízes e os esquemas do seu modo de satisfação. Por isso, a sexualidade é contemporânea, acentuada e mediaticamente construída sob a ilusão de que assim não é e de que não existe esse modo de constructo ou super-estrutura. Ora, os efeitos de algo são tanto mais fortes e agem tanto mais sobre o inconsciente, quanto menos consciente é ao indivíduo essa acção. Nesse sentido, estaríamos numa vivência da sexualidade que, sob a aparência de um novo cuidado de si, ao estilo estóico ou mesmo cristão, se encontra nas antípodas desse cuidado, pois não chega a ter percepção de quem é esse «si», enquanto sujeito diferente dos outros, com interioridade própria. Essa interioridade parece cada vez mais dissolver-se na pura exterioridade do meio, que se torna cada vez mais absoluto, anulando a própria distinção entre interioridade e exterioridade.

2.3. Mas o mundo mediático, sendo «hiper-real» não é propriamente real. Não conhece, por exemplo, a realidade da corporeidade finita, a realidade da pessoa irrepitível. Em verdade, o mundo mediático, digitalização completa do real, constitui uma abstracção desse mesmo real, através de um processo de virtualização que dissimula ou esconde o próprio facto de ser processo de abstracção virtual. Por isso, os *massa média*, sobretudo a televisão e, em parte, a net, constituem a forma como hoje se procede a uma virtualização da vida e da cultura, cada vez mais distanciada da realidade quotidiana, a qual por seu turno vai desaparecendo, enquanto algo diferente da realidade construída mediaticamente. Tornando-se esta na única realidade, torna o quotidiano em experiência do mundo tal como é virtualmente construído. Assim, o real que vivemos é um real resultante da relação da subjectividade do espectador com o mundo construído mediaticamente. E a subjectividade do espectador corresponde, cada vez mais, aos modelos construídos pelo meio, potencialmente distantes de outras experiências quotidianas ligadas à existência subjectiva.

Nesse contexto, a compreensão – e correspondente vivência – da sexualidade e do desejo torna-se progressivamente pura construção subjectivo/mediática, separada das dimensões físicas, relacionais ou mesmo sociais. A virtualização da existência resulta também em virtualização da sexualidade. E assim como as atitudes, transformadas em algo virtual no espectáculo mediático, não possuem consequências sobre o indivíduo – os elementos negativos e positivos, a alegria, felicidade ou então o sofrimento e mesmo a morte, são puros elementos de um jogo sem consequências

reais – também as atitudes relativas à sexualidade passam a ser abordadas como se não possuíssem qualquer consequência sobre o sujeito que as pratica nem sobre os outros.

2.4. Ora, tudo aquilo que não possui consequências reais é, tendencialmente, destituído de significado e de importância. Ou melhor, a importância máxima que pode ter num determinado momento – consoante o «valor» que lhe é dado pela construção mediática – perde-a logo de seguida. E isso acontece com todas as realidades, sejam elas humanas ou simplesmente materiais, sejam as mais importantes ou as mais irrisórias. O que contribui para uma progressiva banalização de tudo aquilo que é assimilado pelos *media*, segundo o seu modo de construção – como acontece com a política, da forma mais evidente. A sexualidade não podia, evidentemente, constituir excepção, sendo transformada, mediaticamente, em mero sub-produto publicitário ou objecto lúdico. Por um lado, é funcionalizada e colocada ao serviço de um «deus maior», que é precisamente o lucro económico; por outro lado, através da banalização da abordagem, transforma-se em algo para consumo hedonista no quotidiano dos indivíduos, sem mais significado do que o de outro qualquer jogo, que diverte e descontraí, dando prazer.

2.5. Ora, a pessoa humana consome aquilo que tem, não aquilo que é. Consumir sexualidade, usando o corpo, implica uma visão de ser humano que separa o sujeito – eventualmente da ordem do psíquico – e o seu corpo, tornando este um objecto que se possui. Objectualizado o próprio corpo, num dualismo que permite a sua «posse» subjectiva, objectualizam-se automaticamente todos os corpos, transformando o corpo do outro em objecto de posse, com a finalidade de dele tirar proveito sexual. Não admira, assim, que se instaure uma relação estranha de busca de domínio recíproco, de conquista sem limites, para usufruto dos corpos – próprio ou alheio. Nesse sentido, privilegiam-se técnicas de prazer, subalternizando os afectos e os caminhos relacionais. A ditadura do orgasmo acaba por anular a própria sexualidade, em toda a sua complexidade e vastidão¹¹. Anulada a sexualidade, anula-se o próprio ser humano, pois diminui-se uma das suas mais profundas dimensões. As construções contemporâneas da sexualidade exigem, portanto, uma reinvenção antropológica, que passa por uma abordagem da antropologia do desejo.

¹¹ Cf. BRUCKNER, P. / FINKIELKRAUT, A, *op. cit.*, esp. cap. I.

3. Antropologia do desejo

Quem é o ser humano, enquanto sujeito de sexualidade? Talvez esta questão possa ser trabalhada – de modo algum terminalmente respondida – se pensarmos as dimensões do desejo, enquanto dimensões que tocam no âmbito mais profundo de toda a sexualidade. Assim, a antropologia torna-se erótica, explorando sentidos do *eros* humano e tentando integrá-los num sentido englobante. Aqui, limitar-me-ei a explorar alguns desses sentidos, que me parecem os mais autênticos e, por isso, mais correspondentes à própria verdade do ser humano.

3.1. O primeiro sentido do desejo encara o ser humano como *ser-corpo*. A sua análise constituiria uma espécie de «fisiologia» e de «psicologia do desejo». O primeiro elemento concentrar-se-ia mais nos aspectos físicos, o segundo mais nos aspectos psíquicos do ser humano – ambos, contudo, como constituintes inseparáveis da corporeidade, enquanto marca fundamental e imprescindível do humano.

Isso implica, antes de mais, que a identidade pessoal esteja assente na relação comunicativa com o outro, no corpo-a-corpo que caracteriza o ser humano enquanto ser corpóreo, logo desde o nascimento. É no corpo físico e psíquico que se desenvolve toda a capacidade de desejar, através do contacto com o corpo dos outros, que se nos torna acessível nos sentidos corpóreos. Por seu turno, a expressão – enquanto realização – desses desejos é algo que só pode acontecer corporalmente. Por isso, pensar o ser humano como ser que deseja e que dá uma «fisionomia» sexual a esse desejo, é pensar o ser humano fundamentalmente como ser-corpo – e não simplesmente como um ser-com-corpo, ou um ser-num-corpo, para já não falar num ser-apesar-do-corpo ou contra-o-corpo.

Claro que ser corpo significa ser finito. Significa a ligação ao tempo e ao espaço, o não poder estar em todo o lugar e o não poder ser tudo nem possuir tudo; significa também a morte e o sofrimento, como ambiguidade da própria natureza humana. E aceitar ser corpo significa aprender a viver com tudo isso, como elemento fundamental de qualquer antropologia realista.

A finitude corporal implica também que o ser humano se realize como pessoa na relação ao outro concreto, também finito e limitado, e não na relação a um outro abstracto ou a todos os outros, enquanto potenciais companheiros. A perfeição do outro e a perfeição da relação não constitui, para cada ser humano, uma condição *sine qua non* para a sua realização,

caso contrário assistiríamos à constante evasão para um mundo inexistente – que pretende ser, frequentemente, o mundo virtual construído mediaticamente. A fisionomia do desejo – isto é, a sua irrecusável relação à dimensão corporal – implica que cada ser humano assuma todas estas condições e viva o seu desejo, tornando-se autenticamente humano, precisamente nessas condições – que são, ao mesmo tempo condicionantes limitadoras, mas também condições de possibilidade da nossa existência como humanos.

3.2. Um segundo sentido antropológico do desejo encontra o ser humano como *ser-a-partir-do-outro*. A análise antropológica tornar-se-ia, aí, uma «arqueologia do desejo», na medida em que investiga e compreende a origem (*archê*) do desejo humano. Ora, todo o desejo, por mais pessoal, original e interior que seja, é sempre já uma resposta a uma interpelação exterior, precisamente aquela que provoca o desejo. Ter desejo significa, por isso, ser «afectado» pelos outros e pelo mundo, também pela história da nossa existência. Assim, a arqueologia do desejo situa-se ao nível dos afectos, que não são propriamente uma produção individual, mas a forma como um sujeito é afectado por tudo o que o interpela, sendo desse modo construídos os desejos que o animam existencialmente, também no plano da sexualidade. Por isso podemos dizer que todo o ser humano, enquanto sujeito de afectos, é um ser a partir de outro e nunca um produtor isolado da sua própria identidade. Essa realidade originária manifesta-se, de forma excelente, na vivência da sexualidade e no próprio desejo que o outro provoca em mim.

3.3. Um terceiro sentido da economia dos desejos convida-nos a pensar o ser humano como *ser-com-o-outro*. Situámo-nos, aqui, ao nível de uma «pragmática» e de uma «sociologia do desejo», na medida em que investiga a quotidiana rede de relações que, pelo desejo, ligam os seres humanos uns aos outros, originando sociedades, culturas, instituições, enquanto modos de partilha de vida e dessa forma, de realização do desejo. A convicção moderna e contemporânea de que essas dimensões são insignificantes para a vivência da sexualidade, reduzida frequentemente a uma questão privada, é completamente ilusória, pois nenhuma experiência sexual é completamente alheia ao mundo envolvente e ao seu leque de relações. Assim, na sexualidade incluem-se a relação aos pais, aos filhos, aos amigos, às instituições, aos hábitos sociais, etc. O casamento tem sido, por exemplo, a instituição mais frequente para o enquadramento da vivência da sexualidade.

A crise em que contemporaneamente entrou, enquanto instituição a esse nível, não implica que se tenha encontrado qualquer substituto nem que seja possível, do ponto de vista geral e duradouro, viver humanamente a sexualidade prescindindo de qualquer modo de institucionalização. Verifica-se, actualmente, uma forte procura dessa estabilidade institucional, que por vezes se encontra na reinvenção da vida matrimonial como forma de articular, sexualmente, o nosso modo de ser, sendo com os outros.

3.4. Mas o desejo não tem simplesmente uma origem outra, vivendo-se na relação de alteridade, senão que se orienta para o outro. Aí manifesta-se o ser humano enquanto *ser-para-o-outro*, analisado numa «teleologia» e numa «utopia do desejo». Mesmo quando, por perversão, o desejo se fixa sobre o próprio indivíduo que deseja, de forma completamente autista, trata-se de uma relação ao outro, pois o próprio indivíduo se fragmenta, tornando-se dois: o sujeito e o objecto do desejo. E já revela que, na sua versão equilibrada, o desejo tem o seu ponto de orientação fora do sujeito que deseja. Orienta-se, portanto, para o outro.

Ora, a outra pessoa humana não é objecto de um desejo, mas precisamente a sua meta, o seu *telos*, enquanto mistério que o próprio desejo nunca pode de todo possuir ou dominar. Aliás, esse seu carácter misterioso é que constitui, frequentemente, o motor do próprio desejo, enquanto fascínio pelo inabarcável.

Ora, quando o desejo se orienta para um horizonte indefinível e inabarcável, diremos que possui uma orientação utópica. A utopia do desejo encara-o como dinamismo para algo, sem que possua já esse algo e sem que alguma vez venha mesmo a possuí-lo totalmente. Mas, enquanto dinamismo provocado por essa atracção utópica, é absolutamente fundamental para o ser humano. A pessoa do outro torna-se, assim, utopia que atrai o desejo, tornando-o infinito e transformando-o, desse modo, em potencial desejo de infinito. O erotismo humano, na salvaguarda do mistério que o movimenta, conduz-nos a uma compreensão metafísica ou mesmo teológica do que somos, a caminho de um infinito que vamos desejando nos desejos que possuímos e que nunca satisfaremos completamente. A redução desse erotismo à dialéctica simples do desejo e da satisfação – como acontece com a actual publicidade – liquida a dimensão mais profunda de todo o desejo, liquidando a orientação transcendente do próprio ser humano. Este deixa de ser uma ser para o outro, sem ponto de chegada final, e transforma-se

um ser para si mesmo, na ilusão de ter já regressado a casa, possuindo o mundo inteiro¹².

3.5. Por último, poderíamos ainda considerar o ser humano como *ser-pelo-outro*, enquanto ser que vive o seu sentido na responsabilidade pelos outros. Haveria, aqui, que pensar numa «heteronomia» e numa «pedagogia do desejo», enquanto modo de se preocupar com o desejo dos outros e a sua correcta orientação. É neste contexto que se enquadra a educação sexual, na perspectiva do educador, enquanto realidade profundamente antropológica e não uma função simplesmente social. A responsabilidade pelo desejo do outro, como definição da verdade do próprio ser humano, situa a preocupação com a educação, em geral, e com a educação dos desejos e da sexualidade, em particular, no cerne da estrutura antropológica, como realização constante daquilo que acreditamos ser a verdade do ser humano. A antropologia da sexualidade desembocará, assim, numa antropologia da educação, enquanto cuidado pelo outro. E a vida sexual das gerações futuras inspira-nos cuidados, exigindo responsabilidade educativa.

¹² Seria interessante reflectir, aqui, sobre a leitura que E. Levinas faz das figuras de Ulisses e de Abraão, precisamente como paradigmas do desejo de si e do desejo do outro – um que volta sempre a si e o outro que não regressa a casa, encontrando nesse sair de peregrinação constante precisamente a sua identidade.

Saúde e sexualidade

ANA TATO (*)

A saúde é um dos valores fundamentais para a vida humana.

Em 1947, a Organização Mundial da Saúde definiu Saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não uma mera ausência de doença ou enfermidade”. Esta definição teve a vantagem de alterar a perspectiva anterior de saúde como “a mera ausência de doença ou enfermidade”. Mas com a rápida evolução das ciências humanas e sociais, logo se verificou que se tratava de uma definição simplista e que não manifestava toda a variabilidade das circunstâncias biológicas e sociais a que todos estamos sujeitos.

Uma de entre muitas definições de saúde foi elaborada por Bonnevie e refere que “a saúde resulta de uma capacidade comportamental que compreende os componentes biológicos e sociais, para cumprir as funções fundamentais, que só se podem realizar por um processo de adaptação”. Nesta perspectiva, a saúde adquire um carácter dinâmico abrindo espaço à capacidade de adaptação às diferentes circunstâncias da vida das pessoas que perante a assunção de determinados comportamentos, ajustam e procuram o equilíbrio mais adequado às variadas vertentes da vida, o que por outras palavras, significa o mais adequado às variadas vertentes da saúde humana.

A sexualidade representa no Homem um papel importante na manutenção de um bom estado de saúde.

A sexualidade, no seu sentido mais amplo é uma forma de expressão, em como a pessoa humana está orientada, desde a sua essência, para a relação com os outros. São muitos os aspectos ou dimensões que oferece

(*) Casada, licenciada em Medicina pela Universidade do Porto. Clínica geral, coordenadora da Comissão Distrital da Luta contra a Sida, trabalha na área da Saúde pública no Centro de Saúde da Trofa.

a sexualidade: procriativa, afectiva, cognitiva, hedonística, educativa, religiosa, etc.

A vivência da sexualidade corresponde particularmente à afectividade, à capacidade de amar e de estabelecer vínculos com os outros. É antes de mais intrínseca ao Homem e acompanha-nos ao longo de toda a vida. Inicia-se já durante a gravidez na relação íntima com a mãe e que se reforça quando o bebé entra em contacto com a pele da mãe. Este momento da relação afectiva é, como sabemos, determinante para o desenvolvimento afectivo de uma criança e, pela evolução, do futuro adulto.

Quando a sexualidade, como sucede actualmente, é considerada de uma forma isolada, apresenta o risco de se desvincular da pessoa no seu todo e, por consequência, exagerar o seu papel na existência humana. O Homem é um ser sexuado, mas isso não significa que a sexualidade seja perspectivada de uma forma que se reduza apenas ao acto sexual.

Ao analisar a saúde e a sexualidade poderíamos afirmar que, estão tão intimamente ligadas, que não se poderia imaginar uma sem a outra. Mas de facto, a realidade mostra-nos que como nas outras vertentes da vida humana, esta relação não é tão simples e que a saúde está intimamente ligada à forma como vivemos a nossa sexualidade. O amor e o prazer, duas circunstâncias relacionadas com a felicidade humana, podem alterar esta imagem de felicidade e demonstrar o outro lado da questão: dor, sofrimento e doença, quer física, quer psicológica. Não esqueçamos que a base da sexualidade é uma manifestação de amor e, este amor, se não for vivido com maturidade pode levar a níveis elevados de dor, frustração e mágoa.

A sexualidade, como todas as outras vertentes da manifestação do Homem, exige também um projecto de vida, a escolha de um caminho, a decisão individual do que significa a vivência da sexualidade no projecto global de vida, de cada um de nós.

Numa sociedade como a actual, onde o erotismo, a pornografia e o acto sexual se pretende banalizar e viver como se nada tivesse consequências, é cada vez mais difícil falar abertamente das questões da Sexualidade. Parece um paradoxo, mas não é.

Numa perspectiva de saúde, se falarmos de diabetes é fácil associar o conselho de redução da ingestão de açúcar ou outros elementos açucarados.

Se falarmos de problemas cardíacos ninguém se admira e até considera lógico e de bom senso que esta pessoa se for fumadora, deixe de fumar, ou

de for obesa, que reduza a ingestão de alguns alimentos, nomeadamente gorduras e açúcares, para baixar o colesterol e/ou os triglicéridos. E podemos imaginar muitos mais exemplos.

Mas, passemos para o âmbito da sexualidade e vejamos como tudo se complica.

As doenças sexualmente transmissíveis (DST) ou infecções sexualmente transmissíveis (IST) são variadas: sífilis, papiloma, condiloma, gonorreia, herpes genital, infecção VIH/Sida, etc.

As ITS continuam a ser um problema de saúde pública da maior importância na maioria dos países do mundo. Considera-se que a incidência das ITS agudas é alta em muitos países. As falhas no diagnóstico e no tratamento em estados precoces podem ocasionar graves complicações e sequelas, entre as que se incluem a infertilidade, o aborto, a gravidez ectópica, o cancro anogenital e a morte prematura, assim como infecções em recém nascidos e lactantes.

A infecção pelo HIV/Sida não tem até este momento tratamento curativo, nem vacina. Toda a capacidade para impedir a infecção reside numa prevenção eficaz.

E qual é a realidade? Verifica-se um aumento do número de casos de IST's em todo o mundo apesar de serem bem conhecidas as formas de transmissão. No caso da Sida fala-se há vinte anos da necessidade de prevenção, mas o número de pessoas infectadas continua a crescer. Então o que falta?

Sabe-se que as relações sexuais são a forma de transmissão da vida. Mas um dos problemas de saúde pública é a gravidez na adolescência. Quais as medidas preventivas para todo estes problemas?

Na minha opinião o que falta é falar abertamente de sexualidade e dos riscos que a vivência da sexualidade pode trazer.

Seguindo o raciocínio explicitado para a diabetes ou problemas cardíacos, é fácil de perceber que a lógica é falar sobre alteração de comportamentos sexuais. No entanto, só se vê abordar a questão do uso do preservativo. Se fosse tudo tão simplista, há muito que estes números já teriam sofrido uma redução, mas não é isso que se verifica. De facto, se a sexualidade humana se reduzisse ao acto sexual, o preservativo diminuiria o risco da infecção. Mas a sexualidade humana é baseada em sentimentos, emoções e afectividade que não se coaduna com o uso mecânico de um preservativo.

Simplifiquemos o tema e ganhemos a capacidade de equacionar a problemática.

Para uma prevenção eficaz deveremos ter uma abordagem apropriada a cada um, já que os riscos são diferentes.

- Se ainda não existe relacionamento sexual o risco não existe.
- Se tem um relacionamento sexual com um único parceiro e ambos não sofrem de qualquer doença sexualmente transmitida, a fidelidade desta relação é o ponto-chave para a vivência da sexualidade sem riscos.
- Se não tem um parceiro sexual fixo, o primeiro conselho é de reduzir o número de parceiros e saber qual o seu estado de saúde e dos seus parceiros face às IST's. Se algum estiver infectado é fundamental o encaminhamento imediato para acompanhamento médico.
- Se decidir manter vários parceiros sexuais ou tiver relações sexuais ocasionais é fundamental o uso de preservativo, em todas as situações, para diminuição do risco de infecção, além de vigiar a saúde para rastreio de qualquer IST.

A sexualidade contrariamente a outras componentes da vida só depende da decisão do projecto de vida de cada um. A vivência desta nossa intimidade não pode ser condicionada com preconceitos sociais. Cada vez mais para defesa da nossa saúde e felicidade é urgente falar claramente de sexualidade. Temos o direito a uma informação correcta e completa que possibilite, a cada um, decidir livremente os riscos que quer e não quer correr.

A vida é um percurso. Como o percorremos cabe a cada um escolher, desde que devidamente informado e esclarecido. Só depende de si.

A educação da sexualidade e a perspectiva do magistério da Igreja

P. AMARO GONÇALO LOPES (*)

1. Necessidade e urgência da Educação da Sexualidade

Não se pode duvidar hoje da *necessidade*¹ e da *urgência*² da Educação da Sexualidade, em todas as etapas da vida e, de modo particular, desde a infância até à juventude. O Concílio Vaticano II na «*Declaração sobre a Educação Cristã*», apresenta a perspectiva em que a Educação sexual deve ser colocada (GE 1) depois de ter confirmado, de facto, o direito a receber uma Educação adequada às exigências pessoais. O Concílio precisa:

*«As crianças e os jovens, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didáctica, sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmónico das qualidades físicas, morais e intelectuais, na aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida, rectamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com magnanimidade e constância. Sejam formados numa educação sexual **positiva e prudente**, à medida que vão **crescendo**»³.*

O que se questiona, a partir de diferentes ângulos teóricos e de diversos interesses práticos, é como realizar a educação sexual. Está fora de dúvida que a educação sexual não é uma instrução pura e simples e, por isso, o seu contexto não pode ser se não o da *relação interpessoal*.

(*) Sacerdote. Pároco da diocese do Porto. Licenciado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, mestrando em Educação Sexual (UCP – Porto).

¹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, Ed. Secretaria Geral do Episcopado – Ed. A.O, Braga, n.8.

² Ibidem, 106

³ Declaração Conciliar «*Gravissimum Educationis*», n.1.

2. Documentos de referência

Tentaremos alinhar algumas perspectivas orientadoras para uma Educação da Sexualidade, que tenha em conta a sua pertinência, para a cultura de hoje, e a sua fidelidade a uma antropologia responsável e defensável, acolhendo, aqui, de bom grado, os ensinamentos do Magistério Universal e Particular da Igreja. Nomeadamente estaremos sempre em contacto, ao longo da nossa reflexão, com a letra e o espírito de dois importantes documentos do Magistério Universal da Igreja:

- 1º. Da CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, denomina-se “*Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*”⁴, de 1.11.1983.
- 2º. Do PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, com o título de “*Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*”⁵, datado de 8 de Dezembro de 1995.

Não podíamos ignorar, dois documentos recentes da Conferência Episcopal Portuguesa, nomeadamente:

- 1º. A Carta Pastoral sobre a ***Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos***, com data de 2002⁶.
- 2º. A Nota sobre a ***Educação da Sexualidade***⁷, datada de 23 de Junho de 2005.

I. MODELOS EDUCATIVOS DA RELAÇÃO HOMEM - MULHER

“Toda a educação se inspira numa específica concepção do Homem”⁸.
As ideias sobre Educação são mutáveis, conforme a hierarquia de valores

⁴ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, Ed. Secretaria Geral do Episcopado – Ed. A.O., Braga, 1.11.1983.

⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*, Ed. Paulinas, 2ª Ed., Lisboa 1999.

⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa 2002.

⁷ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, Ed. Secretariado Geral da CEP, Lisboa 2005.

⁸ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, n. 21.

das culturas e, no nosso caso, conforme a compreensão do sentido do relacionamento *homem-mulher*. Para referirmos apenas algumas concepções recentes, podemos dizer que a Educação da sexualidade pode assumir os seguintes contornos: *educação repressiva*, *educação permissiva*. Esta tipificação serve-nos como estado de uma questão e sua superação, em ordem a uma *educação personalista*.

1.1. A educação repressiva

É aquela segundo a qual o programa educativo consiste sempre **dominar** as expressões do ser humano. Bem-educado é o indivíduo que chegou a um alto grau de controlo sobre si mesmo e exerce um domínio rígido sobre as manifestações de afecto e as manifestações sexuais. Esta educação que é a do sujeito burguês, individualista, o ser que se basta a si mesmo, e que não necessita dos outros a não ser em relações funcionais de “mercado”, foi típica na era que se costuma chamar a educação “*vitoriana*”.

Mas houve igualmente um correspondente rigorismo cristão, uma vez que o cristianismo assimila e condiciona os contextos culturais em que se insere. Foi o modelo implementado nos colégios e seminários dos últimos dois séculos, e que vigorou até há algumas décadas. A repressão do sexo era parte de uma *repressão* de todas as manifestações corporais, para o domínio das quais adestravam as pessoas através de violentos esforços físicos e de correspondentes castigos.

A relação do homem com a mulher, sobretudo a nível sexual, era vista como um valor predominantemente funcional (a procriação e a companhia) dentro do matrimónio e fora dele, mas da qual sempre havia que desconfiar. Daí a educação separada de rapazes e raparigas na escola e a separação de homens e mulheres nas igrejas e em outros lugares públicos. Este tipo de educação correspondia a um universo de desconfiança da relação homem-mulher, nomeadamente da relação sexual, vista esta como uma cedência indecente por parte do indivíduo que não devia ter qualquer indigência desse tipo. Contradiz aquela «*educação sexual positiva*» de que nos fala o Concílio (GS1).

Isso prolongava-se numa visão somente *procriativista da vida conjugal* e na concepção segundo a qual a sexualidade matrimonial nunca estaria isenta de pecado, pelo menos de pecado leve. O mesmo se diga de todas as

outras manifestações de afecto (beijo, dança, carícia) entre sexos que são vistas sempre como actos impúdicos.

Alguns falaram mesmo da existência de um “*síndrome de sexofobia na Igreja*” e o mesmo podíamos dizer da cultura comum. Este modo de ver tem sido verberado em muitas manifestações culturais, como o cinema e a literatura. Levar-nos-ia demasiado longe o esclarecimento das origens plurisseculares desta mentalidade que durou pelo menos até à encíclica “**Casti Conubii**” (31.12.1930, Pio XI) e estava patente em muitas atitudes pastorais. Ainda podemos vê-la hoje em alguns vestígios, como sejam a questão do valor unitivo do amor conjugal e a consequente avaliação do uso de contraceptivos artificiais, dos preconceitos “*sexistas*” contra o desempenho de funções litúrgicas pelas raparigas ou senhoras e nalgumas outras situações quase anedóticas, como o preconceito contra a recolha do sémen, para uma inseminação artificial intra-conjugal, certas discussões sobre o uso do preservativo ou coisas semelhantes.

Resumindo: *Educar*, nesta perspectiva, significa *amestrar*, tornar os indivíduos previsíveis nas suas reacções! Tornar o indivíduo mais competente, maior, triunfador...

1.2. Uma educação permissiva ou libertária

Uma segunda forma de conceber a educação sexual baseia-se em alguns dados aceites de maneira acrítica. Primeiramente, no pressuposto de que educar é instruir e informar. Uma pessoa bem educada é uma pessoa que adquiriu todos os conhecimentos relativos ao funcionamento da vida sexual. O conhecimento dos mecanismos físicos, psíquicos do comportamento trará automaticamente a realização do ser humano. Por outro lado, a infelicidade é produto da ignorância ou do obscurantismo, ou um efeito de cegueira moral. Infelicidade, dizem estes últimos modernos, ou é falta de conhecimento ou falta de moral.

Há hoje a ilusão de que a simples promoção do “*tudo saber e tudo conhecer*”, no âmbito biológico ou psíquico da sexualidade, constituiria um passaporte de realização e de felicidade humanas e garantia segura de prevenção eficaz de todas as doenças sexualmente transmissíveis ou das gravidezes imprevistas. Age-se assim, como se a informação amplamente

divulgada fosse, só por si, uma espécie de *tábua de salvação* para todos os problemas, riscos e doenças, correlativos ao âmbito da sexualidade.

A partir daqui se pode ver o caminho que leva este tipo de educação: é *naturalista*, é *higienista*, é *relativista*. Assim tem sido pensada a educação sexual das crianças e adolescentes: educar é ensinar, é inovar, é esclarecer, é experimentar, é romper limites, quebrar tabus, é contradizer, é insubordinar. Tem algo deste pressuposto, a norma reguladora da emissão de mensagens eróticas e pornográficas nos meios de comunicação social.

Esta forma de pensar foi difundida na base do pensamento de alguns autores como Kinsey na América e W. Reich na Europa⁹. Ela tem chocado violentamente com a posição anteriormente exposta. As acusações de hipocrisia, de paternalismo são as mais frequentes. O homem é infeliz porque lhe falta moral ou porque lhe falta conhecimento, sem esquecer que a falta da primeira é consequência da falta do segundo.

Uma outra falsa convicção se acrescenta a estas: é a ideia segundo a qual alguns elementos culturais da tradição e sobretudo as convicções religiosas são inimigas do conhecimento. Tudo isso é classificado como “preconceitos” e têm uma acção nociva para o bem-estar que só pode vir do conhecimento supostamente científico. Logo, estas convicções da tradição cultural e de ordem religiosa são, em último caso, responsáveis pela infelicidade das pessoas. Este modo de ver é uma continuação lógica, embora inesperada, das ideias modernas que condicionaram o modelo de educação anterior.

1.3. Do rigorismo ao permissivismo, por uma espécie de fadiga do dever...

É uma inflexão do sentido da razão que alguns explicam introduzindo o conceito de pós-modernidade. A leitura da situação cultural de hoje sob a forma de pós-modernidade é discutida¹⁰. Deste ponto de vista moral, podemos dizer que pós-modernidade significa uma superação e uma ruptura da

⁹ REICH, W. - *La revolucion sexual*, Paris 1970; KINSEY, A. - *La conducta sexual del varón; La conducta sexual de la mujer*, Buenos Aires, Siglo XX, 1967-1968.

¹⁰ Cf. LYPOVETSKY, G. - *Le crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*, Paris 1987.

modernidade. Se é verdade que o rigorismo moderno, à maneira kantiana, era uma moral desfocada da realidade, tinha a grande vantagem de pressupor uma lógica do pensamento moral e a evidência de alguns princípios como o valor “vida” e o valor “pessoa”. A pós-modernidade significa uma ruptura e uma superação, na medida em que se afastou do pressuposto dessas evidências éticas e, na sua cavalgada desorbitada de libertação, minou os próprios fundamentos da existência.

O *permissivismo pós-moderno*, falsamente justificado no conhecimento científico, é disso um típico exemplo. Muitos dos que acreditam ainda, nem que seja numa educação sexual higienista, não se dão conta que os seus destinatários não estão em condições de apreender qualquer vinculação moral para os seus comportamentos, mesmo que somente fundamentada na defesa da saúde. Uma educação sexual tem de assentar noutros pressupostos que dialoguem com estes factos culturais.

II. O QUE É “EDUCAR”?

A problemática da educação, seja do relacionamento entre sexos seja de outro aspecto qualquer, não pode seguir adiante sem trazer, a terreiro, uma discussão prévia sobre o próprio sentido da palavra “educar”.

2.1. Educação como um “desenvolvimento da personalidade”¹¹.

Esta ideia de “*desenvolvimento da personalidade*”, como um direito e como o conteúdo da educação, está em consonância com o aparecimento progressivo, no contexto da Idade Moderna, dos Direitos Humanos, embora esta consagração dos direitos de liberdade em sentido positivo, só tenha acontecido a partir do séc. XVIII¹².

Mas, sem mais delongas, ocorre fazer a seguinte pergunta: o sentido da educação do ser humano é a expansão da personalidade ou é a orientação para o serviço ao semelhante?

Segundo a mundividência cristã, o sentido da vida humana é a comunhão com o semelhante e com Deus. A essência da vida e da liberdade é,

¹¹ Cf. Constituição da República Portuguesa, Cap. III, Art. 73º, n. 2.

¹² Sobre as observações que seguem, pode ler-se: PANNENBERG, W. - *Fondamenti dell'etica. Prospettive filosofico-teologiche*, Brescia 1998, pp. 159-185.

pois, “*diaconia*”: “pela liberdade, tornai-vos servidores uns dos outros”. Mas interroguemo-nos com radicalidade, para lá da confessionalidade: é possível pensar honestamente a essência do ser humano sem ser no *contexto* do serviço? Parece que não. Ora a educação, mormente a Educação sexual, tem nesta afirmação uma primeira arquitrave.

Podíamos resumir assim a questão de fundo: Para que formamos? Para fazer pessoas competentes... para desenvolver a personalidade?! Ou para amar os outros... O que se pretende da Educação? Um ser humano expandido ou um ser humano integrado? Ou a competência para a convivência? Educar é tornar capaz de viver e conviver com os outros...

2.2. Educar é levar a pessoa a exprimir e manifestar todas as potencialidades de que dotado?

Esta ideia tem sido corroborada pelas ciências humanas, nomeadamente pela Vulgata da psicanálise, que mostra como é nociva a repressão dos instintos. Diz-se “vulgata” porque S. Freud também desenvolveu muito a utilidade da *sublimação*.

Ora, não tenhamos medo de perguntar: é útil exprimir todas as tendências da personalidade humana? Não existem, de acordo com a afirmação da ideia de pecado, dimensões que não têm direito de ser expressas e que é nocivo mesmo exprimir? As tendências egoístas, ao serem expressas arbitrariamente, são muito nocivas para a convivência e para o bem do sujeito e dos seus semelhantes.

A estas tendências egoístas, a Bíblia chama desejos da “*carne*” (que não se identifica com corpo) e estas não tem outro destino útil que não seja ser feitas desaparecer em benefício do desejo reconduzido à sua verdade e autenticidade.

Falta, pois, nesta afirmação unilateral do direito à expansão da própria personalidade uma qualquer referência a uma *antropologia* que distinga entre expressão (boa e útil) e expressão (nociva e inútil).

Sem uma qualquer ideia de ascese, quer dizer de moderação das expressões inautênticas, não é possível a relação humana, seja de amizade seja de amor. Sem uma admissão da importância da auto-moderação não é

possível regular os direitos, seja liberdade de expressão, seja liberdade de ensinar e de aprender, seja a educação sexual.

Há uma promessa de bondade em todo o ser humano. O Homem é bom, mas tem algo que o inquinou. Neste sentido a liberdade é uma dádiva, mas é também uma conquista.

“O principal objectivo da educação é suscitar e favorecer a harmonia pessoal, a verdadeira autonomia, a construção progressiva e articulada dos aspectos racional e volitivo, afectivo e emocional, moral e espiritual. Desta harmonia pessoal decorre a participação social e feliz, cooperante e solidária, que resulta na harmonia social”¹³.

III. O QUE É EDUCAR A SEXUALIDADE? PARA UMA VISÃO PERSONALISTA!

Por isso propomos aquilo que se pode chamar uma *educação sexual personalista*. As ideias que hão-de possibilitar a proposta de uma educação personalista havemos de a encontrar na psicologia humanista de V. Frankl ou de A Maslow, no pensamento de uma filósofo que confia humildemente no pensamento como P. Ricoeur e em alguns teólogos da moral, como é o caso do saudoso P. Bernhard Haering¹⁴.

O que é educar a sexualidade?

“A educação sexual é um processo orientado, com o qual as pessoas adquirem a posse plena da sua sexualidade, a fim de a poderem gerir de acordo com toda a *riqueza dos seus significados humanos*. Se, como afirmam as ciências antropológicas modernas, a sexualidade é uma dimensão constitutiva da pessoa, é evidente que esse processo só pode acontecer no quadro do desenvolvimento integral da personalidade. Isto comporta a necessidade de distinguir, sem contudo separar, a *educação*

¹³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral sobre a *Educação, Direito e dever*, n.3.

¹⁴ MASLOW, A. - *Motivación y personalidad*, Barcelona 1975; FRANKL, V. *Um sentido para a vida. Psicoterapia e humanismo*, Aparecida – SP, 1989, pp. 73-78; RICOEUR, P. - *La merveille, l'errance, l'enigme*, in *Esprit* 11 (1960), pp.165-176; HAERING, B. - *Livres e Fiéis em Cristo*, II, São Paulo 1979, pp. 471-546.

sexual da simples *informação*. É, sem dúvida, importante fornecer à criança e ao adolescente um conjunto de noções capazes de fazerem luz nos dinamismos bio-psíquicos da corporalidade e da sexualidade; mas isto não esgota a tarefa da educação, que exige um contexto relacional, dentro do qual (só) pode realizar-se um verdadeiro amadurecimento humano”¹⁵.

“Na perspectiva antropológica cristã, a educação afectivo-sexual deve considerar a totalidade da pessoa e exigir, portanto, a integração dos elementos biológicos, psico-afectivos, sociais e espirituais. (...) Uma verdadeira «formação», não se limita à informação da inteligência; deve dar particular atenção à educação da vontade, dos sentimentos e das emoções. De facto, para encaminhar à maturidade da vida afectivo-sexual é necessário o domínio de si, o qual pressupõe virtudes como o pudor, a temperança, o respeito de si e dos outros, a abertura, ao próximo”¹⁶.

3.1. A educação não é mera informação

*“A educação da sexualidade não se resume a mera informação sobre os mecanismos corporais e reprodutores, como tantas vezes tem acontecido, reduzindo a sexualidade à dimensão física possível de controlar com vista à prevenção contra o contágio de doenças sexualmente transmissíveis e o surgimento de gravidezes indesejadas. Desta forma, deturpa-se o sentido da sexualidade, isolando-a da **dimensão do amor e dos valores**, e abre-se caminho à vivência da liberdade sem responsabilidade, pela ausência de critérios éticos, e à aceitação, por igual, de múltiplas manifestações da sexualidade, desde o auto-erotismo, à homossexualidade e às relações corporais sem dimensão espiritual, porque o **amor e o compromisso estão ausentes**”¹⁷.*

Mas... também é informação

Nesta perspectiva, a Educação Sexual, obviamente nunca omitiria a instrução higiénico-sanitária e a informação anátomo-fisiológica, com uma

¹⁵ PIANA, G. - *Educação Sexual*, in *Dicionário de Bioética*, Ed. Perpétuo Socorro – Ed. Santuário, Gaia – São Paulo, 2001, pp. 364-366.

¹⁶ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações Educativas sobre o amor humano*, n. 35.

¹⁷ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, n.2.

séria *informação científica*, no pressuposto de que queremos dar uma *base realista* à Educação.

Além do mais esta *informação* deve enriquecer-se com outros numerosos aspectos (psicológicos, afectivos, sociais, éticos, espirituais) e tudo deve incidir numa perspectiva *finalística* que dê significado humano ao dinamismo biológico da sexualidade.

Estas considerações permitem aclarar o equívoco de uma presumível *neutralidade* da informação científica, no campo da sexualidade.

Se esta é uma realidade humana que informa as estruturas e os dinamismos mais profundos da pessoa, então a Educação Sexual transcende a esfera da pura descrição e informação científicas e implica necessariamente a *referência a critérios interpretativos* de toda a realidade humana e portanto também dos seus *valores éticos e espirituais*¹⁸. Por isso nunca pode ser neutra! Ora, ao excluir a referência a valores, tem-se implícito um «*valor*» e subjacente uma orientação moral precisa, que é o de não admitir valores...

3.2. A Educação da sexualidade, como Educação para o amor

Todo o dinamismo da sexualidade desde o aspecto fisiológico ao espiritual, está claramente orientado para o diálogo do amor e para a admiração de si mesmo e do outro. Mas um e outro podem realizar-se a diversos níveis: não somente ao nível de realizações sexuais genitais, mas também ao nível de relações inter-pessoais.

*“A formação na castidade e as oportunas informações sobre sexualidade devem ser fornecidas no contexto mais amplo da educação para o amor”*¹⁹.

A Educação Sexual que, em última análise, é uma Educação para o Amor atinge aqui, a sua expressão mais alta. A revelação do amor absoluto ilumina o amor humano e projecta-o para a realização da própria pessoa, na perspectiva da sua superação da pessoa.

¹⁸ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, Ed. Secretariado Geral do Episcopado – Ed. A.O, Braga, 1.11.1983,37.

¹⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado*, ns. 70 (cf. ainda 2;15;28;54).

“A sexualidade deve ser orientada, elevada e integrada pelo amor, o único que a torna verdadeiramente humana. Preparada pelo desenvolvimento biológico e psíquico, cresce harmonicamente e realiza-se em sentido pleno somente com a conquista da maturidade afectiva, que se manifesta no amor desinteressado e no dom total de si”²⁰.

“A sexualidade humana, correctamente entendida, tem uma ligação profunda com o amor e só nele encontra o seu verdadeiro sentido. Desta ligação resulta o papel central da sexualidade na vida humana, factor decisivo para o desenvolvimento harmonioso da pessoa que só se atinge no amor”²¹.

“No projecto de Deus, os humanos são seres em relação, como a experiência existencial testemunha. Daqui resulta uma saudável tensão entre o desenvolvimento pessoal harmonioso e a crescente abertura à comunidade, que se vai operando pela inserção progressiva nos diversos níveis da comunidade humana, pela abertura ao diálogo com os outros e pelos graduais esforços de cooperação. As comunidades educativas proporcionam diversas formas práticas de vivência da progressiva articulação do desenvolvimento pessoal com o desenvolvimento social”²².

3.3. A sexualidade como valor (visão positiva da sexualidade)

Não há dúvida de que a Educação da Sexualidade deve preocupar-se com dados informativos que gozem de uma certa autonomia; contudo, enquanto fenómeno mais vasto que implica o envolvimento pessoal, não se esgota na oferta desses dados, mas exige a referência a um quadro de valores²³ e, mais radicalmente, a uma concepção autêntica do Homem e do Mundo.

²⁰ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações Educativas sobre o Amor Humano. Linhas gerais para a educação sexual (1983)*, nº 4, cit. por CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, n.2.

²¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, n.2.

²² CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Educação, Direito e dever*. n.11.

²³ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações Educativas sobre o Amor Humano*, n.32

Na perspectiva da Educação Sexual, como Educação para o Amor, é necessário ainda sublinhar o tom de *positividade* que a sexualidade deve assumir, como um dom para a realização humana. E não como uma “inimiga” ou concorrente da perfeição ou da santidade humanas.

IV. ALGUNS CAMINHOS A SUPERAR PARA EDUCAR A SEXUALIDADE

De acordo com o que vimos, educar o comportamento sexual deve ser um pensado em moldes novos. Esquematzamos esta afirmação em alguns caminhos.

4.1. O primeiro desses caminhos é a *superação do voluntarismo e do moralismo*

A educação sexual ora é vista como um domínio de si, pela submissão à norma moral, ora como uma superação da norma em favor de uma liberdade que depois se revela completamente irreal. Quer se absolutize a norma moral proibitiva, como fazem os modernos, quer se absolutize a recusa da norma, como fazem os pós-modernos, o que se apresenta aqui é uma ideia que o ser humano pode, por si mesmo, cumprir-se, chegar à sua realização e à felicidade.

Este caminho representa um tomar o ser humano somente pelo aspecto de inteligência e vontade e esquecer todos os outros. Ora sabemos que a perfeição de um ser humano é feita de um caminho complexo de que tem a particularidade de ser oferecido de *graça*, muito embora pressuponha o esforço de *aceitação*.

“Este esforço constante é sustentado e torna-se possível pela graça divina mediante a palavra de Deus acolhida com fé, a oração filial e a participação nos Sacramentos. (...) A oração pessoal e comunitária é o meio insubstituível para conseguir de Deus a força necessária para manter fidelidade aos compromissos baptismas, para resistir aos impulsos da natureza humana ferida pelo pecado e para equilibrar as emoções provocadas pelas influências negativas do ambiente”²⁴.

²⁴ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, ns. 45.46

Este último aspecto é mesmo aquele que dá sentido a toda a ascese moral que é pedida por uma vida de luta pela integridade. Ora, parece que as ideias sobre educação sexual, seja repressiva, seja insubordinadora, ambas são devedoras de ideias antropológicas erradas. Tanto o pessimismo de uma, como o optimismo de outra enfermam de uma desfocagem comum que parece acreditar na justiça das obras.

“Entre a paixão egocêntrica e a ternura e entre o prazer narcísico e a felicidade de crescer com os outros, há uma sadia edificação e aprofundamento da relação humana. Desde a realização pessoal até à participação generosa na realização dos outros, há que fazer um longo percurso de conhecimento pessoal e reconhecimento recíproco”²⁵.

4.2. Em certa fase da sua obra, E. Drewermann chama justamente a atenção para o inconsciente como um factor esquecido²⁶

O ser humano antes de ser educável, precisa de ser educado. Há mecanismos no homem que precisam de ser superados e curados antes de ser educados...

Eis outro ponto que as concepções educativas expostas não têm minimamente em conta e que não pode ser esquecido. Esta referência ao inconsciente, tal como o analisaram as ciências humanas, quer dizer todo um mundo de factores pulsionais e da história da espécie que condicionam a liberdade humana e que o indivíduo não controla imediatamente. A este respeito, a doutrina da Igreja é mais realista, quando assume a realidade do pecado e de outros factores negativos, que importa não ignorar na educação²⁷.

Elevar-se acima destes condicionalismos é uma promessa feita ao ser humano, mas uma promessa que se realiza não sem uma grande paciência e sobretudo não sem o auxílio terapêutico, da ajuda sacramental e da oração, para quem estes caminhos fazem sentido. Vistas as coisas com realismo, aparece aos olhos de todos que a relação homem-mulher e a integração

²⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral sobre a *Educação, Direito e dever*, n.11.

²⁶ DREWERMANN, E. - *Psicanalisi e teologia morale*, Brescia³ 1996, pp. 52-63.

²⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, n.44.

pessoal a que se refere a educação sexual são dos campos em que se verifica mais a preponderância destes factores do inconsciente.

E, em consequência disso, é aqui que observamos melhor as derrotas de muitos seres humanos, fazendo crer aos mais optimistas que há um aspecto trágico na existência humana, condicionada irremediavelmente por factores que precedem o ser consciente. Vista desde uma ética humanista, a educação sexual é um caminho pelo qual o homem e a mulher se elevam, mediante a contemplação e o esforço moral, acima de um património que tem a ver com a hereditariedade pecadora e com a história irredimida da espécie.

Os documentos da Igreja insistem bastante na importância de não ignorar a condição do “*pecado original*”, como marca do ser humano, e a necessidade da *graça, da oração, dos sacramentos*, para superar tais limites²⁸.

4.3. Do ponto de vista antropológico, a educação da sexualidade consiste numa harmonização das diversas dimensões do ser humano, sobretudo daquelas que são expressas na linguagem tradicional por “alma” e “corpo”.

Este aspecto é de grande importância se queremos alinhar os pressupostos de uma *educação personalista*. Existem pontos de vista que professam que, na vida moral, estamos diante de um conflito insanável alma-corpo. No caso da educação repressiva, parece que estamos diante de uma mais que repetida afirmação a supremacia da alma imortal que deve livrar-se o mais possível do corpo como lugar de pecado e de ignorância.

Por sua vez, no caso da educação permissiva, parece que estamos diante de um idealismo desorbitado que despreza a dimensão corporal do homem. Como quer que seja, uma educação da sexualidade não pode deixar de pressupor uma unidade intercambiante das dimensões corpo-alma do ser humano, para lá de toda a separação, desconfiança, domínio, hostilidade. Diz-nos o Papa Bento XVI:

“Desta ligação fundamental entre Deus e o homem, provém uma outra ligação: a ligação indissolúvel entre espírito e corpo: o homem é, de

²⁸ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, n.27; PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado*. n.123.

*facto, alma que se exprime no corpo e corpo que é vivificado por um espírito imortal. Portanto, o corpo do homem e da mulher tem também, por assim dizer, um carácter teológico, não é simplesmente corpo, e aquilo que é biológico no homem não é apenas biológico, mas expressão e completamento da nossa humanidade. Do mesmo modo, a sexualidade humana não está à margem do nosso ser pessoa, mas pertence a ele. Só quando a sexualidade se integra na pessoa, é que consegue dar sentido a si própria*²⁹.

O teólogo J. Moltmann resume bem o que queremos dizer sobre a interligação entre visão da unidade corpo-alma e educação.

“Desta hostilidade da alma para com o corpo deriva o submetimento deste ao domínio da alma, a repressão dos seus impulsos e a necessidade da sua sublimação. A ânsia de libertação deste sócio indesejado mediante a sua morte, converte-se em instinto de morte contra toda a carne na própria vida e na vida dos outros e contra a natureza material do ambiente. A paixão da vida (libido) relega-se a determinados órgãos e fica localizada neles. O erotismo global da vida real converte-se na mera e objectivada satisfação das necessidades sexuais. Porém, se a vida eterna somente pode ser vida corporal, cessa *ipso facto* a repressão da alma contra o corpo e a *desapiedada* espiritualização deste. O corpo regulamentado mediante o domínio de si mesmo é superado pelo corpo espontâneo do amor. O corpo, antes isolado, fica livre para unir-se aos outros em interacção e comunhão sensível. Sem esquecer outra consequência: a boa disposição para morrer que se produz quando se afirma o corpo vivificado no amor. Se o medo da morte limita e impede a vida do corpo, recusa (afasta) também a paixão pelo amor”³⁰.

Colocando-nos neste horizonte, pomos as bases de uma redenção do corpo como comunhão e amor para lá do dualismo agressivo, e podemos justificar a função positiva do erotismo na economia da relação homem-mulher.

²⁹ BENTO XVI, *Discurso por ocasião do Congresso Diocesano de Roma sobre a Família* (06.06.2005).

³⁰ MOLTSMANN, J. - *El caminho de Jesucristo*, Salamanca 1993, p. 352.

As aprendizagens afectivas, por serem envolventes da personalidade, são as que mais fazem enriquecer ou perigar o equilíbrio da pessoa. É indispensável a educação da afectividade para o amadurecimento da sexualidade.

“O ser humano é chamado ao amor e ao dom de si na sua unidade corpórea-espiritual. Feminilidade e masculinidade são dons complementares, pelo que a sexualidade humana é parte integrante da capacidade concreta de amor que Deus inscreveu no homem e na mulher”³¹.

4.4. Colocação do Homem na rota da vida

Haveria ainda outros passos a dar para completar esta breve teologia da educação, vista como uma colocação do homem na rota da vida. Entre esses, conviria colocar esse discurso debaixo do horizonte da pneumatologia, isto é, na perspectiva da vida do Homem, «segundo o Espírito, que se fortalece mediante *os sacramentos e o esforço moral*. Por estes dois caminhos, os homens e mulheres se educam a caminho de serem capazes do amor mediante as suas expressões de afecto e de sexo. Daqui se depreende um diferente sentido para a ascese. Mediante esta, o ser humano não é reconduzido a uma qualidade que perdeu por castigo do pecado (a imortalidade, a vida divina), mas é iniciado numa plenitude que Deus lhe dá ao longo de uma história de liberdade feita de aceitação e de recusa, uma e outra muitas vezes reiteradas³².

Os caminhos do *sacramento e da ascese* possibilitam também a superação do pecado, não pela força do homem mas pela *graça* sempre oferecida. Esse é o sentido da penitência em vista da superação dos pecados. Essa é um movimento de amor mediante o qual os seres humanos se colocam sob o influxo da graça de Deus que refaz a consciência moral e realinha sempre de novo a história pessoal.

³¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral sobre a *Educação, Direito e dever*, n.11; cita aqui o CONSELHO PONTIFÍCIO DA FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado*, n.10;

³² Não podemos aqui desenvolver estas perspectivas teológicas sobre o nexo entre criação e redenção e respectivas consequências para uma teologia moral. Permitimo-nos remeter para os seguintes estudos: CUNHA, J. - *O evento do Filho – advento do homem. A relação a Cristo Pascal fonte da ética na obra de F.-X. Durrwell*, Porto 1989; POHIER, J.M. - *Le chrétien, le plaisir et la sexualité*, Paris 1972, pp. 104-115.

V. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

5.1. Integração da sexualidade na totalidade da pessoa

“A sexualidade é um dos núcleos estruturantes e essenciais da personalidade humana, que não se reduz a alguns momentos e comportamentos, mas é, pelo contrário, um complexo que se integra no pleno e global desenvolvimento da pessoa”³³.

O objectivo fundamental da educação sexual é, antes de mais, o de determinar a plena recuperação da identidade pessoal.

Por outras palavras, trata-se de favorecer a integração da sexualidade na totalidade da pessoa. A sexualidade é uma energia humana que mergulha as suas raízes em mecanismos instintivos guiados por lógicas próprias, não imediatamente compagináveis com as das faculdades superiores do Homem.

A integração da sexualidade na pessoa é, por isso, o fruto de um caminho árduo de autodomínio, que exige o redimensionamento das necessidades do instinto, isto é, a renúncia à sua expressão espontânea.

O autodomínio, quando não é fruto de uma frustração da sexualidade, mas do esforço de um correcto encaminhamento, constitui uma condição essencial para o crescimento pessoal.

Além disso, a aquisição da identidade subjectiva está ligada à identificação plena com o ser homem ou o ser mulher, considerados como duas modalidades de existência radicalmente diferenciadas. A educação sexual deve promover esta identificação, fornecendo instrumentos para a aquisição de um equilíbrio psico-físico.

Mas a consolidação da identidade deve ser acompanhada pela descoberta progressiva do outro e pelo desenvolvimento de uma capacidade relacional autêntica. Por sua natureza, a sexualidade é uma linguagem que fundamenta e torna possível o encontro interpessoal.

³³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Nota sobre a *Educação da Sexualidade*, n.2.

5. 2. Ajudar a pessoa a crescer na comunicação com o outro

A Educação sexual – e este é o segundo objectivo – deve ajudar a pessoa a crescer na comunicação com o outro e a viver o encontro, como dom de si. Auto-domínio e identificação sexual são caminhos obrigatórios para se alcançar esta meta.

De facto, a capacidade de se dar é proporcional ao grau de autodomínio adquirido; mas, por outro lado, a identificação com o seu ser-homem e o seu ser-mulher é condição para realizar a relação numa perspectiva de reciprocidade real.

Em suma, pode afirmar-se que a finalidade da educação sexual é a formação de pessoas livres e capazes de poderem realmente amar. Com efeito, liberdade e amor são grandezas interdependentes. A liberdade encontra o seu sentido último no amor que, por sua vez, só pode nascer de uma escolha totalmente livre.

5.3. Abrir o sujeito à sociedade

Finalmente, não se pode esquecer que a sexualidade reveste uma função fundamental na estruturação das relações sociais. Os grandes conflitos da sociedade têm sempre, de algum modo, a sua génese em desequilíbrios psico-afectivos, nos quais está em jogo a sexualidade. Portanto, é tarefa da educação sexual abrir o sujeito à sociedade, alimentando uma atenção realista às mediações institucionais e promovendo caminhos de inserção participativa nos diversos âmbitos estruturais.

5.4. Num projecto educativo global

Estes diferentes aspectos andam ligados entre si, no contexto de um projecto global que dê sentido completo ao processo educativo. Contudo, é natural que o respeito pelas etapas evolutivas da pessoa acentue diferentemente os objectivos relacionados com as exigências de quem está a ser educado.

Nesta perspectiva, é óbvio que o reforço da identidade, pelo menos até à superação da puberdade, reveste um papel de primeira importância, em relação aos outros objectivos. O desenvolvimento correcto da educação implica, portanto, a capacidade de graduar os diversos objectivos, em relação

à maturação pessoal, sem, por isso, renunciar a algum deles, mas inserindo-os no quadro do crescimento global da pessoa.

VI. EDUCAÇÃO SEXUAL: ORIENTAÇÕES E PROGRAMAS

Tomamos as orientações de dois documentos da Igreja Católica e tentamos uma proposta de programa de Educação sexual. Existem dois documentos a ter em conta: a Instrução da Congregação para a Educação Católica “Orientações educativas sobre o amor humano” (1983) e o Documento do Conselho Pontifício para a Família “Verdade e significação da sexualidade humana. Orientações para a educação em família” (1995). Vejamos, brevemente, os principais pontos do seu conteúdo.

6.1. “Orientações educativas sobre o amor humano” (1983)

O primeiro desses textos é muito sereno e ressalta aos olhos a preocupação por expor os princípios fundamentais da visão cristã da sexualidade.

Visão positiva do corpo humano

Baseado na rica exposição que João Paulo II fez, em certa altura das suas intervenções públicas, o documento dá muito ênfase a uma *visão positiva do corpo humano*: o corpo “revela o homem... exprime a pessoa...é sacramento primordial, sinal que transmite eficazmente no mundo visível o mistério invisível escondido em Deus desde a eternidade” (n. 22); corpo “testemunha da criação como de um dom fundamental e, por conseguinte, testemunho de amor como fonte donde nasce o próprio dom” (23); corpo sexuado como sinal de reciprocidade homem-mulher (24 s.) sinal da vocação de ambos ao amor (26), mesmo que obscurecido pelo pecado. Cristo é a revelação perfeita do amor, tanto sob forma esponsal como sob forma virginal (29-31).

Visão positiva da sexualidade

Ressalta em todo o documento *uma visão positiva da sexualidade* que deve ser posta em acção pela educação sexual. Esta visa um conhecimento (n.34) e um amadurecimento da capacidade auto-doante dos seres humanos (ns. 35-37). Esta informação deve ser imbuída dos valores morais, deve

propor ideais verdadeiros e motivações claras (n.39 ss.), deve ser adaptada à idade dos destinatários e mostrar como a fé é uma entrada na plenitude humana, por graça e esforço de superação do pecado (ns. 43-46). Isto mesmo é reforçado no documento seguinte: «a sexualidade humana é um bem»³⁴.

Os sujeitos responsáveis pela Educação Sexual ³⁵:

Os agentes dessa educação são a família, a comunidade eclesial, nomeadamente na catequese e nos encontros de preparação para o matrimónio, a sociedade civil, através da escola, da defesa da moralidade pública e sobretudo dos meios de comunicação social.

A FAMÍLIA: direito - dever, original, primário e inalienável³⁶

É aos pais que incumbe o direito e o dever da educação sexual dos seus filhos. Este direito/dever existe independentemente da missão da escola e, até, a precede. Nem a escola, nem o Estado, nem a Igreja, nem quaisquer outras instituições educativas podem suplantam a tarefa dos pais na educação sexual dos filhos. As diversas instituições têm por finalidade não substituir os pais, mas ajudá-los na sua missão.

Reconhecido o seu direito, cabe aos pais tomar plena consciência da sua missão neste campo da educação sexual, o que pressupõe uma preparação adequada para isso, um esforço por vencer as resistências e preguiças, uma procura constante do seu próprio equilíbrio psico-sexual.

A formação sexual que corresponde à família tem muitos aspectos. Indico os mais importantes:

- corresponde à família, não tanto a transmissão de conhecimentos sobre a sexualidade, mas, sobretudo, o *testemunho* e a *iniciação vital*. Isso consegue-se pela criação de um clima de amor e de mútua comunicação;
- no campo da sexualidade, a família é o primeiro lugar onde *se transmitem* os *valores primordiais* sobre a vida sexual;

³⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado*, n.11.

³⁵ Cf. MARCIANO VIDAL, *Para a conhecer a ética cristã*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1997, pp. 171-193

³⁶ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, ns. 48-51

- é na família que se considera mais especialmente a *peculiaridade de cada indivíduo* no que tem de original e próprio;
- a *vida e o comportamento dos pais* têm uma influência decisiva na educação sexual dos filhos:
 - 1) a autêntica vida do casal («íntima comunidade de vida e de amor») é a condição para o aparecimento de um novo ser;
 - 2) a aceitação responsável do filho – e do seu futuro sexo – assim como uma gestação sadia, são factores que não podem descuidar-se;
 - 3) a vida integrada dos pais tem influências reais, ainda que invisíveis, na configuração sexual dos filhos, sobretudo nos primeiros anos;
 - 4) os pais desempenham um papel decisivo na «identificação sexual» dos seus filhos;
 - 5) a vida conjugal e familiar é o clima adequado para que o adolescente se abra ao «outro» e consiga, assim, a «socialização» desejada;
- também compete aos pais responder às primeiras «curiosidades» dos seus filhos sobre o sexo: «donde vêm os bebés», «qual é o papel do pai», etc. Este trabalho torna-se mais tarde em diálogo amistoso em que se tratam as realidades da puberdade, as primeiras experiências de relação, etc.;
- a vivência do *pudor* em família deve realizar-se com naturalidade, evitando-se quer o extremo da obsessão neurotizante quer o do naturalismo coisificante.

«A família continua a ser a integradora de todos os apoios educativos. No caso, hoje frequente, do tempo efectivo de vivência familiar ser restrito, com maioria de razão é dever da família velar pelo contributo educativo das outras instituições, sem ceder à tentação de transferir as suas responsabilidades para outras comunidades. De facto, o ambiente familiar, animado pelo amor, é a atmosfera educativa por excelência»³⁷.

«A educação da sexualidade, impossível sem uma escala de valores humanos, corporais e espirituais, deve começar na mais tenra infância,

³⁷ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral sobre a *Educação, Direito e dever*, n.16.

A educação da sexualidade e a perspectiva do magistério da Igreja

idealmente na família, porque deve passar pela educação da afectividade. É essencial que a criança se sinta objecto de amor e vá descobrindo a sua capacidade de corresponder ao amor. Na própria relação de amor, vai fazendo progressivamente a experiência religiosa, porque sentir a doação gratuita é experimentar o reflexo do amor divino»³⁸.

A ESCOLA: assistência e complementaridade à tarefa dos pais³⁹

Embora seja verdade que a doutrina do magistério eclesiástico não exija directamente a educação sexual na escola, no entanto, não se opõe a ela. Analisada a experiência actual de diversos países, a Escola é considerada hoje como um lugar adequado para a educação sexual.

A missão da escola deve ser entendida como *colaboração* com a missão dos pais, como complemento da educação ministrada no lar. Quando a escola aborda o tema da sexualidade humana como matéria de ensino, deve procurar não monopolizar as crianças para todas as modalidades de ensino. Se tal fizesse, imiscuir-se-ia no plano da educação em geral que compete aos pais.

Pelo seu papel de colaboração, a escola tem de apresentar e realizar a educação sexual de acordo com os pais. Estes têm o direito de ser informados a tempo e de forma completa sobre o conteúdo, o método e a apresentação da educação sexual.

Não pretendo tratar aqui das duas instâncias educativas, pais e escola. Apenas desejo realçar e promover a *colaboração mútua* neste campo tão importante da educação sexual. A família e a escola são dois lugares de educação sexual com missão específica diferente, embora integrados na unidade de um mesmo projecto comum.

A Escola permite que as crianças e os adolescentes compreendam de maneira sistemática e vivenciem num contexto mais amplo do que o da família os dados essenciais do seu desenvolvimento sexual e afectivo.

*“A escola tem um papel relevante no processo de socialização da pessoa, fornecendo experiências e quadros de referência que **prolongam***

³⁸ Ibidem, n.11.

³⁹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, ns. 69-75.

e completam a educação familiar. *É insubstituível o seu papel na transmissão de conhecimentos e no proporcionar variadas experiências culturais. É sabido que a cooperação da família com a escola potencia a aprendizagem dos alunos e promove um desenvolvimento mais adequado. No entanto, a escola é subsidiária da família e, no campo da sexualidade, como noutros, **compete à família decidir as orientações educativas básicas que deseja para os seus filhos**, decorrentes dos seus valores, crenças e quadro cultural. Do dever de escolher a educação adequada para os seus filhos, decorre, para a família, o direito de **cooperar no planeamento da educação da sexualidade na escola, contribuir para a definição de objectivos e selecção de estratégias, acompanhar o processo de tomadas de decisão, incluindo a selecção e a formação dos professores**, e as diversas fases de execução do projecto e a avaliação dos resultados obtidos. O facto de a educação da sexualidade constituir uma componente do actual sistema de ensino básico e secundário, sustentada por legislação própria, não pode conduzir à subalternização da família, nem impedir o direito de os pais não aceitarem determinados projectos ou acções por os considerarem desajustados em relação à perspectiva educativa que desejam para os filhos. Como noutra ocasião já afirmámos, é tarefa fundamental do Estado “defender os direitos e deveres educativos dos pais e apoiar as instituições que os completem na responsabilidade da educação. Segundo o princípio da subsidiariedade, deve completar a tarefa e missão educativa dos pais, sem, todavia, contrariar os seus legítimos e justificados desejos, assim como, criar as estruturas indispensáveis, escolas ou outras instituições, na medida em que o bem comum o exigir” [Cf. II Concílio Ecuménico do Vaticano - Declaração *Gravissimum Educationis*, nº 3, apud CEP - Carta Pastoral Educação, Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos (2002), nº 21]⁴⁰.*

A SOCIEDADE: cuidado do bem comum e controle da moralidade pública⁴¹

A sociedade tem uma função decisiva na educação sexual de todos, crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas. Esta função concretiza-

⁴⁰ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, n.4.

⁴¹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, n.64-67.

-se em muitos aspectos. Já apontei atrás o dever de auto-controlo comunitário que incumbe à sociedade (nos meios da comunicação social, publicações, espectáculos, etc.).

De não menor importância é a criação de um *clima social* em que seja mais conatural o desenvolvimento e a integração psico-afectiva.

Por outro lado, é preciso realçar a importância da Administração e de outras entidades sociais na promoção da educação sexual, através de programas de saúde, projectos de ajuda assistencial, etc.

Não tirando responsabilidades à família e à escola, julgo que as instituições sociais constituem a instância mais adequada para promover a educação sexual nos seus aspectos mais difíceis e delicados: educação sexual de *deficientes mentais*, *reeducação* sexual, pro-gramas de educação sexual para *adultos*, etc.

A COMUNIDADE CRISTÃ E A DIMENSÃO ECLESIAL NA EDUCAÇÃO SEXUAL⁴²

Quero terminar aludindo ao papel da comunidade cristã na tarefa da educação sexual. Pela catequese e pelas outras formas pastorais, a comunidade cristã é o lugar propício para a transmissão dos valores éticos e religiosos em relação à sexualidade. Essa transmissão não pode ser fria, imposta e abstracta. Pelo contrário, ela deve realizar-se por processos experienciais e de comunicação vital.

Compete à comunidade cristã, de modo específico, a iniciação no mistério cristão da sexualidade: na vocação conjugal, na vocação sacerdotal celibatária e na vocação religiosa.

A propósito destes últimos e das imagens e mensagens que emitem, o documento fala da auto-moderação e disciplina dos destinatários (67), mas também das tarefas de desmascarar a hipocrisia auto-justificadora dos emissores que aproveitam para transgredir as normas éticas sob a capa da neutralidade dos conteúdos (68).

⁴² CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, n. 53-59.

6.2. “Verdade e significação da sexualidade humana. Orientações para a educação em família” (1995)⁴³

Vejamos, brevemente, os principais pontos do seu conteúdo.

O texto do *Conselho Pontifício para a Família* tem um estilo bastante diferente. Começa por referir, de modo semelhante os *princípios* sobre a sexualidade humana.

“O homem, enquanto imagem de Deus, é criado para amar”. Isso tem a sua origem nesta afirmação mais originária: “O homem é amado por Deus! Tal é o anúncio simples e transformador que a Igreja deve dar ao homem” (n.8 ss).

“Esta capacidade de amor como dom de si está ‘incarnada’ no carácter esponsal do corpo, no qual se inscreve a masculinidade e a feminilidade da pessoa” (n.10). Este é o sentido da sexualidade: ser orientada, elevada e integrada no amor, que a torna verdadeiramente humana (n.10).

Todo o verdadeiro amor é casto: tanto na conjugalidade como na virgindade e celibato (ns.16ss).

6.2.1. Princípios orientadores para a educação da sexualidade

São **quatro os princípios apontados como orientadores para a educação da sexualidade**, dentro da visão de que a família é o espaço primordial para a formação do relacionamento sexual. Todos os outros espaços (escola, igreja, sociedade) são subsidiários da família.

O primeiro princípio (pessoalista):

“Toda a criança é uma pessoa única que não pode ser repetida. Tem de receber uma formação individualizada” (65). São **os pais** que conhecem melhor os seus **filhos** e só eles têm o direito de os confiar a outrem, como complemento (cf. 23; 37-47). «Ninguém está em condições de realizar melhor a educação moral neste campo delicado, do que os pais, devidamente preparados” (n. 43).

⁴³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado*. 1995, n.11.

O segundo princípio (ético): “A dimensão moral faz parte das informações dadas”

«A Igreja opõe-se firmemente a uma certa forma de informação sexual, desligada dos princípios morais» (n.65). Este ponto põe em evidência a necessidade de tomar consciência de que existe uma norma anterior ao próprio sujeito sem a admissão da qual não se tem acesso à realidade.

- a) dado pertencer a uma realidade humana relevante, (a sexualidade humana);
- b) dado que essa realidade não está sujeita, de todo, à pulsão determinista;
- c) dado que há na sexualidade um excedente impulsivo sexual, que não isenta a sexualidade de se tornar um exercício de violência sobre o outro...
- d) dado que a sexualidade não é “*naturalmente*” regulada, exigindo o esforço pessoal de instalação, de definição e diferenciação sexuais;
- e) dado que na pessoa humana a sexualidade tem a particularidade de chegar à consciência, tornando-se uma tarefa da consciência;
- f) isto é, dado que a sexualidade é uma realidade que configura a pessoa, que se identifica e se constrói na sua relação com o outro;
- g) dado que o comportamento sexual tem uma necessária configuração sócio-cultural, muitas vezes mutável e em inter-relação com a compreensão do sentido da mesma sexualidade, e por consequência sujeita à necessidade de uma revisão moral crítica;
- h) dado que, pelo seu carácter humano e personalista, a sexualidade se situa na ordem da liberdade e da responsabilidade...

Então, por todas estas razões, *a sexualidade humana implica, ser regulada, explicitada e avaliada eticamente*. Neste sentido, a sexualidade tem um valor ético que é decisivo e faz apelo à responsabilidade. Esta convicção é claramente expresso na Nota Pastoral dos nossos Bispos sobre a Educação da Sexualidade (ns.4.6).

O terceiro princípio (holístico)

“A formação para a castidade e as informações oportunas sobre a sexualidade devem ser colocadas dentro do quadro mais amplo da *formação*”

para o amor” (n.70). Isto quer dizer que educar a sexualidade não é apenas um processo informativo mas incluído no contexto da formação da própria pessoa como um todo.

Quarto princípio (prático)

“Os pais devem dar esta informação com uma extrema delicadeza, mas de maneira clara e no momento oportuno” (n.75). O documento explicita as várias fases: 1. Os anos da inocência (ns.78-85); 2. A puberdade (ns.87-97); 3. A adolescência (ns.98-108), com referência ao problema da masturbação e da homossexualidade; 4. A caminho da idade adulta (ns.109-111).

6.2.2. A estes acrescenta, depois de algumas recomendações, ainda mais quatro princípios práticos:

- (1) Princípio doutrinal:** A sexualidade é um mistério sagrado: deve ser apresentado segundo o ensinamento doutrinal e moral, e tendo em conta os *efeitos do pecado original* (n.122);
- (2) Princípio da gradualidade:** Só devem ser apresentadas às crianças e aos jovens informações *proporcionadas* à sua fase de desenvolvimento individual; (n.124)⁴⁴;
- (3) Princípio da decência:** Nenhum material erótico deve ser apresentado à criança e ao jovem de qualquer idade, tanto individualmente como em grupo (n.126); “Este princípio da decência deve salvaguardar a virtude da castidade cristã. Por isso, ao comunicar a informação sexual no contexto da educação para o amor, a instrução deve ser sempre «positiva e prudente» e «clara e delicada» (n.126).
- (4) Princípio do respeito:** Nenhuma pessoa deve ser convidada, nem muito menos obrigada, a qualquer acção que ofenda objectivamente a modéstia, ou que lese subjectivamente a delicadeza pessoal ou o sentido de privacidade (n.127). É uma advertência de certo modo defensiva, mas que pode ser entendida num contexto de banalização da sexualidade e de educação naturalista.

⁴⁴ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, ns. 4-5.

VII. PONTOS MAIS RELEVANTES DE UMA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Nós optaríamos por uma *Educação do tipo personalista*, que considera a Educação Sexual como um aspecto da Educação integral da pessoa. «Um» aspecto, não «único». Nesta perspectiva a Educação Sexual, obviamente nunca omitiria a instrução higiênico-sanitária e a informação anátomo-fisiológica, com uma séria informação científica, no pressuposto de que queremos dar uma base realista à Educação.

A seguir deixo alguns **pontos mais relevantes** que a escola deve ter em conta na educação sexual:

7.1. Quanto ao **conteúdo** da educação sexual, a escola deve fixar-se preferencialmente no que pode chamar-se «*orientação académica*» do tema. Isto implica:

- 1) Integrar a dimensão sexual e afectiva no conjunto do projecto educativo;
- 2) Oferecer, ao longo das etapas educativas, uma orientação sistemática do tema;
- 3) Entender a sexualidade em todos os seus níveis, **inclusive nos aspectos éticos**.

7.2. A educação sexual da escola não pode reduzir-se a conteúdos não-éticos; o conhecimento deve traduzir-se em **atitudes** e em *formas de vida*.

Portanto, **a ética** tem *necessariamente de estar presente*. A educação sexual exige o recurso a uma visão global da sexualidade que implica o discernimento moral. A consciência da existência deste nível conduz à superação das dificuldades determinadas pela rigidez ideológica, para se poder encontrar um terreno de convergência à volta de valores que concorrem para a verdadeira promoção humana.

7.3. A escola deve promover o desenvolvimento psico-sexual da criança e do adolescente. Neste aspecto, devem tratar-se cuidadosamente os seguintes aspectos:

- 1) a co-educação, quando ocorrer nas etapas educativas;

- 2) a relação entre rapazes e raparigas como base para um mútuo conhecimento e uma relação personalizante.

7.4. A **pedagogia** reveste-se de particular importância na educação sexual.

Os programas devem respeitar o carácter **gradual e diversificado** de toda a educação sexual⁴⁵. Relativamente aos métodos, os meios de ensino visual (livros, filmes, diapositivos, cartazes) devem ser cientificamente analisados no tocante à sua adaptação pedagógica e aprovados pelos pais.

“4. (...) A educação da sexualidade deve basear-se nas **necessidades dos alunos**. É destas que derivam as metas e objectivos, que se referem a um quadro de valores decorrente da noção de pessoa humana. Falhar na identificação dessas necessidades e **alhear-se do referencial ético** compromete totalmente o programa. É igualmente indispensável entender que os interesses dos alunos, tanto na infância como na adolescência, embora constituam base motivacional adequada para aprender, **não se assimilam, inevitavelmente, às suas necessidades profundas**.

5. É imprescindível ter em conta que o desenvolvimento da sexualidade apresenta notáveis diferenças de ritmo, mesmo em indivíduos da mesma idade ou grupo, e que estas têm de ser respeitadas. Não devem, por isso, **antecipar-se informações, nem incentivar dúvidas ou dificuldades que o processo desenvolvimental ainda não proporcionou ou não aconselha**”⁴⁶.

*“É necessário, porém, respeitar o carácter progressivo desta educação. Uma correcta gradualidade das intervenções deve estar atenta aos momentos do desenvolvimento físico e psicológico que exigem uma preparação mais cuidada e um tempo de amadurecimento prolongado. É preciso ter a certeza de que o educando tenha assimilado os valores, os conhecimentos e as motivações que lhe foram propostos ou as mudanças e as evoluções que pode observar em si mesmo e dos quais o educador indica oportunamente as causas, as relações e a finalidade”*⁴⁷.

⁴⁵ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, n. 41.

⁴⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, 4.5.

⁴⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano. Linhas Gerais para a Educação Sexual*, n.85.

7.5. Os Educadores que se dedicam mais directamente à educação sexual devem ter um conjunto de qualidades imprescindíveis⁴⁸:

- 1) competência no assunto;
- 2) capacidade de discernimento, que se traduz em juízos equilibrados;
- 3) proximidade efectiva e afectiva em relação aos educandos;
- 4) integração psico-afectiva pessoal;
- 5) testemunho de valores no campo sexual.

*“Quanto aos docentes, cabe-lhes um papel fundamental. Para além das competências científicas e pedagógicas, requer-se, como formadores, maturidade afectiva e humana, e fidelidade aos valores que sustentam os projectos propostos pela escola. Só assim, poderão merecer a indispensável confiança por parte das famílias. Quanto à integração da educação da sexualidade na organização curricular, qualquer que seja a modalidade escolhida (transdisciplinaridade, área específica de formação, ou outras), há que garantir **a qualidade formativa dos docentes, a possibilidade de abertura da escola à colaboração de organizações exteriores, a divulgação antecipada dos projectos, a clarificação das perspectivas, o direito de opção das famílias e o respeito pela dignidade com que matéria tão delicada merece ser tratada**”⁴⁹*

Estas qualidades são necessárias também para a *comunidade educativa* em geral.

7.6. A organização concreta da educação sexual na escola pode adoptar diversos modos, como se depreende do estudo comparado das normas de diversos países. Julgo ser mais conveniente criar na escola uma «*plataforma educativa*» (de pais e educadores) do que introduzir uma «*disciplina*» no currículo escolar. Compete aos órgãos da Administração ajudar a escola com programas de serviço e exercer uma função de vigilância e de supervisão.

⁴⁸ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações sobre o Amor Humano*, ns. 79-82.

⁴⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, n.5

CONCLUSÃO

A arte de educar coincide com a arte de viver. Se educar significa conduzir e conduzir-se para o “telos” (finalidade última) da vida, foi isso que fizeram todas as culturas ao institucionalizarem projectos sensatos de vida, seja a “paideia” dos gregos, o cultivo da “humanitas” pelos latinos. Os cristãos, humanistas mais do que todos, embora o pareçam menos do que todos, que nome damos ao “telos”, ao horizonte último, da nossa tarefa educativa e auto-educante? Podemos certamente dar ao nosso “telos” o nome de “amorização”. Amor que está na origem, amor que está no entardecer da vida, amor que é o verdadeiro nome da “humanitas” do “homo christianus”.

A sexualidade, enquanto nome da referência originária de que todas as pessoas são homem ou mulher e de que isso é uma primeira mensagem do Criador e um primeiro espaço de pecado e de redenção, ocupa-nos um bom bocado da vida a resolver, sejamos crianças, jovens, adultos ou anciãos. Deus viu que era tudo muito bom, o primeiro olhar do homem e da mulher deu origem ao primeiro poema do mundo, mas quanta história desde o momento em que foram pronunciadas essas palavras fundadoras. Confiamos em que, dessa palavra, está suspensa o nosso porvir de plenitude a receber.

Educar a sexualidade significa, certamente, “deixar pai e mãe”, quer dizer, tornar-se autónomo, quer seja no matrimónio quer nas outras formas de vida e “... unir-se a sua mulher”, quer dizer, estabelecer com o outro um espaço de comunhão, que não sendo fusional é redentora da insuperável solidão. Em tudo isso, quantos impedimentos, quantas neuroses e tragédias a superar.

Educar não é só instruir. É mesmo mais do que formar. É iniciar na verdadeira vida. Bem no fundo, só a celebração sacramental educa o homem, quer dizer, o inicia, desde já, na vida do porvir de plenitude.

“Hoje, um obstáculo particularmente insidioso na obra educativa é constituído pela presença massiva na nossa sociedade e cultura, daquele relativismo que, ao não reconhecer nada como definitivo, tem como última medida apenas o próprio eu com os seus apetites, e, sob a aparência de liberdade, torna-se para cada um uma verdadeira prisão. Neste horizonte relativista, não é possível, portanto, uma verdadeira educação: sem a luz da verdade, mais cedo ou mais tarde, cada pessoa é condenada a duvidar da bondade da sua própria vida e das relações que a constituem, da validade

do seu empenho em construir com os outros qualquer coisa em comum. É claro que não só devemos procurar ultrapassar o relativismo no nosso trabalho de formação das pessoas, como somos também chamados a fazer frente ao seu predomínio na sociedade e na cultura”⁵⁰!

“Educar, em matéria de sexualidade, não é um simples “matar tabus”, como por vezes se pensa. Implica acompanhamento personalizado sobre uma das pulsões mais sublimes e fortes do ser humano: a transmissão da vida e a plena comunhão afectiva. Trata-se dum gesto humano, primordial, que ultrapassa qualquer descrição puramente mecanicista. É o amor que está em jogo⁵¹”. Permitam-me que vos entregue, no final, desta conferência, o meu Decálogo para uma Educação da Sexualidade.

DECÁLOGO PARA UMA EDUCAÇÃO DA SEXUALIDADE

Valendo-me do Decálogo e no pressuposto do indispensável referencial ético, num programa de Educação Sexual, permito-me parafrasear aqui os Dez mandamentos, convertendo-os em dez princípios de orientação, para uma Educação da Sexualidade **positiva e prudente**, hoje tão necessária, como urgente. Assim:

1. Adorar a Deus e amá-lo sobre todas as coisas!

Educarás a Sexualidade, antes de mais, como quem *educa para o Amor*, que é a vocação fundamental da pessoa humana. A sexualidade deve ser orientada, elevada e integrada pelo amor, que é o único a torná-la verdadeiramente humana. A exigência do amor, antecede todas as obrigações, e precede todas as proibições e está acima de todas as coisas.

2. Não invocar o santo nome de Deus em vão

Educarás a Sexualidade, de modo a que esta se exprima como autêntica *linguagem de comunicação interpessoal*, que renuncia, a todo o custo, a usar, em vão, a palavra “amor”. Deste modo, a palavra “*amor*” reencontrará a graça do seu esplendor original, significando o dom da pessoa, oferecido, acolhido e multiplicado.

⁵⁰ BENTO XVI, *Discurso por ocasião do Congresso Diocesano de Roma sobre a Família* (06.06.2005).

⁵¹ ANTÓNIO REGO, *Editorial da Ecclesia*, 7.06.2005 (www.ecclesia.pt) .

3. Santificar os domingos e festas de guarda

Educarás a Sexualidade, sem o preconceito primário de um quebratabus, pois a verdadeira Educação da Sexualidade, implica uma iniciação progressiva à celebração do amor, por meio do rito e do símbolo, da palavra e do silêncio, da espera e do êxtase. Quando partilhado em toda a sua beleza, o prazer pode tornar-se fonte de alegria e deslumbramento, experiência gozosa e antecipada, promessa e tensão para aquela plenitude da vida e da comunhão, a que aspira ardentemente o coração humano.

4. Honrar pai e mãe e outros legítimos superiores

Educarás a sexualidade, reconhecendo, em primeiro lugar aos pais, o direito que é dever original e primário de educar, em conformidade com as suas convicções morais e religiosas, tendo em conta as tradições culturais da família, que favoreçam o bem e a dignidade dos seus filhos; todos os outros legítimos educadores e superiores, como a Igreja, a Escola, o Estado, partilham, em nome dos pais, com o seu consenso e até mesmo por seu encargo, tal missão educativa. O papel auxiliar que outros possam desempenhar é, por isso, sempre subsidiário e subordinado ao dos pais.

5. Não matar nem causar outro dano, no corpo ou na alma, a si mesmo ou ao próximo

Educarás a sexualidade, sem esquecer a sua íntima e indissociável ligação com a transmissão e o dom inestimável da vida; não permitirás, que o dom da vida, fruto do encontro sexual, se transforme num risco ou numa doença mortal a evitar; cuida por que a pressa e a inoportunidade, a indecência e o desrespeito pela idade e sensibilidade do educando, não lhe causem qualquer dano ao corpo ou ao espírito.

6. Guardar castidades nas palavras e nas obras

Educarás a Sexualidade, sem excluir da disciplina, a ascese da castidade e o valor profético da virgindade, que conduz a viver a sexualidade, gradualmente, como expressão do dom de si e do domínio de si mesmo. Deste modo, educarás para que *as manifestações de afecto (a) de um, gratifiquem o outro e o elevem enquanto pessoa*. Educarás, por isso, para a paciência da espera e para a verdade da entrega, de modo a que os *gestos*

sexuais sejam sempre expressão da total, definitiva e exclusiva doação e aceitação daquela pessoa a quem nos devemos e a quem amamos.

7. Não furtar nem injustamente reter ou danificar os bens do próximo

Educarás a Sexualidade, de modo gradual, objectivo e prudente, pugnando por que, em todas as suas expressões, ela dê lugar à comunhão interpessoal e jamais à *apropriação ou exploração do outro*, à *abolição do limite ou da diferença*, entre duas pessoas, originais, cujo mistério, é sempre irredutível à percepção do outro.

8. Não levantar falsos testemunhos, nem de qualquer outro modo faltar à verdade

Educarás a Sexualidade, respeitando e promovendo a descoberta da identidade de cada homem e de cada mulher, isto é, a sua capacidade e necessidade de viver na verdade e no amor; essa necessidade de verdade e de amor, abre a pessoa à vida em comunhão, em particular ao matrimónio e à família. Não faltes à verdade, de qualquer outro modo, pela desinformação ou pela intoxicação.

9. Guardar castidade nos pensamentos e nos desejos

Educarás a Sexualidade, fomentando o valor da amizade e o respeito pela intimidade, sem levantar, nem violar, esse véu do pudor que resguarda o corpo, como um símbolo que exprime a pessoa, que por ele se dá e se recebe, por ele se manifesta e esconde. Educarás a Sexualidade, ensinando todas as pessoas a *viver de tal modo as suas expressões afectivas, que jamais instrumentalizem o seu próprio corpo, seja por actos, seja por pensamentos, que sejam contrários a uma correcta higiene da fantasia e dos desejos*”, fazendo emergir da força do desejo a delicadeza da ternura.

10. Não cobiçar as coisas alheias

Educarás a sexualidade, encarando-a sempre positivamente, mas com realismo, sem negar ou ignorar o mistério da iniquidade, que, desde o princípio, tende a transformar aquilo que havia de ser recebido como um dom, em objecto de cobiça. O caminho de regresso à verdade do amor primeiro e à beleza do primeiro amor, faz-se todos os dias, de mãos dadas, ao próximo, e por que não, de mãos sempre estendidas à graça.

Educação da sexualidade

Uma descoberta da vida e do amor

D. ANTÓNIO FRANCISCO DOS SANTOS (*)

EDUCAR É TAREFA DE DISCERNIMENTO E MISSÃO DE RESPONSABILIDADE

Homilia da Eucaristia – Leituras:
2 Sam. 11, 1-4a, 13-17
SI 50, 3-1a
Ev, Mc 4, 26-34

1. A nossa vida, a nossa fé e a nossa missão conduziram-nos aqui. Estamos em Fátima. Reunimo-nos agora em assembleia cristã para celebrar a Eucaristia.

Conosco trazemos famílias e escolas, pessoas e instituições. Acompanham-nos sonhos e encantos de tanta missão cumprida e apreensões e desafios de imenso trabalho a realizar.

Dou graças a Deus pela vossa presença. Sede bem-vindos. Através de vós quero saudar educadores e alunos, pais e filhos para que, como nos pede Bento XVI, “nunca se deixem desencorajar pelas dificuldades”.

Conscientes da complexidade do tema em estudo e da sua presente actualidade viemos aqui procurar a luz da “Verdade”, a firmeza do “Caminho” e a beleza da “Vida”.

E porque acreditamos que Jesus Cristo é o Caminho, a Verdade e a Vida, quisemos que a Eucaristia fosse o “centro e o vértice” destas Jornadas de Formação.

Daqui partiremos de novo para a missão. Sentimo-nos enviados pela Igreja, iluminados pela Palavra de Deus e alimentados pelo Corpo de Cristo por nós entregue e pelo Seu Sangue por nós derramado.

2. O Evangelho aqui proclamado apresenta-nos e propõe-nos a pedagogia de Jesus. Ele utiliza-a para explicar aos discípulos e à multidão o sentido e

(*) Bispo auxiliar de Braga. Membro da Comissão Episcopal da Educação Cristã.

o valor do Reino de Deus. Não se trata de uma aprendizagem fácil. Mas é uma educação necessária.

Jesus fala aos discípulos e à multidão em parábolas. As parábolas do grão de mostarda e da semente, segundo o texto de S. Marcos hoje proclamado.

Jesus recorre às parábolas para que a multidão ouça e para que os discípulos, a partir das parábolas explicadas, compreendam. Os discípulos são chamados a serem construtores (mestres e testemunhas) deste Reino de Deus. Com a paciência, a vigilância e a solicitude do sementeiro.

O sementeiro vela, confiada e serenamente, para que a semente germine e cresça. Sem ele saber como. Porque a terra produz por si. A terra e a semente têm energias que o próprio sementeiro desconhece.

Educar é semear. Ao jeito do Evangelho e ao gosto das parábolas.

3. Bem mais complexa e surpreendente é a primeira leitura, um texto retirado do capítulo 11 do 2º Livro de Samuel.

David, escolhido por Deus para ser o jovem Rei de Israel esquece Deus e despreza a Sua Palavra. Sem o suporte da Palavra de Deus – dom de sabedoria e de conselho – David, vencido pela egolatria, exorbita da sua autoridade de Rei para planear todo um projecto de prazer egoísta e de traição adúltera e implica outros neste processo. Não conseguindo o resultado pretendido, não hesita em sacrificar Urias na frente de combate.

David transportará consigo a amargura desta hora e o peso do seu pecado e chorará sempre esta falta de lucidez e de respeito pela dignidade e pela vida do outro. Arrependido e penitente faz irromper do seu coração esse belíssimo cântico responsorial da liturgia de hoje, o salmo 50, verdadeiro hino de confiança e de abandono a Deus que é Amor, Misericórdia e Perdão.

Em David reencontramos tantos percursos de todos os tempos da história. Que fazem indigno e trágico o que devia ser digno e belo. Também no nosso tempo.

Mas em David, reencontramos também os caminhos da mudança, da coragem e da conversão que reconduzem as pessoas a Deus e ao mistério de um coração renovado e de uma alma plena de verdade e de sabedoria.

4. A esta luz compreendemos melhor que a vida e a condição humana são um dom e um mistério de amor. A esta mesma luz ganham novo sentido e alcançam maior significado a reflexão, o debate e a partilha de experiências e sentimentos que aqui tivemos.

A educação da sexualidade – tema destas nossas Jornadas de Formação – insere-se, assim, neste lugar teo-antropológico de quem acolhe, compreende, afirma, diz, educa e respeita a vida e a pessoa que em cada um de nós mora como mistério do Amor de Deus – sempre insuperável neste “excesso de dom”.

Amarmo-nos uns aos outros é fazer “esta descoberta da Vida e do Amor”. É respeitarmo-nos e agradecermo-nos uns aos outros, enquanto dons de Deus que nos ajudam a construir, a modelar e a educar esta alteridade que nos faz pessoas equilibradas e felizes.

É certamente isto que a sociedade actual e a cultura pós-moderna têm direito e necessidade de pedir à Igreja – pela mediação das famílias, das escolas e das comunidades cristãs: saber quais são as grandes referências sobre as quais nos apoiamos para construir a nossa identidade, para encontrar os percursos e os paradigmas da nossa afectividade e para nos situarmos em relação a todos os outros com os quais são tecidos os inúmeros laços da nossa existência comum.

Se o educador cristão souber, assim, que vive de uma mensagem que recebeu e de uma pertença a uma comunidade de testemunhas de valores perenes saberá, também, nesta época de relativismos cómodos e de fundamentalismos sem sentido, afirmar as suas referências estruturantes, não para as arremessar aos outros mas sim para oferecer conteúdo ao incessante diálogo que faz a vida e a beleza do mundo da educação. E ninguém nos peça para nos demitirmos deste imperativo.

É esta certamente uma via de sabedoria que nos propõe uma maneira original de compreendermos e vivermos a sexualidade e trabalharmos a educação da sexualidade não de uma forma redutora, banalizada ou negativa, mas na sua dimensão mais nobre, plena e responsável, como pessoas que somos.

5. Neste contexto, educar é uma tarefa de discernimento e uma missão de responsabilidade.

A igual distância entre os tabus e os medos, que tudo reprimem, e a banalização e o facilitismo que abrem caminho doentio ao desregramento e ao desequilíbrio humano e social, cumpre-nos percorrer o caminho do discernimento, seguindo o conselho de S. Paulo aos Filipenses: “Finalmente, irmãos, tudo o que há de verdadeiro, de nobre, de justo, de puro, de amável, de honroso, tudo o que é virtude e merece louvor, é o que deve preocupar-vos”. (Fil. 4,8)

Educar é tarefa de discernimento e missão de responsabilidade

Não diabolizemos a sexualidade. Mas não permitamos, também, que se desvirtue a sua essência, se destrua a sua beleza, se belisque a sua dignidade ou se anule a sua dimensão de responsabilidade.

Essa é uma tarefa de discernimento pedagógico e espiritual e uma missão de responsabilidade educativa de todos nós.

Toda a acção e toda a educação que se alicerçam na responsabilidade e no discernimento implicam vigilância, prudência e sabedoria. Isto é, toda a humanização exige ascese. E educar é humanizar.

6. Neste Santuário de Fátima, Altar do Mundo, peçamos a Nossa Senhora que nos dê sempre a rectidão de coração, a lucidez do discernimento e esta universalidade fraterna que nos permita compreendermo-nos como pessoas, criadas por amor e com a missão de amar.

Queremos, com o Seu exemplo de crente e com a Sua bênção de Mãe, assumir a nossa missão de educadores cristãos, com alegria e entusiasmo, mesmo nas horas mais desgastantes, nas opções mais delicadas e nos trabalhos mais complexos.

Maria é Mãe de Jesus, o Filho de Deus, e é nossa Mãe. Ela é dom, bênção e modelo para a nossa vida de crentes e para a nossa missão de educadores. A Ela confiamos, na oração de todos os dias, a vida das famílias e das escolas.

Procurai sempre o conforto da Sua presença e implorai sempre a protecção da Sua bênção.

